

Relatório de Gestão 2006



Unidades Abrangidas

SEDE
SR-01/PARÁ
SR-02/CEARÁ
SR-05/BAHIA
SR-07/RIO DE JANEIRO
SR-10/SANTA CATARINA
SR-15/AMAZONAS
SR-17/RONDÔNIA
SR-19/RIO GRANDE DO NORTE

SR-20/ESPÍRITO SANTO
SR-22/ALAGOAS
SR-23/SERGIPE
SR-24/PIAUÍ
SR-25/RORAIMA
SR-26/TOCANTINS
SR-28/DISTRITO FEDERAL E ENTORNO
SR-29/MÉDIO SÃO FRANCISCO
SR-30/SANTARÉM



Ministro de Estado
Guilherme Cassel

Secretário Executivo
Marcelo Cardona Rocha

Presidente
ROLF HACKBART

Chefe de Gabinete
Luciméri Selivon

Procurador-Chefe
Valdez Adriani Farias

Diretor de Programa
Ângelo Guido Menegat

Diretor de Programa
Raimundo de Araújo Lima

Diretora de Gestão Administrativa
Eva de Souza Sardinha
(Substituta)

Diretor de Gestão Estratégica
Raimundo João Amorim Pereira

Diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária
Marcos Alexandre Kowarick

Diretor de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento
Carlos Henrique Kovalski

Diretor de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento
César José de Oliveira

Missão

"Implementar a política de reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável."



Visão de Futuro

"Ser referência internacional de soluções de inclusão social."

ÍNDICE

1. Apresentação	08
2. Demonstrativo da dotação orçamentária global da Autarquia	10
PROGRAMAS FINALÍSTICOS	
Introdução	12
3. Programa: Assentamento Sustentável para Trabalhadores Rurais	14
3.1 Ações Preparatórias para Obtenção de Imóveis Rurais	14
3.2 Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	15
3.3 Implantação de Projetos de Assentamento Rural	16
3.4 Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas – Implantação	17
3.5 Assistência Técnica e Capacitação de Assentados – Implantação	17
3.6 Gestão e Administração do Programa	18
4. Programa: Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária	20
4.1 Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas – Recuperação	20
4.2 Recuperação, Qualificação e Emancipação de Projetos de Assentamento Rural	20
4.3 Fomento à Agroindustrialização, à Comercialização e a Atividades Pluriativas	21
4.4 Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais	22
4.5 Assistência Técnica e Capacitação de Assentados – Recuperação	23
4.6 Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária	24
4.7 Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	26
4.8 Gestão e Administração do Programa	28
5. Programa: Regularização e Gerenciamento da Estrutura Fundiária	29
5.1 Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	29
5.2 Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	30
5.3 Sistema de Cadastro Rural	31
5.4 Georreferenciamento de Imóveis Rurais	32
5.5 Implantação do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais - CNIR	34
5.6 Gestão e Administração do Programa	35
6. Programa: Paz no Campo	36
6.1 Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas.	36
7. Programa: Educação do Campo	37
7.1 Educação de Jovens e Adultos no Campo	37
7.2 Concessão de Bolsas de Capacitação Profissional em Assistência Técnica	38
7.3 Formação de Profissionais de Nível Superior Adaptados à Reforma Agrária e Agricultura Familiar	38
7.4 Capacitação e Formação de Profissionais de Nível Médio Adaptados à Reforma Agrária e Agricultura Familiar	39
7.5 Gestão e Administração do Programa	40



8. Programa: Brasil Quilombola	42
8.1 Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos	42
8.2 Pagamento de Indenização aos Ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos	42
9. Programa: Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário	44
9.1 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	44
10. Acordo de Empréstimos Internacionais	48
10.1 Acordo de Empréstimos Internacionais - (BID)	48
10.2 Situação dos PCAs, PAS e Famílias em relação à meta	49
10.3 Demonstrativo do Fluxo Previsto e do Fluxo Realizado	50
PROGRAMAS OPERACIONAIS	
11. Programa: Apoio Administrativo	52
11.1 Administração da Unidade - Despesas Correntes e de Capital	52
11.2 Administração da Unidade - Remuneração do Pessoal Ativo da União e Encargos Sociais	53
11.3 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e Dependentes	54
11.4 Assistência Pré-escolar aos Dependentes de Servidores e Empregados	55
11.5 Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados	56
11.6 Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados	56
11.7 Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	57
PROGRAMA DE AÇÕES ESPECIAIS	
12. Cumprimento de Sentenças Judiciais	60
12.1 Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado - Precatórios	60
13. Serviço da Dívida Externa	61
13.1 Amortização de Encargos e Financiamento da Dívida Contratual Externa	61
14. Programa: Previdência de Inativos e Pensionistas da União	62
14.1 Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis	62
PLANEJAMENTO	
15. Planejamento	64
15.1 Avaliação do Plano Plurianual-Etapa Gerente	64
15.2 Modernização Tecnológica	64
15.3 Monitoramento e Avaliação	66
16. Demonstrativo Orçamentário e Financeiro por Programas e Ações do INCRA	67
16.1 Execução Orçamentária e Financeira da Sede e 17 Superintendências Regionais	67
16.2 Execução Orçamentária e Financeira Global do INCRA	68

ANEXOS



DADOS GERAIS SOBRE A UNIDADE JURISDICIONADA

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, criado pelo Decreto-Lei nº 1.110, de 09 de julho de 1970, alterado pela Lei nº 7.231, de 23 de outubro de 1984, CNPJ: 00.375.972/0001-60, é uma Autarquia Federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, com sede e foro na Capital da República e atuação em todo o território nacional. Tem por finalidade:

- I) promover e executar a reforma agrária, visando a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social por meio de projetos de assentamento sustentáveis;
- II) promover, coordenar, controlar e executar a colonização;
- III) promover as medidas necessárias à discriminação e arrecadação das terras devolutas federais e a sua destinação, visando incorporá-las ao sistema produtivo; e
- IV) gerenciar a estrutura fundiária do país.

O INCRA tem os direitos, competências, atribuições e responsabilidades estabelecidas na Lei nº. 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra) e legislação complementar, em especial a promoção e a execução da reforma agrária e da colonização.

A sede principal do INCRA está localizada em Brasília, situada no Setor Bancário Norte – SBN Quadra 01 - Bloco “D” – Edifício Palácio do Desenvolvimento 18º andar – CEP 70057-900 – Brasília-DF, onde estão estabelecidas a Presidência do órgão, Diretorias de Programas e as Diretorias Nacionais. Além da sede principal, possui também 30 (trinta) Superintendências Regionais, estabelecidas em todas as Unidades da Federação. O endereço institucional do órgão na Internet é <http://www.INCRA.gov.br>.

A estrutura organizativa vigente foi aprovada pelo Decreto nº. 5.735, de 27 de março de 2006, publicado no DOU de 28 de março de 2006. O Regimento Interno atual foi aprovado pela Portaria/MDA/Nº 69 de 19 de outubro de 2006, publicado no DOU de 20 de outubro de 2006.

Dados do SIAFI

- Nome: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- Código do Órgão: 22201
- Gestão: 37201

O INCRA utiliza o Sistema de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI na modalidade de uso total para registro automático de suas operações orçamentárias, financeiras e contábeis.

As Unidades Gestoras da Sede e das 17 (dezessete) Superintendências, abrangidas pelo presente Relatório, e que tiveram execução no exercício de 2007, são as seguintes:



Relação de Unidades Gestoras

UG	TÍTULO	UF	SR	ATIVO	ON-LINE
373030	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO PARÁ/SR-01	PA	01	ATIVO	ON-LINE
373035	PROJETO FUNDIÁRIO PARAGOMINA/SR-01	PA	01	ATIVO	ON-LINE
373038	PROJETO FUNDIÁRIO TOME AÇU/SR-01	PA	01	ATIVO	ON-LINE
373045	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO CEARÁ/SR-02	CE	02	ATIVO	ON-LINE
373053	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DA BAHIA/SR-05	BA	05	ATIVO	ON-LINE
373062	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO/SR-07	RJ	07	ATIVO	ON-LINE
373070	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE SANTA CATARINA/SR-10	SC	10	ATIVO	ON-LINE
373071	PROJETO FUNDIÁRIO SANTA CATARINA/SR-10	SC	10	ATIVO	ON-LINE
373025	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO AMAZONAS/SR-15	AM	15	ATIVO	ON-LINE
373082	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE RONDÔNIA/SR-17	RO	17	ATIVO	ON-LINE
373012	UNIDADE AVANÇADA JARU OURO PRETO	RO	17	ATIVO	ON-LINE
373013	UNIDADE AVANÇADA CORUMBIARA	RO	17	ATIVO	ON-LINE
373014	UNIDADE AVANÇADA GUAJARA MIRIM	RO	17	ATIVO	ON-LINE
373046	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO RIO GRANDE DO NORTE/SR-19	RN	19	ATIVO	ON-LINE
373057	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO/SR-20	ES	20	ATIVO	ON-LINE
373051	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE ALAGOAS-INCRA/SR-22	AL	22	ATIVO	ON-LINE
373052	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE SERGIPE-INCRA/SR-23	SE	23	ATIVO	ON-LINE
373044	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO PIAUÍ/SR-24	PI	24	ATIVO	ON-LINE
373029	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE RORAIMA/SR-25	RR	25	ATIVO	ON-LINE
373065	UNIDADE AVANÇADA NOVA AMAZONIA	RR	25	ATIVO	ON-LINE
373085	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE TOCANTINS/SR-26	TO	26	ATIVO	ON-LINE
133084	PROJETO FUNDIÁRIO ARAGUAINA	TO	26	ATIVO	ON-LINE
373079	UNIDADE FUNDIÁRIA DE GURUPI	TO	26	ATIVO	ON-LINE
373086	UNIDADE AVANÇADA ARAGUATINS	TO	26	ATIVO	ON-LINE
133088	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO/SR-28	DF	28	ATIVO	ON-LINE
373050	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL MEDIO SÃO FRANCISCO/SR-29	PE	29	ATIVO	ON-LINE
373037	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE SANTARÉM/SR-30	PA	30	ATIVO	ON-LINE
373032	PROJETO FUNDIÁRIO ALTAMIRA	PA	30	ATIVO	ON-LINE
373083	DIVISÃO EXECUTIVA DE FINANÇAS DAF/2 -SEDE/DF	DF	-	ATIVO	ON-LINE

1. APRESENTAÇÃO

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, autarquia responsável pela execução da Política de Reforma Agrária e Gerenciamento da Estrutura Fundiária do País, é partícipe essencial no desenvolvimento econômico, inclusão social e geração de emprego e renda no meio rural.

O Orçamento global do INCRA para o ano de 2006 foi R\$ 3.209.754.247,00 (três bilhões, duzentos e nove milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil, duzentos e quarenta e sete reais). Teve no decorrer do exercício suplementação de créditos extraordinários no valor de R\$ 568.801.878,00 (quinhentos e sessenta e oito milhões, oitocentos e um mil, oitocentos e setenta e oito reais), totalizando o montante de R\$ 3.784.516.133,00 (três bilhões, setecentos e oitenta e quatro milhões, quinhentos e dezesseis mil, cento e trinta e três reais), o que significou um acréscimo de 7,32% em relação ao Orçamento de 2005.

Em 2006, o INCRA assentou 85.482 novas famílias na Sede e nas 17 Superintendências Regionais.

A recuperação dos projetos de assentamentos criados ao longo dos anos é prioridade do Governo. Para tanto, foram articuladas e implementadas parcerias visando prover os assentamentos antigos de infra-estrutura básica: saneamento, eletrificação rural, estradas, entre outras, com destaque para a parceria com o Ministério das Minas e Energia.

O Governo Federal assentou novas famílias e recuperou os assentamentos antigos, com o compromisso de promover uma reforma agrária de qualidade. Nas 17 Superintendências, disponibilizou assessoria técnica para 163.459 famílias e concedeu crédito de instalação para 82.756 famílias, possibilitando melhor condição de vida para o agricultor assentado, por meio da construção de moradia e outras melhorias. Aprimorou as condições de trabalho, facilitando a aquisição de ferramentas e insumos para as atividades produtivas na terra.

O Programa Nacional de Reforma Agrária apóia o processo de escolarização e formação dos trabalhadores rurais, por meio do Programa Educação do Campo - PRONERA. No exercício de 2006, nas 17 Superintendências, 38.218 pessoas tiveram acesso a programa de educação nos assentamentos e 185 profissionais foram capacitados em assistência técnica.

O Governo Federal desenvolveu uma política de valorização dos servidores e fortalecimento do INCRA. Nesse sentido, em 2006 foram homologados os resultados finais dos concursos públicos realizados em 2005 para o provimento de 1.300 vagas de nível superior e nível intermediário. Ao longo do exercício foram nomeados 1.247 candidatos, sendo 981 para cargos de nível superior e 266 para cargos de nível intermediário. Considerando a desistência de candidatos nomeados ao longo do exercício, em dezembro foram nomeados outros 196 candidatos, objetivando o provimento de todas as vagas.. A meta física da Programação Operacional de 2006, para a Sede e as 17 Superintendências Regionais foi ultrapassada, em virtude da realização do Seminário Nacional de Ambientação dos servidores, realizado em Brasília, mas



contemplando servidores de todas as Superintendências Regionais.

O presente Relatório atende determinação contida no Anexo II da DN TCU Nº81/2006 e Anexo I da Portaria CGU Nº555/2006 , o qual demonstra a avaliação dos resultados da execução dos Programas/Ações do INCRA, no que concerne à Sede e às 17 Superintendências, considerando os resultados quantitativos e qualitativos alcançados como também a eficácia, eficiência e efetividade no cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos para a Autarquia.

ROLF HACKBART
Presidente

2. DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA GLOBAL DA AUTARQUIA

ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO

O Orçamento da Autarquia para o exercício de 2006 foi aprovado pela Lei nº 11.306, de 16/5/2006, inicialmente no valor de R\$ 3.209.754.247,00 (três bilhões, duzentos e nove milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil, duzentos e quarenta e sete reais). Sofreu alterações durante o exercício, mediante aprovação de créditos adicionais no valor de R\$ 568.801.878,00 (quinhentos e sessenta e oito milhões, oitocentos e um mil, oitocentos e setenta e oito reais), que são demonstrados a seguir.

DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA GLOBAL ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO

	Em reais (R\$)
Lei nº 11.306, de 16.5.2006	3.209.754.247,00
Créditos Suplementares	568.801.878,00
(+) Acréscimos	588.682.568,00
(-) Decréscimos	(19.880.690,00)
(=) Dotação final	3.784.516.133,00
Transferências Intragovernamentais	(100.034.989,61)
(+) Destaque Recebido	3.098.589,81
(-) Destaque Concedido	(103.133.579,42)
(-) Crédito Transferido	0,00
(=) Total de Despesas Fixadas	3.672.516.127,39
TOTAL GERAL	3.672.516.127,39

Fonte: Diretoria de Gestão Administrativa - DA

Comparados os valores dos orçamentos fixados para 2005 e 2006 percebe-se que houve um aumento de 6,58% na dotação orçamentária, como se demonstra a seguir:

TÍTULO	2005	2006	%
	Em reais (R\$)		
(+) OGU + Créditos Suplementares	3.526.460.762,00	3.784.516.133,00	7,32
(+) Transferências Intragovernamentais (recebidas)	3.390.772,14	3.098.589,81	-8,62
(-) Transferências Intergovernamentais (concedidas)	(84.145.338,66)	(103.133.579,42)	-22,57
(-) Dotação Cancelada/Remanejada	0,00	0,00	
(=) TOTAL	3.445.706.195,48	3.672.516.127,39	6,58

Fonte: Diretoria de Gestão Administrativa - DA



PROGRAMAS FINALÍSTICOS

INTRODUÇÃO

Os Programas finalísticos do INCRA seguem as diretrizes do II Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA, os quais incluem participação social, capacitação dos trabalhadores, reconhecimento da diversidade social e cultural da população rural e as especificidades vinculadas às relações de gênero, raça e etnia, os direitos territoriais das comunidades rurais tradicionais, suas características econômicas e culturais, para promoção do etnodesenvolvimento. Programas desta envergadura exigem o envolvimento dos Governos Federal, Estadual e Municipal, por meio de parcerias interinstitucionais e com a sociedade civil.

O Programa Assentamento Sustentável para Trabalhadores Rurais tem como objetivo promover a democratização do acesso a terra, por meio de ações que garantam a soberania alimentar e a geração de emprego e renda aos trabalhadores rurais sem terra, por meio de ações que envolvem atividades com o propósito de viabilizar vistorias e avaliação de áreas, emissão de decretos desapropriatórios, compras de terras, criação de projetos de assentamentos, cadastramento e escolhas de famílias para posterior assentamento, concessão de crédito para dar condições de subsistência às famílias na etapa inicial do assentamento, e assistência técnica de forma integral e continuada para melhorar a organização produtiva, comercial e ambiental assegurando a construção do pleno exercício da cidadania.

O Programa Desenvolvimento Sustentável visa recuperar e consolidar assentamentos da reforma agrária criados até 2002 de modo a proporcionar a população assentada a capacitação e os meios para gestão e estruturação dos processos organizativo e produtivo, objetivando sua inserção econômica, social, cultural e política, respeitando as diversidades regionais com melhoria de qualidade de vida e cidadania.

O Programa Regularização e Gerenciamento da Estrutura Fundiária tem como objetivo conhecer a efetiva distribuição, concentração, regime de domínio, posse e uso da terra, de forma a permitir a gestão da estrutura fundiária para o atendimento da demanda social.

O Programa Paz no Campo tem como objetivo reduzir a violência no campo com mecanismos de prevenção e mediação de conflitos agrários e garantia dos direitos humanos.

O Programa Educação do Campo tem como objetivo promover ações educativas por meio de metodologias específicas à realidade sócio – cultural do campo e propiciar capacitação profissional aos egressos dos cursos de ciências agrárias.

O Programa Brasil Quilombola tem como objetivo assegurar as comunidades remanescentes de Quilombos, desenvolvimento econômico sustentável e justiça social, bem como a propriedade de suas terras.

O Programa Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário tem como objetivo coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de desenvolvimento agrário.

Neste ano de 2006, a Decisão Normativa TCU nº 81, de 6 de dezembro de 2006, determinou que o Relatório de Gestão fosse apresentado em processos individualizados

pelas Superintendências Regionais localizadas nos Estados do Acre, Amapá, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará (Marabá), Paraíba, Pernambuco, Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo.

Assim, o órgão central ficou com a responsabilidade de elaborar o Relatório de Gestão da Sede e das 17 Superintendências restantes, isto é, SR-01/Pará, SR-02/Ceará, SR-05/Bahia, SR-07/Rio de Janeiro, SR-10/Santa Catarina, SR-15/Amazonas, SR-17/Rondônia, SR-19/Rio Grande do Norte, SR-20/Espírito Santo, SR-22/Alagoas, SR-23/Sergipe, SR-24/Piauí, SR-25/Roraima, SR-26/Tocantins, SR-28/Distrito Federal e Entorno, SR-29/Médio São Francisco e SR-30/Santarém.

Com isso, a metodologia de coleta e a apresentação dos dados físicos, orçamentários e financeiros teve que ser alterada, pois algumas variáveis, tais como a Lei Orçamentária Anual (LOA) e a suplementação de recursos, são aprovados para os Programas e Ações, em nível nacional, e não por Superintendência, inexistindo o dado em nível de Superintendência.

Assim, nas ações de cunho descentralizado, o dado de previsão orçamentária utilizado foi o contido na Programação Orçamentária 2006 (PO 2006), instrumento de gestão que divide os recursos dos Programas e Ações por Superintendência Regional. As demais ações, principalmente as do Programa Apoio Administrativo, por não possuírem recursos distribuídos na Programação Operacional, por Superintendência, seguiram a apresentação tradicional, em nível nacional, que considera as previsões globais da Lei Orçamentária Anual, o montante autorizado e as suplementações da ação como um todo.

Os demais dados orçamentários e financeiros, provisão recebida, empenho emitido e empenho liquidado, foram obtidos a partir do SIAFI e extrator de dados do Incra, de forma global, ou Sede e 17 Superintendências Regionais, conforme o caso.

O atendimento à presente demanda envolve trabalhar, em um mesmo Relatório, com dados agregados (em nível nacional) para ações que não têm recursos distribuídos na Programação Operacional (ou os tem parcialmente) e, ao mesmo tempo, com dados desagregados, ou seja, por Superintendência, para ações que têm recursos distribuídos na Programação Operacional.



3. PROGRAMA: ASSENTAMENTO SUSTENTÁVEL PARA TRABALHADORES RURAIS

3.1 Ação: Ações Preparatórias para Obtenção de Imóveis Rurais

Objetivo: Promover a identificação de imóveis passíveis de desapropriação e aquisição, a perícia judicial em ações de desapropriação de imóveis e providenciar o licenciamento ambiental para possíveis áreas de assentamento.

As ações preparatórias para obtenção de imóveis rurais compreendem atividades de identificação de propriedades rurais que não estejam cumprindo a sua função social, conforme define a Constituição Federal, e que sejam tecnicamente viáveis para fins de reforma agrária, assim como a vistoria e a avaliação de imóveis rurais a serem adquiridos através de compra direta nos moldes do Decreto nº 433/92. As ações preparatórias incluem, também, as atividades relacionadas aos licenciamentos ambientais, em conformidade com a Resolução CONAMA nº 289/01.

Demonstrativo da Execução Física, Orçamentária e Financeira

PO 2006	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Empenho liquidado	% Executado
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	R\$(d)	(g=d/b)
9.908.648	9.843.665	9.625.801	9.625.801	98%

Meta Física	Realizado	Execução
Área Identificada (há)	Área Identificada (há)	(%)
4.569.960	4.068.487	89%

Avaliação dos resultados da execução física, orçamentária e financeira

A provisão orçamentária recebida pelas 17 Superintendências Regionais na ação foi R\$ 9.843.664,72 (nove milhões, oitocentos e quarenta e três mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e setenta e dois centavos), sendo empenhados e liquidados R\$ 9.625.801,09 (nove milhões, seiscentos e vinte e cinco mil, oitocentos e um reais e nove centavos), resultando em uma aplicação de 98% dos recursos orçamentários e financeiros e uma execução física de 89% do programado.



Análise do alcance dos objetivos e metas

O total de 9.843.664,72 (nove milhões, oitocentos e quarenta e três mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e setenta e dois centavos) foi destinado para as 17 (dezessete) Superintendências para cumprir a meta física de 4.569.960 hectares. Porém foram identificados 4.068.487 hectares, o que significa 89% da meta atingida, explicada pelo fato de não existir padronização de custo para esta ação, com as despesas variando conforme a localização/acesso, dimensão e grau de complexidade das informações a serem levantadas nos imóveis vistoriados.

3.2 Ação: Obtenção de Imóveis Rurais para a Reforma Agrária

Objetivo: Obter área rural por desapropriação ou aquisição direta para implantação de assentamentos de trabalhadores rurais.

Demonstrativo da Execução Física, Orçamentária e Financeira

PO 2006	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Empenho liquidado	% Executado
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	R\$(d)	(g=d/b)
708.542.529	566.427.617	553.841.765	553.841.765	98%

Meta Física	Realizado	Execução
Área Obtida (há)	Área Obtida (há)	(%)
795.300	461.552	58%

Avaliação dos resultados da execução física, orçamentária e financeira

A provisão orçamentária recebida pela ação foi de R\$ 566.427.617,45 (quinhentos e sessenta e seis milhões, quatrocentos e vinte e sete mil, seiscentos e dezessete reais e quarenta e cinco centavos), sendo empenhados e liquidados R\$ 553.841.765,38 (quinhentos e cinquenta e três milhões, oitocentos e quarenta e um mil, setecentos e sessenta e cinco reais e trinta e oito centavos), resultando em uma aplicação de 98% dos recursos orçamentários e financeiros e uma execução física de 58% do programado.

Ressaltamos que da provisão recebida na UG 373002 (Sede), total de R\$ 1.146.942.416,07 (um bilhão, cento e quarenta e seis milhões, novecentos e quarenta e dois mil, quatrocentos e dezesseis reais e sete centavos) deduzimos o valor de R\$ 580.514.798,62 (quinhentos e oitenta milhões, quinhentos e quatorze mil, setecentos e noventa e oito reais e sessenta e dois centavos), correspondente às despesas de TDA nas 13 Superintendências do INCRA que estão apresentando Relatórios de Gestão individualizados e, portanto, não compõem o presente Relatório.

Análise do alcance dos objetivos e metas

Do total de recursos orçamentários destinados para esta ação, da ordem de R\$ 708.542.529,00 (setecentos e oito milhões, quinhentos e quarenta e dois mil, quinhentos e vinte e nove reais), foram obtidos 461.552 hectares, correspondendo a 58% da meta física programada ao custo total de R\$ 553.841.765,38 (quinhentos e cinquenta e três

milhões, oitocentos e quarenta e um mil, setecentos e sessenta e cinco reais e trinta e oito centavos), representando 98% dos recursos financeiros disponíveis.

O fato se deve ao custo unitário nacional previsto no orçamento de R\$ 890,91 por hectare, enquanto que o realizado, em nível nacional, foi da ordem de R\$ 1.199,95 por hectare, em função de prioridades dadas a regiões de maiores concentrações de acampamentos e, portanto, demandas por terras. Ocorre que em algumas dessas regiões houve um aquecimento no mercado de imóveis rurais nas áreas com melhor potencial agrícola, fato este que propiciou, em contrapartida, a destinação de parcelas menores por família, aumentando a capacidade de assentamento nestes imóveis.

3.3 Ação: Projetos de Assentamento Rural em Implantação

Objetivo: Prover os assentamentos de plano de desenvolvimento, de serviços topográficos e infra-estrutura básica.

Demonstrativa da Execução Física, Orçamentária e Financeira

PO 2006	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Empenho Liquidado	% Executado
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	R\$(d)	(g=d/b)
48.914.340	51.222.053	49.225.226	49.225.226	96%

Meta Física	Realizado	Execução
Família Beneficiada	Família Beneficiada	(%)
41.333	26.212	63%

Avaliação dos resultados da execução física, orçamentária e financeira

A provisão orçamentária recebida pela ação foi R\$ 51.222.052,87 (cinquenta e um milhões, duzentos e vinte e dois mil, cinqüenta e dois reais e oitenta e sete centavos), sendo empenhados e liquidados R\$ 49.225.226,38 (quarenta e nove milhões, duzentos e vinte e cinco mil, duzentos e vinte e seis reais e trinta e oito centavos), resultando em uma aplicação de 96% dos recursos orçamentários e financeiros e uma execução física de 63% do programado.

Destacamos que após aprovação da última reprogramação da Programação Orçamentária 2006 (PO 2006), ocorrida em 28/7/2006, a ação, em nível nacional, recebeu suplementação de recursos no valor de R\$1.974.000,00 (um milhão, novecentos e setenta e quatro mil reais), de acordo com a Lei 11.409 de 15/12/2006.

Análise do alcance dos objetivos e metas

Os recursos desta ação destinam-se a execução de obras e serviços nos Projetos de Assentamento em Implantação. A meta realizada foi de 26.212 famílias atendidas com infra-estrutura, serviços topográficos e PDA, corresponde a um percentual de 63 % da meta física prevista. Ressalte-se que as 26.212 famílias atendidas podem ter sido beneficiadas mais de uma vez com serviços e/ou obras computados na ação.

3.4 Ação: Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas – Implantação

Objetivo: Dar condições de subsistência às famílias na etapa inicial do assentamento rural implantado pelo INCRA, proporcionando a aquisição de ferramentas e insumos, de forma a permitir o início de atividades produtivas na parcela de terra, bem como propiciando condições dignas de moradia ao assentado.

Demonstrativo da Execução Física, Orçamentária e Financeira

PO 2006	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Empenho liquidado	% Executado
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	R\$(d)	(g=d/b)
327.433.354	310.278.260	301.738.912	301.738.912	97%

Meta Física	Realizado	Execução
Família Atendida	Família Atendida	(%)
58.576	55.710	95%

Avaliação dos resultados da execução física, orçamentária e financeira

A provisão orçamentária recebida pela ação foi R\$ 310.278.259,50 (trezentos e dez milhões, duzentos e setenta e oito mil, duzentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos), sendo empenhados e liquidados R\$ 301.738.912,00 (trezentos e um milhões, setecentos e trinta e oito mil, novecentos e doze reais), resultando em uma aplicação de 97% dos recursos orçamentários e financeiros e uma execução física de 95% do programado.

3.5 Ação: Assistência Técnica e Capacitação de Assentados – Implantação

Objetivo: Assessorar as famílias beneficiadas em Projetos de Assentamento na sua implantação, de forma integral e continuada, no melhoramento da organização produtiva, comercial, social, ambiental e de gestão, assegurando a construção do pleno exercício da cidadania, a melhoria da qualidade de vida e sua integração no contexto econômico do País.

Demonstrativo da Execução Física, Orçamentária e Financeira

PO 2006	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Empenho liquidado	% Executado
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	R\$(d)	(g=d/b)
25.121.365	18.056.053	16.341.977	16.341.977	91%

Meta Física	Realizado	Execução
Família Assistida	Família Assistida	(%)
58.460	51.106	87%

Avaliação dos resultados da execução física, orçamentária e financeira

A provisão orçamentária recebida pela ação foi R\$ 18.056.052,63 (dezoito milhões, cinquenta e seis mil, cinquenta e dois reais e sessenta e três centavos), sendo empenhados e liquidados R\$ 16.341.977,03 (dezesseis milhões, trezentos e quarenta e um mil, novecentos e setenta e sete reais e três centavos), resultando em uma aplicação de 91% dos recursos orçamentários e financeiros e uma execução física de 87% do programado.

Após aprovação da última reprogramação da Programação Orçamentária 2006 (PO 2006), ocorrida em 28/7/2006, a ação, em nível nacional, recebeu suplementação de recursos no valor de R\$1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais), de acordo com Decreto de 07 de novembro de 2006.

Análise do alcance dos objetivos e metas

O Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES foi criado em 2004 pelo INCRA/MDA, através da Norma de Execução/INCRA/SD/Nº39, de 30/04/04, e desenvolvido em parceria com Entidades Privadas de Assistência Técnica, EMATER, Organizações Não Governamentais, Fundações de Universidades Públicas, por meio de contratos e convênios plurianuais, com vigência até dezembro de 2007, celebrados pelas Superintendências Regionais do INCRA.

O custo família/ano praticado para os serviços de ATES é de R\$ 400,00, conforme estabelecido na NE/INCRA/SD/Nº 36/04 e NE/INCRA/SD/Nº 39/04. Em função desse custo, a necessidade orçamentária para o alcance da meta física de 58.460 famílias seria de R\$ 23.384.000, no entanto, a provisão recebida pela ação foi de R\$ 18.056.052,63 (dezoito milhões, cinquenta e seis mil, cinquenta e dois reais e sessenta e três centavos) ou seja, R\$ 5.327.947,37 (cinco milhões, trezentos e vinte e sete mil, novecentos e quarenta e sete reais e trinta e sete centavos) abaixo do necessário, fato esse que impossibilitou o atendimento da meta física estabelecida. Além disso, foi estabelecido limite de movimentação orçamentária por quadrimestre, o que prejudicou a operacionalização dos convênios.

3.6 Ação: Gestão e Administração do Programa

Objetivo: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio Programa.

A provisão orçamentária recebida pela Sede e as 17 superintendências para o exercício de 2006 foi de R\$ 20.556.393,34 (vinte milhões, quinhentos e cinquenta e seis mil, trezentos e noventa e três reais e trinta e quatro centavos), dos quais foram empenhados e liquidados R\$ 20.292.294,51 (vinte milhões, duzentos e noventa e dois mil e duzentos e noventa e quatro reais), totalizando 99% de execução orçamentária e financeira.

Após aprovação da última reprogramação da Programação Orçamentária 2006 (PO 2006), ocorrida em 28/7/2006, a ação, em nível nacional, recebeu suplementação de



recursos no valor de R\$ 1.904.312,00 (um milhão, novecentos e quatro mil, trezentos e doze reais), através de Decreto de 31 de agosto de 2006.

Esses recursos foram utilizados para o acompanhamento e execução das Ações do Programa que compreende pagamento de diárias, passagens e material de consumo das Unidades Regionais do INCRA, dentre outras.



4. PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA REFORMA AGRÁRIA

4.1 Ação: Concessão de Crédito-Instalação aos Assentados – Recuperação

Objetivo: Proporcionar a complementação do crédito-instalação às famílias assentadas que não o receberam integralmente durante a primeira fase do assentamento, visando provê-las dos recursos necessários à sua instalação nos projetos de assentamentos.

Demonstrativo da Execução Física, Orçamentária e Financeira

PO 2006	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Empenho liquidado	% Executado
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	R\$(d)	(g=d/b)
164.861.390	130.110.041	126.174.971	126.174.971	97%

Meta Física	Realizado	Execução
Família Atendida	Família Atendida	(%)
37.570	27.046	72%

Avaliação dos resultados da execução física, orçamentária e financeira

A provisão orçamentária recebida pelas 17 Superintendências na ação foi R\$ 130.110.041,10 (cento e trinta milhões, cento e dez mil, quarenta e um reais e dez centavos), sendo empenhados e liquidados R\$ 126.174.970,65 (cento e vinte e seis milhões, cento e setenta e quatro mil novecentos e setenta reais e sessenta e cinco centavos), resultando em uma aplicação de 97% dos recursos orçamentários e financeiros e uma execução física de 72% do programado.

Análise do alcance dos objetivos e metas

A execução físico-financeira abaixo da meta estabelecida se justifica devido ao trabalho técnico minucioso, com vistoria “in loco” e análise caso-a-caso na identificação da moradia que realmente necessita de reforma e de aplicação desse recurso, exigindo todo um procedimento e formalização dos processos de concessão de créditos.

A execução física abaixo da prevista na PO 2006 foi devida ao fato das obras e serviços terem sido contratados, na maioria, no segundo semestre, e estarem ainda em fase de execução, não tendo sido computados como meta realizada.

4.2 Ação: Recuperação, Qualificação e Emancipação de Projetos de Assentamento Rural.

Objetivo: Dotar os projetos de assentamento já criados de infra-estrutura e serviços necessários à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.



Demonstrativo da Execução, Física, Orçamentária e Financeira.

PO 2006	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Empenho liquidado	% Executado
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	R\$(d)	(g=d/b)
39.557.555	37.038.111	35.286.472	35.286.472	95%

Meta Física	Realizado	Execução
Família Atendida	Família Atendida	(%)
38.080	48.196	127%

Avaliação dos resultados da execução física, orçamentária e financeira

A provisão orçamentária recebida pela ação foi R\$ 37.038.110,97 (trinta e sete milhões, trinta e oito mil, cento e dez reais e noventa e sete centavos), sendo empenhados e liquidados R\$ 35.286.472,20 (trinta e cinco milhões, duzentos e oitenta e seis mil, quatrocentos e setentas e dois reais e vinte centavos), resultando em uma aplicação de 95% dos recursos orçamentários e financeiros e uma execução física de 127% do programado.

Após aprovação da última reprogramação da Programação Orçamentária 2006 (PO 2006), ocorrida em 28/7/2006, a ação, em nível nacional, recebeu suplementação de recursos no valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), através da Lei 11.409 de 15 de dezembro de 2006.

Análise do alcance dos objetivos e metas

A contabilização da execução da meta para a ação em 2006 foi de 48.196 famílias atendidas com infra-estrutura, serviços topográficos e Planos de Recuperação de Assentamentos – PRA, correspondendo a 127% da meta física. Informamos que uma família pode ter sido beneficiada com mais de um serviço ou obra computados na ação.

A execução física supera a meta prevista, como resultado da priorização de serviços tais como Plano de Recuperação de Assentamentos – PRA e Topografia, e obras de infra-estrutura, de menor custo para o atendimento de um número maior de famílias. No entanto, o passivo de obras de infra-estrutura é maior do que o previsto na meta.

4.3 Ação: Fomento à Agroindustrialização, à Comercialização e a Atividades Pluriativas

Objetivo: Viabilizar o incremento de renda nos Projetos de Assentamentos Rurais mediante atividades econômicas sustentáveis, valorizando as características regionais, experiências e potencialidades locais.



Demonstrativo da Execução Física, Orçamentária e Financeira

PO 2006	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Empenho liquidado	% Executado
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	R\$(d)	(g=d/b)
6.021.615	5.072.344	4.877.214	4.877.214	96%

Meta Física	Realizado	Execução
Família Beneficiada	Família Beneficiada	(%)
5.664	4.039	71%

Avaliação dos resultados da execução física, orçamentária e financeira

A provisão orçamentária recebida pela ação foi R\$ 5.072.343,66 (cinco milhões, setenta e dois mil, trezentos e quarenta e três reais e sessenta e seis), sendo empenhados e liquidados R\$ 4.877.213,71 (quatro milhões, oitocentos e setenta e sete mil, duzentos e treze reais e setenta e um centavos), resultando em uma aplicação de 96% dos recursos orçamentários e financeiros e uma execução física de 71% do programado.

Análise do alcance dos objetivos e metas

A execução física da meta em 71% ocorreu em razão do custo médio elevado em alguns projetos de agroindustrialização, prejudicando os resultados. Todavia, ao verificarmos o resultado Brasil, verificamos uma superação da meta em 229,88% com custo médio de R\$ 400,00/família.

4.4 Ação: Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais

Objetivo: Transferir para os assentados e posseiros, em definitivo ou a título precário, o domínio das terras destinadas a projetos de assentamento e regularização fundiária.

Demonstrativo da Execução Física, Orçamentária e Financeira

PO 2006	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Empenho liquidado	% Executado
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	R\$(d)	(g=d/b)
3.424.712	2.023.501	1.975.405	1.975.405	98%

Meta Física	Realizado	Execução
Doc. Concedida	Doc. Concedida	(%)
21.811	3.154	14%



Avaliação dos resultados da execução física, orçamentária e financeira

A provisão orçamentária recebida pela ação foi R\$ 2.023.500,80 (dois milhões, vinte e três mil quinhentos reais e oitenta centavos), sendo empenhados e liquidados R\$ 1.975.404,60 (um milhão, novecentos e setenta e cinco mil, quatrocentos e quatro reais e sessenta centavos), resultando em uma aplicação de 98% dos recursos orçamentários e financeiros e uma execução física de 14% do programado.

Após aprovação da última reprogramação da Programação Orçamentária 2006 (PO 2006), ocorrida em 28/7/2006, a ação, em nível nacional, teve recursos orçamentários cancelados nos valores de R\$ 510.000,00 (quinhentos e dez mil reais), conforme Anexo II do Decreto de 07 de novembro de 2006, e de R\$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais), de acordo com o Anexo da Lei 11.409 de 15 de dezembro de 2006.

Análise do alcance dos objetivos e metas

De conformidade com os fluxos e rotinas processuais, a ação focou inicialmente a vistoria dos lotes, objetivando a sua titulação com o gasto dos recursos orçamentários. Todavia o atraso nos procedimentos demarcatórios, a ausência de registro do imóvel em cartório e a falta de documentação das famílias prejudicou a conclusão dos trabalhos e a consequente emissão de títulos, daí o baixo percentual da meta física.

4.5 Ação: Assistência Técnica e Capacitação de Assentados – Recuperação

Objetivo: Assessorar as famílias beneficiadas em Projetos de Assentamento na recuperação dos mesmos, de forma integral e continuada, no melhoramento da organização produtiva, comercial, social, ambiental e de gestão, assegurando a construção do pleno exercício da cidadania, a melhoria da qualidade de vida e sua integração no contexto econômico do País.

Demonstrativo da Execução Física, Orçamentária e Financeira

PO 2006	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Empenho liquidado	% Executado
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	R\$(d)	(g=d/b)
24.143.426	28.516.957	25.191.896	25.191.896	88%

Meta Física	Realizado	Execução
Família Assistida	Família Assistida	(%)
56.961	112.353	197%

Avaliação dos resultados da execução física, orçamentária e financeira

A provisão orçamentária recebida pela ação foi R\$ 28.516.957,45 (vinte e oito

milhões, quinhentos e dezesseis mil, novecentos e cinquenta e sete reais e quarenta e cinco centavos), sendo empenhados e liquidados R\$ 25.191.895,80 (vinte e cinco milhões, cento e noventa e um mil, oitocentos e noventa e cinco reais e oitenta centavos), resultando em uma aplicação de 88% dos recursos orçamentários e financeiros e uma execução física de 197% do programado.

Após aprovação da última reprogramação da Programação Orçamentária 2006 (PO 2006), ocorrida em 28/7/2006, a ação, em nível nacional, recebeu suplementação orçamentária no montante de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões) de acordo com a Lei 11.409 de 15 de dezembro de 2006 e de R\$ 4.200.000,00 (quatro milhões e duzentos mil reais) de acordo com o Decreto de 07 de novembro de 2006.

Análise do alcance dos objetivos e metas

O Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES, criado em 2004 pela Norma de Execução/INCRA/SD/Nº 39, de 30/04/04 e Manual Operacional de ATES, está sendo desenvolvido em parceria com Entidades Privadas de Assistência Técnica, EMATER, Organizações Não Governamentais, Fundações de Universidades, via contratos, convênios plurianuais, com vigências até dezembro de 2007, celebrados pelas Superintendências Regionais do INCRA.

O custo família/ano praticado para os serviços de ATES é de R\$ 400,00, conforme estabelecido na NE/INCRA/SD/Nº 36/04 e NE/INCRA/SD/Nº 39/04. Em função deste custo, a necessidade orçamentária para o alcance da meta física de 56.961 famílias seria de R\$ 22.784.400,00 (vinte e dois milhões, setecentos e oitenta e quatro mil e quatrocentos reais). No entanto, o acréscimo de recursos orçamentários no Orçamento Geral do Incra de R\$ 19.200.000,00 (dezenove milhões e duzentos mil reais), possibilitou alcançar a meta física de 197%.

4.6 Ação: Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária

Objetivo: Desenvolver e implantar o modelo para consolidação dos assentamentos resultantes da Reforma Agrária no Brasil, visando alcançar sua independência com relação ao INCRA e a integração das famílias assentadas no segmento da agricultura familiar, proporcionando a sustentabilidade econômica e ambiental, bem como a estabilidade social das famílias assentadas e a conquista da cidadania.

Demonstrativo da Execução Física, Orçamentária e Financeira

PO 2006	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Empenho liquidado	% Executado
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	R\$(d)	(c=d/b)
8.772.729	6.834.377	6.828.187	6.828.187	100%

Meta Física	Realizado	Execução
Fam Assent.Consolid.	Fam Assent.Consolid.	(%)
0	0	0

Avaliação dos resultados da execução física, orçamentária e financeira

A provisão orçamentária recebida pela ação foi R\$ 6.834.377,27 (seis milhões, oitocentos e trinta e quatro mil, trezentos e setenta e sete reais e vinte e sete centavos), sendo empenhados e liquidados R\$ 6.828.186,88 (seis milhões, oitocentos e vinte e oito mil, cento e oitenta e seis reais e oitenta e oito centavos), resultando em uma aplicação de 100% dos recursos orçamentários e financeiros nos procedimentos administrativos de contratação de obras e serviços, o que possibilitará a consolidação dos projetos de assentamento nos próximos exercícios.

Análise do alcance dos objetivos e metas

Para efeito de atingimento das metas, considera-se família em assentamento consolidado o número de famílias em assentamentos nos quais os convênios do Projeto foram concluídos. A efetiva consolidação dos assentamentos é prerrogativa dos Superintendentes Regionais do INCRA. No entanto, no ano 2006 a Ação 5158 atendeu, em todo o Incra, a 9.959 famílias através de investimentos em infra-estrutura e assistência técnica para os convênios em andamento, bem como através da elaboração de Planos de Consolidação às famílias pertencentes a Projetos de Assentamento ainda não conveniados. Salienta-se que grande parte do orçamento foi contido para mudança da fonte 148 para fonte 2376, sendo somente disponibilizado no final de novembro de 2006. Quatro convênios que finalizariam a ação do programa em 2006 foram prorrogados até 2007.

Por outro lado, em todo o Incra, em 2006, registramos avanço na execução do Programa com assinatura de mais um convênio, resultando na contratação de 56 Planos de Consolidação de Assentamentos, correspondente a 76 assentamentos e 9.959 famílias diretamente atendidas.

Para o Incra como um todo, no exercício de 2006, os resultados físicos do Programa totalizam a contratação de 45 técnicos para ação junto às equipes de ATES nos assentamentos trabalhados pelo PAC, perfazendo um total de 155 profissionais ligados a estas equipes de ATES; iniciação da fase final de testes do SIPAC com a geração de indicadores de desenvolvimento dos assentamentos e novo contrato para continuar o desenvolvimento do Sistema; execução acumulada com construção de 211,32 km de estradas; 221,59 km de rede de energia elétrica implementada, com outras 162 famílias atendidas em ações de adequação de rede, substituição de transformadores, troca de cabos, etc.; instalação/ reforma de 1.211 módulos sanitários; melhoria habitacional em 996 casas; implantação de 219,23 km de rede de abastecimento de água, além de beneficiar 1.893 famílias com ações voltadas para abastecimento de água; construção/reforma de 11 escolas, de 6 brinquedotecas e de 5 postos de saúde; construção/reforma de 29 Centros Comunitários; correção de 8.211,64 ha de solo com calcário e fosfato; proteção e conservação de 2.040,0 ha de solos; recuperação de 1.374,7 ha de áreas degradadas; construção de 9 agroindústrias; construção/reforma de 9 galpões/armazéns; implantação de 150,00 ha Sistemas Agroflorestais; e cercamento de 19,30 km de reservas.

4.7 Ação: Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária

Objetivo: Proporcionar a regularidade da situação ambiental dos projetos de assentamento de reforma agrária implantados até 2002 por meio da recuperação de áreas ambientalmente protegidas que estejam degradadas em consonância com compromissos institucionais assumidos quando da assinatura pelo MDA/INCRA MMA/IBAMA sob a supervisão do Ministério Público Federal, do Termo de Ajustamento de Conduta para a regularização ambiental de todos os projetos de assentamento criados até 2002.

Demonstrativo da Execução Física, Orçamentária e Financeira

PO 2006	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Empenho liquidado	% Executado
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	R\$(d)	(g=d/b)
6.948.886	8.339.291	6.185.741	6.185.741	74%

Meta Física	Realizado	Execução
projetos	projetos	(%)
97	138	142%

Avaliação dos resultados da execução física, orçamentária e financeira

A provisão orçamentária recebida pela ação foi R\$ 8.339.290,81 (oito milhões, trezentos e trinta e nove mil, duzentos e noventa reais e oitenta e um centavos), sendo empenhados e liquidados R\$ 6.185.741,23 (seis milhões, cento e oitenta e cinco mil, setecentos e quarenta um reais e vinte e três centavos), resultando em uma aplicação de 74% dos recursos orçamentários e financeiros e uma execução física de 142% do programado.

Após aprovação da última reprogramação da Programação Orçamentária 2006 (PO 2006), ocorrida em 28/7/2006, a ação, a nível nacional, teve recursos orçamentários cancelados nos valores de R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais), através do Anexo II de Decreto de 07 de novembro de 2006.

Análise do alcance dos objetivos e metas

Ao atual PPA, que define os Programas e Ações do INCRA, foi incorporada em 2006 a ação Manejo de Recursos Naturais no Programa Desenvolvimento Sustentável de Assentamentos de Reforma Agrária, cujos recursos são utilizados para a Conservação/Recuperação de Recursos Naturais nos assentamentos.

Pela primeira vez o INCRA estabeleceu em seu orçamento recursos destinados à regularização das áreas ambientalmente protegidas por lei como as de Preservação Permanente e Reserva Legal, incluindo a revegetação e cercamento das mesmas e

construção de viveiros entre outras ações diretamente relacionadas com as usualmente previstas nos condicionantes do licenciamento ambiental. Para o ano de 2006 foram disponibilizados R\$ 17 milhões para a elaboração e implementação de projetos técnicos de recuperação ambiental nos assentamentos, possibilitando o integral cumprimento por parte do INCRA da Cláusula Décima Primeira do TAC, que prevê a adequação do orçamento das instituições para a implementação deste instrumento.

Termo de Ajustamento de Conduta para regularização da situação de licenciamento ambiental dos assentamentos - TAC

Após 3 anos de vigência o TAC, firmado entre o MDA/INCRA e MMA/IBAMA, teve seu prazo prorrogado por mais seis meses. Em outubro o INCRA apresentou o relatório final de avaliação das ações para cumprimento do termo.

O primeiro semestre do ano de 2006 foi fortemente marcado pela adoção por parte do INCRA de ações entendidas como estruturantes que tiveram impacto não só para o cumprimento do TAC, mas também para a incorporação da visão de gestão ambiental no processo de implantação e desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária.

O INCRA iniciou o exercício de 2006 com novos servidores incorporados à instituição através da realização de dois concursos públicos. Vários destes novos servidores de distintas formações acadêmicas se incorporaram às equipes de meio ambiente tanto na sede com nas superintendências regionais, proporcionando a necessária visão multidisciplinar do tema.

Adequação das normas de licenciamento ambiental dos Projetos de Assentamento

Em dezembro de 2006 foi analisada e aprovada pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA a Resolução nº 387, que disciplina os procedimentos para licenciamento ambiental de assentamentos de reforma agrária, revogando a antiga Resolução nº 289 de 2001. Entre os avanços alcançados pode-se citar: possibilidade de utilização dos documentos já elaborados pelo INCRA na solicitação das licenças (Laudo de Vistoria e PDA); definição do prazo de validade das licenças; definição de licenciamento para as áreas ocupadas por populações tradicionais.

Também neste ano foram desenvolvidas ações voltadas para a criação de capacidades institucionais segundo um processo de capacitação de servidores e gestores para atuação no tema gestão ambiental. Nos meses de março e agosto foram realizadas duas oficinas através da parceria INCRA e MMA sobre os potenciais de manejo comunitário nos biomas da Caatinga e Floresta Amazônica.

Em março de 2006 foi aprovada a nova Estrutura Regimental do INCRA. No novo desenho, além do restabelecimento da importância das ações de ordenamento da estrutura fundiária pela instituição, foi finalmente criada uma forte referência para o tratamento das ações de meio ambiente e recursos naturais na sede da autarquia com a criação da Coordenação-Geral de Meio Ambiente e Recursos Naturais, além da definição mais clara a respeito das atribuições destas ações nas Superintendências Regionais.



4.8 Ação: Gestão e Administração do Programa

Objetivo: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

A provisão orçamentária recebida pela Sede e pelas 17 Superintendências Regionais para o exercício de 2006 foi R\$ 15.471.633,96 (quinze milhões, quatrocentos e setenta e um mil, seiscentos e trinta e três reais e noventa e seis centavos), dos quais foram empenhados e liquidados R\$ 15.283.571,85 (quinze milhões, duzentos e oitenta e três mil, quinhentos e setenta e um reais e oitenta e cinco centavos), resultando em uma execução orçamentária e financeira de 99% . Esses recursos foram utilizados nas despesas que implementaram o programa e compreendem o pagamento de diárias, passagens e material de consumo das Unidades Regionais do INCRA, dentre outras.

Após aprovação da última reprogramação da Programação Orçamentária 2006 (PO 2006), ocorrida em 28/7/2006, a ação, em nível nacional, teve recursos orçamentários suplementados no valor de R\$ 116.831,00 (cento e dezesseis mil, oitocentos e trinta e um reais), através do Decreto de 31 de agosto de 2006.

5. PROGRAMA: REGULARIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA

5.1 Ação: Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural

Objetivo: Auferir qualidade à organização do cadastro de imóveis rurais, tanto particulares quanto públicos, com vistas a melhor conhecer a estrutura fundiária e certificar os imóveis para fins de registro imobiliário, de controle de aquisição de terras por estrangeiro, de limite mínimo de parcelamento do imóvel rural e de identificação dos imóveis rurais passíveis de ações de reforma agrária.

Demonstrativo da Execução Física, Orçamentária e Financeira

PO 2006	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Empenho liquidado	% Executado
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	R\$(d)	(g=d/b)
10.694.476	8.580.219	8.507.375	8.507.375	99%

Meta Física	Realizado	Execução
Imóvel Gerenciado	Imóvel Gerenciado	(%)
2.091.560	1.926.786	92%

Avaliação dos resultados da execução física, orçamentária e financeira

A provisão orçamentária recebida pela ação foi R\$ 8.580.218,59 (oito milhões, quinhentos e oitenta mil, duzentos e dezoito reais e cinquenta e nove centavos), sendo empenhados e liquidados R\$ 8.507.375,47 (oito milhões, quinhentos e sete mil, trezentos e setenta e cinco reais e quarenta e sete centavos), resultando em uma aplicação de 99% dos recursos orçamentários e financeiros e uma execução física de 92% do programado.

Após aprovação da última reprogramação da Programação Orçamentária 2006 (PO 2006), ocorrida em 28/7/2006, a ação, em nível nacional, teve recursos orçamentários cancelados no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), através do Decreto de 07 de novembro de 2006.

Análise do alcance dos objetivos e metas

Foi executado o gerenciamento de toda a base cadastral do SNCR. No caso específico dessa ação, o recurso orçado não reflete diretamente o custo unitário do gerenciamento de cada imóvel rural. Um registro cadastral pode manter-se gerenciado sem qualquer atualização da base cadastral.

Esta ação corresponde a capacidade de manter-se atualizado os registros na base de dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural-SNCR e à capacidade que o Incra dispõe de acompanhar a dinâmica natural das mudanças de domínio e uso do imóvel

rural e auferir qualidade ao registro cadastral representando variáveis qualitativas, o que dificulta sua mensuração.

5.2 Ação: Regularização Fundiária de Imóveis Rurais

Objetivo: Esta ação visa propiciar destinação de terras públicas baseando-se no princípio da democratização do acesso a terra e o combate à grilagem com foco na Amazônia Legal, visando a regularização fundiária resultando na outorga de títulos de domínio e concessões de direito real de uso aos ocupantes, incluindo a ratificação de títulos já emitidos em faixa de fronteira, discriminação entre terras públicas e particulares, arrecadando-as e matriculando-as em nome do Incra, União ou Estados, arrecadação sumária de terras devolutas, instrução e análise de processos administrativos de legitimação de ocupações, permitindo a demarcação dos limites e confrontações e a titulação em nome do legítimo ocupante.

Demonstrativo da Execução Física, Orçamentária e Financeira

PO 2006	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Empenho liquidado	% Executado
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	R\$(d)	(g=d/b)
5.843.372	5.555.649	5.363.270	5.363.270	97%

Meta Física	Realizado	Execução
Imóvel Regularizado	Imóvel Regularizado	(%)
23.919	2.497	10%

Avaliação dos resultados da execução física, orçamentária e financeira

A provisão orçamentária recebida pela ação foi R\$ 5.555.648,92 (cinco milhões, quinhentos e cinquenta e cinco mil, seiscentos e quarenta e oito reais e noventa e dois centavos), sendo empenhados e liquidados R\$ 5.363.269,82 (cinco milhões, trezentos e sessenta e três mil, duzentos e sessenta e nove reais e oitenta e dois centavos), resultando em uma aplicação de 97% dos recursos orçamentários e financeiros e uma realização física de 10%.

Após aprovação da última reprogramação da Programação Orçamentária 2006 (PO 2006), ocorrida em 28/7/2006, a ação, em nível nacional, teve recursos orçamentários cancelados no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), através de Decreto de 07 de novembro de 2006.

Análise do alcance dos objetivos e metas

A execução ficou abaixo das meta física estabelecida em razão dos seguintes fatores:

- Criação da Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária, com rebatimento nas trinta (30) Superintendências Regionais, por meio das respectivas Divisões, em março de 2006, estabelecendo uma

interlocução regional na área de regularização;

- O valor unitário estabelecido por imóvel regularizado, na LOA, é de R\$ 100,00 por imóvel considerado muito abaixo do custo praticado na execução que é R\$ 500,00
- O fato do indicador “imóvel regularizado” ser inadequado para aferir o desempenho.

Desta forma, a prática habitual de regularizar imóveis de até 100 hectares foi substituída pela regularização de grandes glebas federais para criação de Projetos de Desenvolvimento Sustentável, sob diversas modalidades.

A execução desta ação foi direcionada para os grandes programas do governo como Integração de Bacias do Rio São Francisco, Planos de Combate ao Desmatamento, Plano Amazônia Sustentável, bem como as áreas de conflito em terras públicas federais localizadas na Amazônia Legal.

A alteração da Lei 8.666/93, pelo Art.118 da Lei 11.196/2006, regulamentado pelo Decreto 5.732, de 23 de março de 2006, possibilitou a elaboração e publicação em 06/06/2006, da Instrução Normativa Nº 31/2006, legitimação de posse em áreas de até 100 ha, e da Instrução Normativa Nº 32/2006, no âmbito da Amazônia Legal, com regularização de posses em áreas acima de 100 e até 500 ha.

Há que se destacar ainda que, embora o número de imóveis regularizados tenha ficado abaixo da meta estabelecida, a área regularizada, em todo o país, alcançou um valor superior a 18 milhões de hectares (18.000.000 ha.), equivalente a mais de 180.000 imóveis de 100 hectares e a 2,11% de toda a superfície territorial brasileira. Nestes cálculos foram incorporados os imóveis regularizados em decorrência de convênios firmados com diversos estados brasileiros e os imóveis regularizados diretamente pelas Superintendências Regionais da Região Norte e Centro-Oeste.

5.3 Ação: Sistema de Cadastro Rural

Objetivo: Manter banco de dados informatizado com informações sobre imóveis rurais cadastrados no Sistema Nacional de Cadastros Rurais – SNCR, e disponibilizá-lo via Internet ao usuário. Integrar as diversas fontes de informações federais, estaduais e municipais, sobre o meio rural, visando a construção de um cadastro único de forma a facilitar a definição de diretrizes de políticas agrária e agrícola.

Demonstrativo da Execução Física, Orçamentária e Financeira

PO 2006	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Empenho liquidado	% Executado
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	R\$(d)	(g=d/b)
5.781.615	5.781.615	5.731.705	5.731.705	99%

Meta Física	Realizado	Execução
Sistema Implantado	Sistema Implantado	(%)
1	1	100%

Avaliação dos resultados da execução física, orçamentária e financeira

A provisão orçamentária recebida pela ação foi R\$ 5.781.615,00 (cinco milhões, setecentos e oitenta e um mil, seiscentos e quinze reais), sendo empenhados e liquidados R\$ 5.731.704,76 (cinco milhões, setecentos e trinta e um mil, setecentos e quatro reais e setenta e seis centavos), resultando em uma aplicação de 99% dos recursos orçamentários e financeiros e uma execução física de 100% do programado.

Análise do alcance dos objetivos e metas

Os recursos desta ação são afetos à manutenção e atualização dos registros que integram tal sistema, bem como a sua modernização, com a incorporação de novas tecnologias de processamento voltadas à agilidade, segurança e controle da informação.

5.4 Ação: Georreferenciamento de Imóveis Rurais

Objetivo: Localizar geograficamente os imóveis rurais públicos e privados de áreas predeterminadas, identificando seus limites, uso e aptidão, incorporando dados gráficos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR. Estabelecer referência geodésica única e integrada à Rede Brasileira Monitoramento Contínuo – RBMC, do IBGE, através da rede INCRA de base comunitárias do GPS – RIBAC, para o serviço de georreferenciamento de imóveis rurais.

Demonstrativo da Execução Física, Orçamentária e Financeira

PO 2006	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Empenho liquidado	% Executado
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	R\$(d)	(g=d/b)
20.109.901	12.489.814	12.140.215	12.140.215	97%

Meta Física	Realizado	Execução
Imóvel Georreferenciado	Imóvel Georreferenciado	(%)
47.567	6.077	13%

Avaliação dos resultados da execução física, orçamentária e financeira

A provisão orçamentária recebida pela ação foi R\$ 12.489.813,82 (doze milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil, oitocentos e treze reais e oitenta e dois centavos), sendo empenhados e liquidados R\$ 12.140.214,79 (doze milhões, cento e quarenta mil, duzentos e quatorze reais e setenta e nove centavos), resultando em uma aplicação de 97% dos recursos orçamentários e financeiros e uma execução física de 13% do programado.

Após aprovação da última reprogramação da Programação Orçamentária 2006 (PO 2006), ocorrida em 28/7/2006, a ação, em nível nacional, teve recursos orçamentários suplementados no valor de R\$ 1.025.000,00 (um milhão e vinte e cinco mil reais), através de Decreto de 07 de novembro de 2006.

Análise do alcance dos objetivos e metas

Esta ação visa identificar, localizar e caracterizar geograficamente os limites e uso da terra dos imóveis rurais públicos e privados de áreas predeterminadas, através de levantamento de campo, com auxílio de tecnologia de posicionamento global (GPS), sensoriamento remoto (imagens de satélite), incorporando dados gráficos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR, melhorando a qualidade e consistência das informações cadastrais. Visa também estabelecer referência geodésica única e integrada a RBMC – Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE, através da Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS – RIBAC, a qual tem manutenção e funcionamento ininterrupto de uma rede de 50 estações ativas receptoras de sinais do GPS, distribuídas em todo o território nacional, com acesso aos seus dados sendo feito pela Internet, sem restrição ou custos a qualquer usuário, para o serviço de georreferenciamento de imóveis rurais.

A meta física inicial, em nível nacional, foi estimada com base no valor unitário de R\$ 102,48 por imóvel georreferenciado, estabelecido no PPA 2004/2007. O valor de mercado, em nível nacional, entretanto, foi calculado em R\$ 783,00 por imóvel georreferenciado.

Dessa forma, a meta física possível de ser atingida, em nível nacional, seria de 30.556 imóveis rurais. Além disso, a meta física foi calculada sobre o valor total da LOA, sem descontar os recursos destinados a investimentos.

Foram gastos R\$ 6.130.000,00 na aquisição de 152 GPS L1, 57 GPS L1/L2, 80 Estações de Referência do GPS além de 50 estações gráficas, para atender a ação em todo o país. A aquisição destes equipamentos, por ser uma sub-ação estruturante, não se traduz imediatamente em meta física atingida. Assim, se deduzirmos este valor (R\$ 6.130.000,00) ao valor total da LOA+Crédito (R\$ 23.925.466,00) chegaremos, em nível nacional, a uma meta física teórica possível de ser atingida equivalente a 22.972 imóveis rurais, perfazendo um total de aproximadamente 17.987.076 ha no exercício de 2006. A execução física, portanto, em nível nacional, ficou ligeiramente acima da meta física possível de ser atingida.

É preciso destacar que embora a execução física final tenha sido baixa em relação à programada, ela foi equivalente a 44,69% da meta física nacional reprogramada (51.399 imóveis) em fevereiro de 2006.

No ano de 2006 o desempenho desta Ação foi pautado em ações estruturantes visando eliminar entraves que impossibilitaram o alcance das metas estabelecidas para o período de 2003 a 2006.

A reconstrução da infra-estrutura geodésica brasileira foi a que recebeu mais atenção por ser absolutamente indispensável para o serviço de georreferenciamento de imóveis rurais. Sem a existência dos marcos geodésicos ou das estações de referências ativas de sinais do GPS esse serviço não pode ser executado. Neste sentido as parcerias firmadas com IBGE e o Exército Brasileiro permitiram deflagrar a reconstrução de malha de referência geodésica envolvendo recursos da ordem de oito milhões de reais.

Foi deflagrado ainda o desenvolvimento do Sistema de Informações Geográficas do INCRA, de forma a assegurar que as informações georreferenciadas sejam adotadas em toda a Autarquia, tornando-as uma base única de uso comum.

Dentro deste processo estruturante, a edição da Norma de Execução nº 27/2005, que estabelece novos padrões para a determinação de preços unitários para a execução de serviços de georreferenciamento, veio corrigir uma deficiência na regra anterior, que definia um valor único para todo o território nacional sem levar em conta as diversidades regionais (relevo, clima e vegetação) e as diferenças metodológicas que devem ser adotadas na demarcação de parcela em Projetos de Assentamento, na regularização fundiária extensiva (glebas públicas, municípios, distritos), regularização fundiária isolada (imóvel) e no pré-parcelamento.

5.5 Ação: Implantação do CNIR

Objetivo: Implantar o Cadastro Nacional de Imóveis Rurais – CNIR, visando a integrar as ações nos três níveis de Governo Federal, Estadual e Municipal na definição de políticas e diretrizes fiscal, ambiental, de desenvolvimento rural e de reforma agrária.

Demonstrativo da Execução Física, Orçamentária e Financeira

Loa	Autorizado	Acréscimo/ Redução	Crédito Contido	Empenhado	Liquidado	% Executado
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	R\$(d)	R\$(e)	R\$(f)	(g=f/b)
285.850	0	0	285.850	0	0	0%

Meta Física	Realizado	Execução
Cadastro Implantado	Cadastro Implantado	(%)
50%	0	0%

Avaliação dos resultados da execução física, orçamentária e financeira

A presente ação não segue a apresentação padrão das demais ações finalísticas porque não teve recursos provisionados.

O limite aprovado na LOA de R\$ 285.850,00 (duzentos e oitenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta reais) foi contingenciado na sua totalidade.

A apresentação dos dados abrange a Sede e as 30 Superintendências Regionais tendo em vista que se trata de ação com recursos centralizados na Sede.

Análise do alcance dos objetivos e metas

Esta ação avançou com o desenvolvimento da componente gráfica do CNIR, que foi implantado por meio do Serviço de Certificação de Imóveis Rurais, e está disponível no *site* do Incra. Foram certificados, em todo o país, até dezembro de 2006, cerca de 5.761 imóveis rurais neste serviço. O seu desenvolvimento foi executado por técnicos do próprio Incra, sem custo adicional para a Autarquia.

Antecedendo a implantação do CNIR, critérios e definições da base comum dependem dos termos acordados entre as diversas instituições partícipes do referido cadastro compartilhado, e nesta linha, sem a necessidade de recursos orçamentários, foi

editada a Portaria INCRA/P/Nº 465, de 14/10/2005, para integração entre as regras do SNCR e o CNIR; e a Portaria Conjunta MDA/INCRA/Nº. 22, de 02/12/2005, para criação do grupo de trabalho interministerial.

5.6 Ação: Gestão e Administração do Programa

Objetivo: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

A provisão orçamentária recebida pela Sede e pelas 17 Superintendências para o exercício de 2006 foi R\$ 4.550.986,50 (quatro milhões, quinhentos e cinquenta mil, novecentos e oitenta e seis reais e cinquenta centavos), dos quais foram empenhados e liquidados R\$ 4.547.977,30 (quatro milhões, quinhentos e quarenta e sete mil, novecentos e setenta e sete reais, e trinta centavos), resultando em uma execução orçamentária e financeira de 100%. Esses recursos foram utilizados nas despesas que implementaram o programa e compreendem o pagamento de diárias, passagens e material de consumo das unidades regionais do INCRA, dentre outras.

6. PROGRAMA: PAZ NO CAMPO

6.1 Ação: Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas.

Objetivo: Articular junto a Ouvidoria Agrária Nacional e as diferentes esferas governamentais e não governamentais o atendimento das demandas das famílias acampadas, minimizando o impacto das dificuldades enfrentadas, contribuindo para a garantia dos direitos humanos e iniciando um processo de informação e formação para inclusão social e produtiva dessas famílias.

Demonstrativo da Execução Física, Orçamentária e Financeira

PO 2006	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Empenho liquidado	% Executado
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	R\$(d)	(g=d/b)
8.478.883	3.822.715	3.481.613	3.481.613	91%

Meta Física	Realizado	Execução
Fam. Acamp. Assist.	Fam. Acamp. Assist.	(%)
8.120	28.191	347%

Avaliação dos resultados da execução física, orçamentária e financeira

A provisão orçamentária recebida pela ação foi R\$ 3.822.714,53 (três milhões oitocentos e vinte e dois mil, setecentos e quatorze reais e cinquenta e três centavos), sendo empenhados e liquidados R\$ 3.481.613,16 (três milhões, quatrocentos e oitenta e um mil, seiscentos e treze reais e dezesseis centavos) resultando em uma aplicação de 91% dos recursos orçamentários e financeiros e uma execução física de 347% do programado.

Análise do alcance dos objetivos e metas

Os resultados obtidos foram em função das parcerias estabelecidas com os diversos organismos governamentais, tais como: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Companhia Nacional de Abastecimento, Superintendências Regionais do INCRA, bem como com organizações não governamentais que propiciaram meios para a prestação de assistência social, técnica e jurídica às famílias acampadas.

7. PROGRAMA: EDUCAÇÃO DO CAMPO

7.1 Ação: Educação de Jovens e Adultos no Campo

Objetivo: Alfabetizar, escolarizar e formar jovens e adultos assentados pela reforma agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não logram concluí-lo na idade própria, mediante a utilização de metodologias específicas para o campo, dando-lhes condições de domínio da leitura e da escrita, além de conhecimentos básicos da matemática sociedade e desenvolvimento sustentável, de forma a permitir a sua inserção social.

Demonstrativo da Execução Física, Orçamentária e Financeira

PO 2006	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Empenho liquidado	% Executado
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	R\$(d)	(g=d/b)
10.023.539	8.376.068	8.345.638	8.345.638	100%

Meta Física	Realizado	Execução
Trab. Rural. Escolar.	Trab. Rural. Escolar.	(%)
27.319	33.745	124%

Avaliação dos resultados da execução física, orçamentária e financeira

A provisão orçamentária recebida pela ação foi de R\$ 8.376.067,89 (oito milhões, trezentos e setenta e seis mil, sessenta e sete reais e oitenta e nove centavos), sendo empenhados e liquidados R\$ 8.345.637,89 (oito milhões, trezentos e quarenta e cinco mil, seiscentos e trinta e sete reais e oitenta e nove centavos) para convênios celebrados entre as Superintendências Regionais e as universidades públicas por meio de suas Fundações de Apoio, Secretarias Estaduais de Educação e Prefeitura Municipal.

Após aprovação da última reprogramação da Programação Orçamentária 2006 (PO 2006), ocorrida em 28/7/2006, a ação, em nível nacional, teve recursos orçamentários cancelados no valor de R\$ 1.361.000,00 (um milhão, trezentos e sessenta e um mil reais), através de Decreto de 07 de novembro de 2006.

Análise do alcance dos objetivos e metas

A meta física global realizada foi superior a prevista porque os cursos plurianuais que iniciaram em exercícios anteriores tiveram continuidade no exercício de 2006, com a repactuação de etapas.

Apesar do contingenciamento dos recursos orçamentários, dificuldades na operacionalização dos convênios, atrasos na liberação dos recursos, o que gerou a repactuação das parcelas previstas nos cronogramas de desembolsos dos Planos de Trabalho, e conseqüentemente das etapas, tanto a execução orçamentária quanto a execução física foram satisfatórias.

7.2 Ação: Concessão de Bolsas de Capacitação Profissional em Assistência Técnica

Objetivo: Capacitar profissionais egressos da área de ciências agrárias à prestação de uma nova concepção de assistência técnica direcionada para uma matriz tecnológica ambientalmente sustentável e condizente com as peculiaridades dos assentamentos de Reforma Agrária e dos agricultores familiares.

Demonstrativo da Execução Física, Orçamentária e Financeira.

PO 2006	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Empenho liquidado	% Executado
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	R\$(d)	(g=d/b)
4.468.613	616.635	616.635	616.635	100%

Meta Física	Realizado	Execução
Profissionais capac.	Profissionais capac.	(%)
222	185	83%

Avaliação dos resultados da execução física, orçamentária e financeira

A provisão orçamentária recebida pela ação foi R\$ 616.635,20 (seiscentos e dezesseis mil, seiscentos e trinta e cinco reais e vinte centavos), sendo empenhados e liquidados R\$ 616.635,20 (seiscentos e dezesseis mil, seiscentos e trinta e cinco reais e vinte centavos) resultando em uma aplicação de 100% dos recursos orçamentários e financeiros e uma execução física de 83% do programado.

Após aprovação da última reprogramação da Programação Orçamentária 2006 (PO 2006), ocorrida em 28/7/2006, a ação, em nível nacional, teve recursos orçamentários cancelados no valor de R\$ 649.000,00 (seiscentos e quarenta e nove mil reais), através de Decreto de 07 de novembro de 2006.

Análise do alcance dos objetivos e metas

A ação capacitou 185 profissionais das 17 Superintendências, não alcançando a sua meta em razão de contingenciamento de recursos. Não houve a possibilidade de implantação de novos projetos por necessidade de readequação dos valores e das modalidades das bolsas oferecidas nos diversos projetos em execução.

7.3 Ação: Formação de Profissionais de Nível Superior Adaptados à Reforma Agrária e Agricultura Familiar

Objetivo: Formar profissionais de nível superior de modo a atender a demanda por profissionais com formação e titulação adequados às características e aos desafios

da realidade do campo, para atuarem nas áreas de Reforma Agrária e de Agricultura Familiar.

Demonstrativo da Execução Física, Orçamentária e Financeira

PO 2006	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Empenho liquidado	% Executado
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	R\$(d)	(c=d/b)
4.408.348	3.735.437	3.425.475	3.425.475	92%

Meta Física	Realizado	Execução
Profissional Formado	Profissional Formado	(%)
1.820	1.625	89%

Avaliação dos resultados da execução física, orçamentária e financeira

A provisão orçamentária recebida pela ação foi R\$ 3.735.437,04 (três milhões, setecentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e trinta e sete reais e quatro centavos), sendo empenhados e liquidados R\$ 3.425.474,70 (três milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e setenta e quatro reais e setenta centavos) resultando em uma aplicação de 92% dos recursos orçamentários e financeiros e uma execução física de 89% do programado.

Após aprovação da última reprogramação da Programação Orçamentária 2006 (PO 2006), ocorrida em 28/7/2006, a ação, em nível nacional, teve recursos orçamentários cancelados no valor de R\$ 840.000,00 (oitocentos e quarenta mil reais), através de Decreto de 07 de novembro de 2006.

Análise do alcance dos objetivos e metas

Alguns percalços impediram a aplicação de todo o recurso desta ação, como: prazo para tramitação e aprovação dos cursos nas instâncias acadêmicas; descontingenciamento do recurso no final do exercício; e dificuldades na operacionalização dos convênios. Mesmo assim, foram implantados 12 novos cursos superiores em várias áreas do conhecimento, principalmente para a formação de jovens e adultos atuarem como professores e educadores do ensino fundamental nas escolas dos assentamentos.

7.4 Ação: Capacitação e Formação de Profissionais de Nível Médio Adaptados à Reforma Agrária e Agricultura Familiar

Objetivo: Capacitar profissionais de nível médio profissionalizante, com vistas a atender a demanda específica de administrar a produção agropecuária e associações e cooperativas, e para promoção de uma formação consistente, valorizando a identidade sócio-política e cultural dos alunos e articulando os conhecimentos científicos e os saberes sociais produzidos no contexto em que estão inseridos, com vistas à melhoria da qualidade de vida nos assentamentos.

Demonstrativo da Execução Física, Orçamentária e Financeira

PO 2006	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Empenho liquidado	% Executado
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	R\$(d)	(c=d/b)
6.025.866	4.527.534	4.527.534	4.527.534	100%

Meta Física	Realizado	Execução
Profissional capac.	Profissional capac.	(%)
2.458	2.848	116%

Avaliação dos resultados da execução física, orçamentária e financeira

A provisão orçamentária recebida pela ação foi de R\$ 4.527.533,55 (quatro milhões, quinhentos e vinte e sete mil, quinhentos e trinta e três reais e cinquenta e cinco centavos), sendo empenhados e liquidados R\$ 4.527.533,55 (quatro milhões, quinhentos e vinte e sete mil, quinhentos e trinta e três reais e cinquenta e cinco centavos) resultando em uma aplicação de 100% dos recursos orçamentários e financeiros e uma execução física de 116% do programado.

Foi concedido destaque orçamentário para a Universidade Federal do Pará - UFPA e a Universidade Federal do Maranhão – UFMA, implantarem cursos de técnicos profissionalizantes para jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária por meio de convênios celebrados com o INCRA.

Após aprovação da última reprogramação da Programação Orçamentária 2006 (PO 2006), ocorrida em 28/7/2006, a ação, a nível nacional, teve recursos orçamentários cancelados no valor de R\$ 1.040.000,00 (um milhão e quarenta mil reais), através de Decreto de 07 de novembro de 2006.

Análise do alcance dos objetivos e metas

A meta física realizada foi superior a programada porque os convênios plurianuais que já haviam sido celebrados neste ano tiveram continuidade, exigindo a repactuação de parcelas e conseqüentemente de etapas.

Apesar do contingenciamento dos recursos orçamentários, dificuldades na operacionalização dos convênios, atrasos na liberação dos recursos e repactuação das parcelas previstas nos cronogramas de desembolsos dos Planos de Trabalho, tanto a execução orçamentária quanto a execução física foram satisfatórias.

7.5 Ação: Gestão e Administração do Programa

Objetivo: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

A provisão orçamentária recebida pela Sede e pelas 17 Superintendências para o



exercício de 2006 foi R\$ 667.139,97 (seiscentos e sessenta e sete mil, cento e trinta e nove reais e noventa e sete centavos), dos quais foram empenhados e liquidados R\$ 599.856,42 (quinhentos e noventa e nove mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e quarenta e dois centavos), resultando em uma execução orçamentária e financeira de 90%. Esses recursos foram utilizados nas despesas que implementaram o programa e compreendem o pagamento de diárias, passagens e material de consumo das unidades Regionais do INCRA, dentre outras.

Após aprovação da última reprogramação da Programação Orçamentária 2006 (PO 2006), ocorrida em 28/7/2006, a ação, em nível nacional, teve recursos orçamentários cancelados no valor de R\$ 189.000,00 (cento e oitenta e nove mil reais), através do Anexo II de Decreto de 07 de novembro de 2006.

8. PROGRAMA: BRASIL QUILOMBOLA

8.1 Ação: Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos

Objetivo: Regularizar a posse das terras dos remanescentes de quilombos.

Demonstrativo da Execução Física, Orçamentária e Financeira

PO 2006	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Empenho liquidado	% Executado
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	R\$(d)	(g=d/b)
1.640.000	1.228.833	1.152.612	1.152.612	94%

Meta Física	Realizado	Execução
Comunidade Titulada	Comunidade Titulada	(%)
45	3	7%

Avaliação dos resultados da execução física, orçamentária e financeira

A provisão orçamentária recebida pela ação foi R\$ 1.228.833,10 (um milhão, duzentos e vinte e oito mil, oitocentos e trinta e três reais e dez centavos), sendo empenhados e liquidados R\$ 1.152.612,00 (um milhão, cento e cinquenta e dois mil, seiscentos e doze reais) resultando em uma aplicação de 94% dos recursos orçamentários e financeiros e uma execução física de 7% do programado.

Análise do alcance dos objetivos e metas

O processo de titulação de territórios quilombolas é moroso e de difícil execução, pois depende de procedimentos que devem ser contratados, em especial o relatório antropológico. A maioria das Superintendências Regionais não conseguiu contratar ou só o fez no segundo semestre. Assim, grande parte dos Relatórios de Identificação e Delimitação necessários à titulação será concluída somente no ano de 2007.

8.2 Ação: Pagamento de Indenização aos Ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos

Objetivo: Pagamento àqueles que realizam benfeitorias e possuem títulos válidos das terras demarcadas e tituladas aos remanescentes de quilombos.

Demonstrativo da Execução Física, Orçamentária e Financeira

Loa	Autorizado	Acréscimo/ Redução	Crédito Contido	Empenhado	Liquidado	% Executado
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	R\$(d)	R\$(e)	R\$(f)	(g=f/b)
30.000.000	6.982.313	-	23.017.687	6.583.396	6.583.396	94

Meta Física	Realizado	Execução
Área Indenizada (h a)	Área Indenizada (h a)	(%)
200.000	210	0%

Avaliação dos resultados da execução física, orçamentária e financeira

Do limite autorizado de R\$ 6.982.313,57 (seis milhões, novecentos e oitenta e dois mil, trezentos e treze reais e cinquenta e sete centavos), foram empenhados e liquidados R\$ 6.583.396, 57 (seis milhões, quinhentos e oitenta e três mil, trezentos e noventa e seis reais e cinquenta e sete centavos).

Ressalte-se que do valor de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) da LOA, foram contingenciados R\$ 23.017.687,00 (vinte e três milhões, dezessete mil, seiscentos e oitenta e sete reais).

A apresentação dos dados abrange a Sede e as 30 Superintendências Regionais tendo em vista que se trata de recursos centralizados na Sede.

Análise do alcance dos objetivos e metas

Somente em 2006 foi possível iniciar o pagamento de desapropriações, sendo que a execução física corresponde a pagamento de uma área no Estado de São Paulo.

Em 2006 foram trabalhados e concluídos processos que resultarão em indenização de cerca de 19 territórios para o próximo exercício, que vão exigir suplementação orçamentária em 2007. Estas 19 áreas, somadas às 27 áreas do exercício de 2005, totalizam 46 comunidades em fase de análise para titulação.

Faz-se necessário mencionar que, em grande parte dos processos, os valores das indenizações estão sendo contestados na justiça.

9. PROGRAMA: GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

9.1 Ação: Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Objetivo: promover a qualificação e requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

Demonstrativo da Execução Física, Orçamentária e Financeira

PO 2006	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Empenho liquidado	% Executado
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	R\$(d)	(g=d/b)
2.331.420	2.159.667	2.032.637	2.032.637	94%

Meta Física	Realizado	Execução
Servidor Capac.	Servidor Capac.	(%)
1.873	3.281	175%

Avaliação dos resultados da execução física, orçamentária e financeira

A provisão orçamentária recebida pela ação foi R\$ 2.159.666,98 (dois milhões, cento e cinquenta e nove mil, seiscentos e sessenta e seis reais e noventa e oito centavos), sendo empenhados e liquidados R\$ 2.032.636,70 (dois milhões, trinta e dois mil, seiscentos e trinta e seis reais e setenta centavos) resultando em uma aplicação de 94% dos recursos orçamentários e financeiros e uma execução física de 175% do programado.

Análise do alcance dos objetivos e metas

A meta física da Programação Operacional, capacitar 1.873 servidores, foi ultrapassada, em virtude da realização do Seminário Nacional de Ambientação dos Servidores oriundos do Concurso Público de 2004 e 2005, reunindo cerca de 1.200 novos servidores, realizado em Brasília, com recursos da Sede, mas contemplando servidores de todas as Superintendências Regionais.

O Programa Nacional de Capacitação dos servidores do INCRA/2006 estabeleceu como meta para o exercício capacitar aproximadamente 70% da força de trabalho ativa, correspondente a 3.500 servidores, implementando ações de capacitação, a partir de necessidades reais, eliminando o custo de demandas desvinculadas dos objetivos da autarquia e priorizando ações voltadas para as atividades finalísticas.

Pontos fortes do programa de capacitação 2006:

A manutenção da figura dos Agentes de T&D nas Superintendências Regionais, que contribuíram na recepção e ambientação dos novos servidores, bem como na articulação de eventos de capacitação no âmbito das regionais, identificando instrutores internos, facilitando a interação dos técnicos e a troca de experiências;

A realização de eventos de caráter nacional sobre temas finalísticos (ATES/Regularização Fundiária de áreas Quilombolas/Programa de Documentação da Mulher Trabalhadora) e temas administrativos (contratos e convênios /administração de rede);

A realização de ações desenvolvidas no âmbito de algumas Superintendências Regionais, a partir de iniciativas dessas unidades com a colaboração dos Agentes de T&D, objetivando promover o debate e capacitar os técnicos acerca de questões ambientais, planejamento participativo e desenvolvimento sustentável, fortalecendo assim, o processo de planejamento e gestão das Superintendências Regionais com o envolvimento de servidores.

Pontos que deverão ser objeto de maior empenho do INCRA para o próximo exercício para o aperfeiçoamento das ações:

Acompanhamento às Superintendências Regionais com vistas ao planejamento e otimização local dos recursos descentralizados para atender as ações de capacitação a serem desenvolvidas no âmbito de cada regional;

Parâmetros utilizados para fins de definição do montante a ser disponibilizado por Superintendência Regional;

O reconhecimento do papel do Agente de T&D em âmbito regional e o envolvimento dos mesmos no planejamento e execução das ações em âmbito central;

A estrutura material e humana das unidades de recursos humanos;

A motivação dos servidores para participar de eventos de capacitação (situação que ficou muito evidenciada com o ingresso de novos servidores), bem como o desinteresse em multiplicar conhecimento adquirido em treinamento;

A avaliação dos eventos de capacitação envolvendo, além da reação dos participantes, possibilitando conhecer a real dimensão dos impactos das ações de capacitação;

A participação de instrutores internos, inclusive quanto à capacitação em didática e metodologia de ensino;

Uma parcela considerável das dificuldades é decorrente das deficiências das equipes de trabalho nas unidades de Desenvolvimento Humano das Regionais, devendo ser implementada ações no sentido de:

Divulgar o papel do Agente de T&D nas Superintendências Regionais (inclusive nos Encontros Nacionais de Superintendentes Regionais) objetivando assegurar maior reconhecimento e representatividade;

Desenvolver programa de treinamento específico para o Agente de T&D, objetivando assegurar condições de implementação das ações mediante discussão com demais áreas;

Criar portal para Capacitação e Comunidade Treinamento & Desenvolvimento, objetivando disseminar informações, divulgar experiências exitosas e integrar Sede e Superintendências Regionais.

Medidas a serem Implementadas em 2007

A continuidade na adoção das medidas implementadas em 2006, combinada com o direcionamento estabelecido pelo Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, que instituiu a política e as diretrizes para o desenvolvimento de pessoal da administração pública federal, resultará no Plano Nacional de Capacitação 2007.

Fundamentado na “Gestão por Competência” e na “Gestão do Conhecimento”, entendido como um referencial capaz de alinhar a gestão de pessoas à estratégia organizacional, deverá ser formulada uma proposta de ação para o mapeamento de competências técnicas, gerenciais e transversais necessárias ao conjunto de servidores do Incra para o cumprimento da missão e objetivos estratégicos e operacionais da Instituição.

ACORDO DE EMPRÉSTIMOS INTERNACIONAIS

10. ACORDO DE EMPRÉSTIMOS INTERNACIONAIS – BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID)

10.1 ACORDO DE EMPRÉSTIMOS INTERNACIONAIS – BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID)

O Programa de Consolidação e Emancipação (Auto - Suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária (PAC), oriundo do Contrato de Empréstimo 1248/OC-BR, firmado entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, em 07 de dezembro de 2000, tem como objetivo desenvolver e implantar um sistema de consolidação que permita aos assentamentos alcançarem sua independência com relação ao apoio do INCRA, com vigência até 07 de dezembro de 2007.

Para o exercício de 2006, o orçamento aprovado na LOA foi da ordem de **R\$ 38.231.000,00** (trinta e oito milhões duzentos e trinta e um mil reais). No entanto, em função das restrições orçamentárias em nível nacional, **R\$ 2.297.084,96** (dois milhões duzentos e noventa e sete mil oitenta e quatro reais e noventa e seis centavos) foram contingenciados, restando créditos autorizados no valor de **R\$ 35.933.914,13** (trinta e cinco milhões novecentos e trinta e três mil novecentos e quatorze reais e treze centavos). Destes, foram empenhados **R\$ 33.324.887,30** (trinta e três milhões trezentos e vinte e quatro mil oitocentos e oitenta e sete reais e trinta centavos), que representa 92,74% do Limite Autorizado. Da mesma forma, em função das restrições financeiras, do total recebido em limite financeiro, foi possível pagar **R\$ 11.106.418,03** (onze milhões cento e seis mil quatrocentos e dezoito reais e três centavos) sendo **R\$ 5.804.034,79** (cinco milhões oitocentos e quatro mil trinta e quatro reais e setenta e nove centavos) relativos aos empenhos de 2005 inscritos em restos a pagar e **R\$ 5.302.383,24** (cinco milhões trezentos e dois mil trezentos e oitenta e três reais e vinte e quatro centavos) relativos a empenhos do exercício de 2006.

Do total empenhado em 2006 (**R\$ 33.324.887,30**), foram destinados ao Programa, em ações finalísticas, creditando recursos aos assentados através de convênios para a execução de ações de **infra-estrutura produtiva e social** de **R\$ 26.668.268,76** (vinte e seis milhões, seiscentos e sessenta e oito mil, duzentos e sessenta e oito reais e setenta e seis centavos); **R\$ 1.637.862,96** (um milhão seiscentos e trinta e sete mil oitocentos e sessenta e dois reais e noventa e seis centavos) **em equipamentos**; **R\$ 4.345.969,02** (quatro milhões trezentos e quarenta e cinco mil novecentos e sessenta e nove reais e dois centavos) **em assistência técnica e capacitação** e **R\$ 672.786,56** (seiscentos e setenta e dois mil setecentos e oitenta e seis reais e cinquenta e seis centavos) **em outras ações**.

10.2 SITUAÇÃO DOS PCAs, PAs E FAMÍLIAS EM RELAÇÃO À META

UF	Total Geral de PCAs (Meta)	Total de PCAs Conveniados	Total Geral de PAs (Meta)	Total de PAs Conveniados	Total Geral de Famílias (Meta)	Total de Famílias em PAs conveniados
MS	8	8	9	9	1.899	1.899
MT	10	10	17	17	2.479	2.479
MG	11	11	12	12	935	935
RN	14	14	13	13	1.416	1.416
MA	5	1	6	1	1.043	350
PR	5	4	6	5	1.854	1.276
RS	7	7	11	11	845	845
SE	1	1	1	8	759	759
TOTAL	61	56	75	76	11.230	9.959



PROGRAMAS OPERACIONAIS

11. PROGRAMA: APOIO ADMINISTRATIVO

Objetivo: O objetivo do programa é prover os órgãos da União dos meios administrativos para implementação e gestão dos seus programas finalísticos.

11.1 Ação: Administração da Unidade – Despesas Correntes e de Capital

Essa ação constitui um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias integrantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

Agrega todas as despesas destinadas ao apoio e suporte das atividades, serviços técnicos e administrativos, de transportes, manutenção de equipamentos, frotas de veículos, as atividades referentes à manutenção e conservação de imóveis, destacando - se os pagamentos relativos a serviços terceirizados de limpeza e vigilância, taxas condominiais e pequenas reformas, passagens, diárias, telefonia próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos Órgãos da Administração Federal.

Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira

Loa	Autorizado	Acréscimo/ Redução	Crédito Contido	Empenhado	Liquidado	% Executado
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	R\$(d)	R\$(e)	R\$(f)	(g=f/b)
66.572.571	77.592.571	11.020.000	-	74.009.204	74.009.204	95%

Avaliação dos resultados da execução orçamentária e financeira

Do limite autorizado de R\$ 77.592.571,00 (setenta e sete mil, quinhentos e noventa e dois mil, quinhentos e setenta e um reais), foram empenhados e liquidados R\$ 74.009.203,93 (setenta e quatro milhões, nove mil, duzentos e três reais e noventa e três centavos), resultando em uma aplicação de 95% dos recursos orçamentários/financeiros.

O demonstrativo acima retrata a situação da ação "Administração da Unidade" para a Sede e as trinta Superintendências Regionais, no que concerne ao Grupo 3 – "Outras Despesas Correntes" e Grupo 4 – Despesas de Capital. Este mesmos Grupos 3 e 4 para a Sede e as 17 Superintendências Regionais registrou: Provisão Recebida: R\$50.558.422,34 (cinquenta milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil, quatrocentos e vinte e dois reais e trinta e quatro centavos); Empenho Emitido e Empenho Liquidado: R\$ 49.476.366,84 (quarenta e nove milhões, quatrocentos e setenta e seis mil, trezentos e sessenta e seis reais e oitenta e quatro centavos).

A Ação Administração da Unidade agrega todas as despesas com a manutenção da máquina administrativa do Órgão. Os recursos disponíveis e aprovados na LOA 2006 não foram suficientes para o cumprimento das necessidades.

Foi concedido crédito suplementar para complementação das despesas destinadas ao apoio e suporte das atividades e serviços técnicos e administrativos da Ação "Administração da Unidade". O crédito suplementar foi liberado no último trimestre de 2006, resultando em dificuldades para algumas Superintendências Regionais em

executar os recursos orçamentários, devido ao espaço de tempo para desenvolver os procedimentos licitatórios e contratação de bens e/ou serviços.

11.2 Ação: Administração da Unidade: Remuneração de Pessoal Ativo da União e Encargos Sociais

Objetivo: Tem como finalidade assegurar o pagamento pelo efetivo exercício do cargo, emprego ou função de confiança dos servidores públicos federais, além de encargos sociais incidentes.

Demonstrativo da Execução Física, Orçamentária e Financeira

Loa	Autorizado	Acréscimo/ Redução	Crédito Contido	Empenhado	Liquidado	% Executado
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	R\$(d)	R\$(e)	R\$(f)	(g=f/b)
248.999.320	265.150.404	16.151.084	-	263.490.620	263.490.620	99%

Meta Física	Realizado	Execução
servidores	servidores	(%)
6.236	6.236	100%

Avaliação dos resultados da execução física, orçamentária e financeira

Do limite autorizado de R\$ 248.999.320,00 (duzentos e quarenta e oito milhões, novecentos e noventa e nove mil, trezentos e vinte reais), foram empenhados e liquidados R\$ 263.490.619,94 (duzentos e sessenta e três milhões, quatrocentos e noventa mil, seiscentos e dezenove reais e noventa e quatro centavos), resultando em uma aplicação de 99% dos recursos orçamentários e financeiros e uma execução física de 100%.

O demonstrativo acima retrata a situação da ação "Remuneração de Pessoal Ativo da União e Encargos Sociais" referente a todos servidores da Sede do Incra e das trinta Superintendências Regionais. Tendo em vista tratar-se de recursos centralizados na Sede do Incra, não são distribuídos tetos em Programação Operacional. O levantamento do número de servidores da Sede e das 17 Superintendências Regionais registrou um total 3411.

Análise do alcance dos objetivos e metas

Os recursos disponíveis e aprovados na LOA 2006 não foram suficientes para atender as despesas até o final do exercício de 2006, com folha de pagamento normal e processos relativos a sentenças judiciais de incorporações de vantagens e planos econômicos com trânsito julgado.

Foi concedido crédito suplementar em dezembro de 2006, destinados a complementação das despesas acima mencionadas.

Devido a suspensão por parte do Poder Judiciário, alguns processos judiciais deixaram de ser atendidos, resultando na execução orçamentária efetiva inferior ao valor inicialmente programado.

11.3 Ação: - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes.

Objetivo: Proporcionar aos servidores, ativos e aposentados, e a seus dependentes, condições para a manutenção da saúde física e mental.

Demonstrativo da Execução Física, Orçamentária e Financeira

Loa	Autorizado	Acréscimo/ Redução	Crédito Contido	Empenhado	Liquidado	% Executado
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	R\$(d)	R\$(e)	R\$(f)	(g=f/b)
15.681.888	15.681.888			15.681.888	15.681.888	100%

Meta Física	Realizado	Execução
Pessoa beneficiada	Pessoa beneficiada	(%)
54.451	38.074	70%

Avaliação dos resultados da execução física, orçamentária e financeira

Do limite autorizado, R\$ 15.681.888,87 (quinze milhões, seiscentos e oitenta e um mil, oitocentos e oitenta e oito reais e oitenta e sete centavos), foram empenhados e liquidados R\$ 15.681.888,87 (quinze milhões, seiscentos e oitenta e um mil, oitocentos e oitenta e oito reais e oitenta e sete centavos), resultando em uma execução orçamentária e financeira de 100%, correspondente a 70% da meta física, conforme demonstrativo acima.

O demonstrativo acima retrata a situação da ação "Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes" referente a todos servidores da Sede do Incra e das trinta Superintendências Regionais. Tendo em vista tratar-se de recursos centralizados na Sede do Incra, não são distribuídos tetos em Programação Operacional.

A assistência médica e odontológica é concedida por intermédio de convênio CRT/DF/53.100/2005, celebrado em 1º de junho de 2005 entre este Instituto e a Fundação Assistencial dos Servidores do INCRA, com prazo de validade até 31 de dezembro de 2007.

Foi celebrado o 2º Termo Aditivo ao Convênio CRT/DF/53.100/2005 objetivando assegurar o aporte de recursos orçamentários para o Programa de Assistência ao Servidor, no valor de R\$ 15.651.888,00 (quinze milhões, seiscentos e cinquenta e um mil, oitocentos e oitenta e oito reais) para o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2006.

Foi celebrado o 3º Termo Aditivo ao Convênio CRT/DF/53.100/2005 objetivando



alterar a redação da Cláusula Primeira, Parágrafo Segundo e caput da Cláusula Segunda, do 2º Termo Aditivo, do Convênio/CRT-DF/53.100/2005, que trata dos recursos orçamentários e financeiros, uma vez que a redação original do 2º Termo Aditivo omitiu o valor relativo à contrapartida da Fundação Assistencial dos Servidores do INCRA – FASSINCRA, corresponde a 10% do valor disponibilizado pelo INCRA.

Análise do alcance dos objetivos e metas

O quantitativo físico constante na Lei Orçamentária Anual – LOA abrange 54.451 servidores ativos, aposentados e dependentes diretos, baseado no disposto na EM Interministerial nº 56/MPO/MF/MARE, de 11 de novembro de 1997, que estabeleceu aos órgãos e entidades do Poder Executivo, o limite no orçamento, calculado ao custo mensal equivalente a R\$ 24,00 (vinte e quatro reais) per capita.

Em decorrência de falta de regulamentação específica sobre a matéria foi alterado o valor per capita de R\$ 24,00 (vinte e quatro reais) para R\$ 35,00 (trinta e cinco reais) nos órgãos e entidades do Poder Executivo em virtude dos reajustes nos custos médios na prestação dos serviços médicos e odontológicos.

11.4 Ação: Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

Objetivo: Oferecer aos empregados e servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes em idade pré-escolar.

Demonstração da Execução Física, Orçamentária e Financeira

Loa	Autorizado	Acréscimo/ Redução	Crédito Contido	Empenhado	Liquidado	% Executado
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	R\$(d)	R\$(e)	R\$(f)	(g=f/b)
1.996.735	996.735	(1.000.000)	-	667.402	667.402	67%

Meta Física	Realizado	Execução
Criança de 0 a 6 anos	Criança de 0 a 6 anos	(%)
1.807	809	45%

Avaliação dos resultados da execução física, orçamentária e financeira

Do limite autorizado correspondente a R\$ 996.735,00 (novecentos e noventa e seis mil, setecentos e trinta e cinco reais), foram empenhados e liquidados R\$ 667.402,00 (seiscentos e sessenta e sete mil e quatrocentos e dois reais), resultando em uma execução orçamentária e financeira de 67%, correspondente a execução física de 45% do programado, conforme demonstrativo acima.

O demonstrativo acima retrata a situação da ação “Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados” referente a todos servidores da Sede do Incra e das trinta Superintendências Regionais. Tendo em vista tratar-se de recursos centralizados na Sede do Incra, não são distribuídos tetos em Programação Operacional.

Análise do alcance dos objetivos e metas

O quantitativo físico realizado no exercício de 2006 foi inferior ao programado, em virtude de não se comprovar a expectativa em relação a concessão do benefícios aos servidores que ingressaram no INCRA em 2006, bem como de uma parcela dos dependentes dos servidores completarem 7 (sete) anos de idade.

11.5 Ação: Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

Objetivo: Assegurar aos servidores e empregados o benefício de auxílio transporte para deslocamento entre a residência e o trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei 7418/85 e alterações.

Demonstrativo da Execução Física, Orçamentária e Financeira

Loa	Autorizado	Acréscimo/ Redução	Crédito Contido	Empenhado	Liquidado	% Executado
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	R\$(d)	R\$(e)	R\$(f)	(g=f/b)
6.074.298	6.074.298	-	-	6.074.298	6.074.298	100%

Meta Física	Realizado	Execução
Servidor Beneficiado	Servidor Beneficiado	(%)
5.139	4.676	91%

Avaliação dos resultados da execução física, orçamentária e financeira

Do limite autorizado, R\$ 6.074.298,00 (seis milhões, setenta e quatro mil, duzentos e noventa e oito reais), foram empenhados e liquidados R\$ 6.074.298,00 (seis milhões, setenta e quatro mil, duzentos e noventa e oito reais), resultando em uma execução orçamentária e financeira de 100% e uma execução física de 91% do programado.

O demonstrativo acima retrata a situação da ação Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados referente a todos servidores da Sede do Incra e das trinta Superintendências Regionais. Tendo em vista tratar-se de recursos centralizados na Sede do Incra, não são distribuídos tetos em Programação Operacional, por Superintendência.

Análise do alcance dos objetivos e metas

A execução física no exercício de 2006 foi inferior a programada, em virtude de não se comprovar a expectativa de solicitação do benefício por parte dos servidores que ingressaram no INCRA em 2006.

11.6 Ação: Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados

Objetivo: Concessão de auxílio alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados.



Demonstrativo da Execução Física, Orçamentária e Financeira

Loa	Autorizado	Acréscimo/ Redução	Crédito Contido	Empenhado	Liquidado	% Executado
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	R\$(d)	R\$(e)	R\$(f)	(g=f/b)
13.061.736	10.567.989	(2.494.147)	-	9.717.736	9.717.736	92%

Meta Física	Realizado	Execução
Servidor Beneficiado	Servidor Beneficiado	(%)
6.719	6.274	93%

Avaliação dos resultados da execução física, orçamentária e financeira

Do limite autorizado correspondente a R\$ 10.567.989,00 (dez milhões, quinhentos e sessenta e sete mil, novecentos e oitenta e nove reais), foram empenhados e liquidados R\$ 9.717.736,00 (nove milhões, setecentos e dezessete mil, setecentos e trinta e seis reais), resultando em uma execução orçamentária/financeira de 92%, correspondente a execução física de 93% do programado, conforme demonstrativos acima.

O demonstrativo acima retrata a situação da ação Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados referente a todos servidores da Sede do Incra e das trinta Superintendências Regionais. Tendo em vista tratar-se de recursos centralizados na Sede do Incra, não são distribuídos tetos em Programação Operacional.

Análise do alcance dos objetivos e metas

O quantitativo físico realizado no exercício de 2006 foi inferior ao programado, em virtude de não ter ocorrido o provimento total das vagas por novos servidores em decorrência de classificação em Concurso Público.

11.7 Ação : Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais.

Objetivo: Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais na forma do Art. 8º da Lei Nº 10.887, de 18 de Junho de 2004.

Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira

Loa	Autorizado	Acréscimo/ Redução	Crédito Contido	Empenhado	Liquidado	% Executado
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	R\$(d)	R\$(e)	R\$(f)	(g=f/b)
61.228.213	55.130.674	(6.097.539)	-	55.114.086	55.114.086	100%



Avaliação dos resultados da execução física, orçamentária e financeira

Do limite autorizado, correspondente a R\$ 55.130.674,00 (cinquenta e cinco milhões, cento e trinta mil, seiscentos e setenta e quatro reais), foram empenhados e liquidados R\$ 55.114.086,00 (cinquenta e cinco milhões, cento e quatorze mil e oitenta e seis reais), resultando em uma execução orçamentária e financeira de 100%, conforme demonstrativo acima.

O demonstrativo acima retrata a situação da ação referente à Sede e às trinta Superintendências Regionais.

PROGRAMA DE AÇÕES ESPECIAIS

12. CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS

12.1 Ação: Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatório) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas

Objetivo: Atende as despesas com cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações via destaque orçamentário aos Tribunais.

Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira

Loa	Autorizado	Acréscimo/ Redução	Crédito Contido	Destaque	Liquidado	% Executado
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	R\$(d)	R\$(e)	R\$(f)	(g=e/b)
70.745.352	70.789.885	44.533	-	65.820.691	-	93%

As dotações de crédito orçamentário e as liberações dos recursos financeiros, destinados ao pagamento de débitos oriundos de decisões judiciais transitadas em julgado, aprovadas na Lei de Orçamento Anual e em créditos adicionais são integralmente descentralizados de forma automática pelo Órgão Central do Sistema Administração Financeira Federal – SIAFI, imediatamente após a publicação da LOA e seus créditos, aos Tribunais que proferirem as decisões exequendas.

O demonstrativo acima retrata a situação da ação “Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatório) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas” abrangendo a Sede e as trinta Superintendências Regionais.

13. SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA (JUROS E AMORTIZAÇÕES)

13.1 Ação: Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa

Objetivo: Atende as despesas com Amortização do acordo de empréstimo BIRD e FIDA.

Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira

Loa	Autorizado	Acréscimo/ Redução	Crédito Contido	Empenhado	Liquidado	% Executado
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	R\$(d)	R\$(e)	R\$(f)	(g=f/b)
40.645.605	40.645.605	-	-	23.125.246	23.125.246	57%

Avaliação dos resultados da execução orçamentária e financeira

Do limite autorizado, R\$ 40.645.605,00 (quarenta milhões, seiscentos e quarenta e cinco mil, seiscentos e cinco reais), foram empenhados e liquidados R\$ 23.125.246,00 (vinte e três milhões, cento e vinte e cinco mil, duzentos e quarenta e seis reais), resultando em uma execução orçamentária e financeira de 57%, explicada pela variação cambial favorável ao país.

O demonstrativo acima retrata a situação da ação "Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa" abrangendo a Sede e as Superintendências Regionais. Tendo em vista tratar-se de recursos centralizados na Sede do Incra, não são distribuídos tetos em Programação Operacional.

14. PROGRAMA: PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO

14.1 Ação: Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis

Objetivo: Atender as despesas com pagamento de remuneração de pessoal inativo e pensionista da União e encargos sociais.

Demonstrativo da execução física, orçamentária e financeira

Loa	Autorizado	Acréscimo/ Redução	Crédito Contido	Empenhado	Liquidado	% Executado
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	R\$(d)	R\$(e)	R\$(f)	(g=f/b)
222.098.324	223.775.128	1.676.804	-	223.716.110	223.716.110	100%

Meta Física	Realizado	Execução
Pessoa Benef.	Pessoa Benef.	(%)
5.532	5.899	107%

Avaliação dos resultados da execução física, orçamentária e financeira

Do limite autorizado de R\$ 223.775.128,00 (duzentos e vinte e três milhões, setecentos e setenta e cinco mil e cento e vinte e oito reais) foram empenhados e liquidados R\$ 223.716.110,00 (duzentos e vinte e três milhões, setecentos e dezesseis mil, cento e dez reais), resultando em uma execução orçamentária e financeira de 100% e uma execução física de 107% do programado, conforme demonstrativo acima.

O demonstrativo acima retrata a situação da ação "Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis" referente a todos servidores da Sede do Incra e das trinta Superintendências Regionais. Todos os recursos da Ação estão centralizados na Sede do INCRA. No entanto, registramos que na Sede e nas 17 Superintendências Regionais existem 3.760 aposentados e pensionistas.

PLANEJAMENTO

15. AÇÕES DE PLANEJAMENTO

15.1 Avaliação do Plano Plurianual – Etapa Gerente

Em janeiro de 2006, esta Coordenação Geral de Planejamento coordenou, junto aos técnicos das áreas finalísticas e coordenadores de Ação, a avaliação dos Programas sob a responsabilidade do INCRA, quanto a sua concepção, implementação e resultados.

Revisão Qualitativa

Em março de 2006, esta Diretoria encaminhou à SPOA, proposta de revisão do PPA 2004/2007, especificamente:

- a) Criação de duas Ações de Remuneração ao Agente Financeiro para Operacionalização do Crédito Instalação: Uma no **Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária** e outra no **Programa 0135 – Assentamentos Sustentáveis para Trabalhadores Rurais**.
- b) Incorporação na Unidade Orçamentária – INCRA, das ações do Programa – **1120 – Paz no Campo**, (4284, 4309 e 4300) e ;
- c) Alteração da finalidade e descrição da ação 2105 – Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural, para contemplar o trabalho escravo.

15.2 - Modernização Tecnológica

No ano de 2006, o INCRA deu continuidade à implementação das ações de modernização tecnológica, em conformidade com as diretrizes constantes do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação de Dados (PDTIC), com destaque para as seguintes ações:

I – Área de Rede / Desenvolvimento de Sistemas:

- Atualização do antivírus corporativo (McAfee ViruScan Enterprise), com vigência até 2009;
- Aquisição de solução integrada para realização de cópias de segurança dos sistemas corporativos (backup);
- Renovação da licença de uso do banco de dados corporativo (ORACLE), com instalação da versão 10 g e garantia até atualização de versões até setembro de 2007;
- Aquisição de solução para gerenciamento de impressão corporativa, envolvendo 2400 impressoras instaladas na Sede e nas Superintendências Regionais;
- Incorporação de cerca de 30 novos servidores oriundos do

concurso/2005 (analistas administrativos e analistas de reforma e desenvolvimento agrário), com formação específica na área de tecnologia da informação, os quais foram lotados nos setores de informática, na Sede e nas Superintendências Regionais;

- Encontro Nacional dos Administradores de Rede, realizado em Brasília, envolvendo cerca de 60 servidores da Sede, Superintendências Regionais e Unidades Avançadas;

Quanto à infra-estrutura de rede foram descentralizados recursos para modernização das redes locais em 4 Superintendências Regionais, cujos projetos estão na seguinte situação:

- SR-03/PE – projeto inicial sofreu alterações em função de mudanças nas instalações – licitação prevista para março/2007;
- SR-04/GO - empresa contratada – serviço em execução;
- SR-05/BA - empresa contratada – serviço em execução;
- SR-15/AM - empresa contratada – serviço em execução

II – Aquisição de Equipamentos

No tocante a equipamentos foram realizadas aquisições expressivas visando suprir a Sede e as Superintendências Regionais, sobretudo para atender os 1.666 novos servidores que ingressaram no Incra mediante concurso público em 2004 e 2005 (366 servidores em 2004 e 1300 em 2005). Neste sentido foram adquiridos, entre outros, os equipamentos relacionados abaixo, com a seguinte distribuição:

- 2.353 microcomputadores tipo desktop – Sede: 160, SR: 2.193;
- 3 servidores de rede destinados à rede corporativa em Brasília;
- 50 estações gráficas destinadas aos setores de cartografia – Sede: 15, SR: 35;
- 221 notebooks – Sede: 20; SR: 201;
- 170 impressoras de rede com tecnologia laser, sendo 165 monocromáticas e 5 coloridas – Sede: 25; SR: 145
- 40 impressoras tipo jato de tinta, formato A-3, destinadas aos setores de cartografia – Sede: 2; SR: 38;
- 50 monitores LCD (Sede);
- 37 scanners de mesa – Sede: 7; SR: 30;
- 200 pen drives – Sede: 80; SR: 120
- 40 projetores multimídia (datashow) – Sede: 10; SR: 30.

Cabe ressaltar que, desde 2005, o INCRA vem tentando adquirir impressoras de grande porte (plotters) destinadas às unidades de cartografia e recursos naturais, para impressão de plantas de imóveis e mapas cartográficos, sendo que em 2006 uma licitação chegou a ser realizada para adquirir 20 plotters, a qual foi vencida pela empresa Hewlett Packard (HP). No entanto, uma

das licitantes perdedoras recorreu ao TCU, o que resultou na suspensão da licitação e, até a presente data, está dependendo de decisão de um dos ministros daquele tribunal.

15.3 - Monitoramento e Avaliação

Em 2006, conforme o Decreto nº 5.735, de 27 de março de 2006, foi aprovada uma nova Estrutura Regimental para o INCRA. Um novo Regimento Interno foi aprovado pela Portaria/MDA/Nº69, de 19 de outubro de 2006, sendo criada a Coordenação Geral de Monitoramento e Avaliação da Gestão.

A partir de então, foi oficializados o monitoramento e a avaliação nesta Autarquia, cujos principais objetivos são: a coordenação, supervisão e propositura de atos normativos, manuais e procedimentos técnicos que permitam monitorar e controlar o desempenho das ações desenvolvidas pelo INCRA.

Em particular, destacam-se as seguintes competências:

- Disseminação de metodologias e práticas organizacionais que proporcionem a melhoria contínua da qualidade do monitoramento;
- Melhorar os processos de controle das realizações da Instituição;
- Manutenção de banco de dados, propiciando um rápido atendimento das demandas realizadas por diferentes organismos públicos / privados;
- Dar transparência no desenvolvimento dos trabalhos realizados pela Instituição;
- Desenvolver ações voltadas para a avaliação de desempenho das Superintendências Regionais e da gestão do INCRA.

Neste sentido, já no ano de 2006, a Coordenação elaborou o Manual e Planilha de Monitoramento das ações desenvolvidas pelas Superintendências Regionais, tendo por base o Plano Plurianual de Governo, bem como promoveu o Balanço e Avaliação da Gestão do INCRA – período 2003 a 2006.

16. DEMONSTRATIVO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO POR PROGRAMAS E AÇÕES DO INCRA

16.1 – Execução Orçamentária e Financeira – Sede e 17 Superintendências Regionais



SIAFI
Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

R5 - SRS - Execução Global

Execução Orçamentária e Financeira Superintendências Regionais

Exercício: 2006

Base: 19-JAN-2007

Moeda: REAL (Em unidade monetária)

Órgão da UG Executora
Tipo de Valor
Mês de Referência

22201
Saldo Atual
DEZEMBRO

Programa	Projeto/Atividade	Item de Informação				
		Concedida X Recebida	Empenhos Emitidos	Pré-Empenhos a Empenhar	Empenhos Liquidados	Valores Pagos
0089	0181 PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS	223.716.110,22	223.716.110,21		223.716.110,21	223.154.455,15
0135	0002 CONCESSAO DE CREDITO-INSTALACAO AS FAMILIAS ASSENTADAS - IMP	310.276.259,50	301.738.912,00	2.241,00	301.738.912,00	164.938.300,00
	2272 GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA	20.556.393,34	20.292.294,51	7.575,79	20.292.294,51	15.133.114,36
	4274 ACOES PREPARATORIAS PARA OBTENCAO DE IMOVEIS RURAIS	9.843.854,72	9.625.801,09		9.625.801,09	8.543.699,32
	4206 PROJETOS DE ASSENTAMENTO RURAL EM IMPLANTACAO	51.222.052,87	49.225.220,38		49.225.220,38	25.272.389,78
	4460 OBTENCAO DE IMOVEIS RURAIS PARA REFORMA AGRARIA	1.146.942.410,07	1.134.356.564,40		1.134.356.564,40	1.111.296.523,72
	4404 ASSISTENCIA TECNICA E CAPACITACAO DE ASSENTADOS - IMPLANTACA	18.056.052,93	16.341.977,03		16.341.977,03	12.632.321,28
0137	0427 CONCESSAO DE CREDITO-INSTALACAO AOS ASSENTADOS - RECUPERACAO	130.110.041,10	126.174.970,65	120.215,00	126.174.970,65	46.828.050,00
	2272 GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA	15.471.633,98	15.283.571,85		15.283.571,85	13.116.020,47
	2806 MANEJO DE RECURSOS NATURAIS EM PROJETOS DE ASSENTAMENTO DE R	8.339.290,81	6.185.741,23		6.185.741,23	3.854.976,00
	4312 RECUPERACAO, QUALIFICACAO E EMANCIPACAO DE PROJETOS DE ASSEN	37.038.110,97	35.286.472,20		35.286.472,20	18.928.076,93
	4320 FOMENTO A AGROINDUSTRIALIZACAO, A COMERCIALIZACAO E A ATIVID	5.072.343,68	4.877.213,71		4.877.213,71	3.405.973,62
	4358 TITULACAO, CONCESSAO E DESTINACAO DE IMOVEIS RURAIS	2.023.500,80	1.975.404,60		1.975.404,60	1.942.668,54
	4470 ASSISTENCIA TECNICA E CAPACITACAO DE ASSENTADOS - RECUPERACA	28.516.957,45	25.191.895,80		25.191.895,80	17.652.845,85
	5158 CONSOLIDACAO E EMANCIPACAO DE ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRAR	6.834.377,27	6.828.186,88		6.828.186,88	1.703.691,86
0138	2105 GERENCIAMENTO E FISCALIZACAO DO CADASTRO RURAL	8.580.218,59	8.507.375,47		8.507.375,47	5.042.546,16
	2110 REGULARIZACAO FUNDIARIA DE IMOVEIS RURAIS	5.555.648,92	5.363.269,82		5.363.269,82	4.572.823,84
	2114 SISTEMA DE CADASTRO RURAL	5.781.615,00	5.731.704,76		5.731.704,76	3.885.824,49
	2272 GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA	4.550.986,50	4.547.977,30		4.547.977,30	4.006.177,30
	4426 GEORREFERENCIAMENTO DE IMOVEIS RURAIS	12.489.813,82	12.140.214,79	84.398,00	12.140.214,79	7.525.822,82
0139	4572 CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE Q	2.159.666,98	2.032.636,70	33.149,35	2.032.636,70	1.964.458,15
0580	2272 GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA	401.647,82	379.531,52		379.531,52	111.945,91
0750	09HB CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O	55.114.086,00	55.114.086,00		55.114.086,00	54.519.444,27
	2000 ADMINISTRACAO DA UNIDADE	314.095.878,63	312.942.012,70	78.198,54	312.942.012,70	301.593.117,88
	2004 ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS	15.681.888,00	15.681.888,00		15.681.888,00	15.681.552,87
	2010 ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMP	736.735,00	667.402,00		667.402,00	632.331,45
	2011 AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	6.074.298,00	6.074.298,00		6.074.298,00	5.818.475,08
	2012 AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	10.561.736,00	9.717.735,00		9.717.735,00	9.368.306,03
	4716 OPERACAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS DAS UNIDADES DESCENTRA	80.798,50	80.388,50		80.388,50	18.348,20
0906	0284 AMORTIZACAO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO DA DIVIDA CONTRATUAL	23.125.246,50	23.125.246,50		23.125.246,50	20.732.631,46
1120	2109 ASSISTENCIA SOCIAL, TECNICA E JURIDICA AS FAMILIAS ACAMPADAS	3.822.714,53	3.481.613,16		3.481.613,16	2.781.100,45
	4284 PREVENCAO DE TENSAO SOCIAL NO CAMPO	78.513,00	35.106,65		35.106,65	35.106,65
	4288 CAPACITACAO DE MEDIADORES DE CONFLITOS SOCIAIS	20.932,00	11.160,38		11.160,38	5.009,30
	4304 MEDIACAO DE CONFLITOS AGRARIOS	39.000,00	28.720,62		28.720,62	28.720,62
	5146 IMPLANTACAO DE OUVIDORIAS AGRARIAS	267.390,00	221.294,46		221.294,46	136.667,00
1128	0584 APOIO A PROJETOS DE REGULARIZACAO FUNDIARIA SUSTENTAVEL DE A	68.000,00	68.000,00		68.000,00	
1336	0859 PAGAMENTO DE INDENIZACAO AOS OCUPANTES DAS TERRAS DEMARCADAS	264.079,49	263.889,50		263.889,50	261.230,52
	1642 RECONHECIMENTO, DEMARCAÇÃO E TITULAÇÃO DE ÁREAS REMANESCENTE	1.228.833,10	1.152.612,00		1.152.612,00	1.023.172,28
1350	2272 GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA	667.139,97	599.856,42		599.856,42	299.189,00
	4474 EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS NO CAMPO	8.376.067,89	8.345.637,89		8.345.637,89	5.750.289,64
	6952 CONCESSAO DE BOLSAS DE CAPACITACAO PROFISSIONAL EM ASSISTENC	616.635,20	616.635,20		616.635,20	616.635,20
	8633 FORMACAO DE PROFISSIONAIS DE NIVEL SUPERIOR ADAPTADOS A REFO	3.735.437,04	3.425.474,70		3.425.474,70	2.313.420,70
	8643 CAFACITACAO E FORMACAO DE PROFISSIONAIS DE NIVEL MEDIO ADAPT	4.527.533,55	4.527.533,55		4.527.533,55	3.642.793,60



16.2 – Execução Orçamentária e Financeira Global do INCRA

SIAFI – Saldo Limites Decreto
Sistema Integrado de Administração
Financeira do Governo Federal

Órgão da UG Executora 22201
Tipo de Valor Saldo Atual
Mês de Referência DEZEMBRO

Exercício: 2006
Base: 19-JAN-2007
Moeda: REAL (Em unidade monetária)

Item de Informação

Programa	Projeto/Atividade	Originário do OGU	Suplementação	Crédito Extraordinário	Créditos Concedidos 2b	Crédito Contingenciado	Limite Autorizado
0089	0181 PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS	222.098.324,00	1.676.804,00				223.775.128,00
0135	0062 CONCESSAO DE CREDITO-INSTALACAO AS FAMILIAS ASSENTADAS - IMP	642.760.000,00					642.760.000,00
	2272 GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA	26.702.803,00	3.204.312,00		1.324.000,00		29.906.915,00
	4274 ACOES PREPARATORIAS PARA OBTENCAO DE IMOVEIS RURAIS	16.454.036,00	1.974.000,00				18.428.036,00
	4296 PROJETOS DE ASSENTAMENTO RURAL EM IMPLANTACAO	131.400.000,00	14.300.000,00		6.660.728,72	3.375.672,39	142.324.327,61
	4460 OBTENCAO DE IMOVEIS RURAIS PARA REFORMA AGRARIA	931.936.115,00		500.000.000,00	8.052.634,37	9.087.659,61	1.422.848.455,39
	4464 ASSISTENCIA TECNICA E CAPACITACAO DE ASSENTADOS - IMPLANTACA	42.140.263,00	1.800.000,00				43.940.263,00
	4641 PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA	3.445.467,00			2.050.000,00	1.395.467,00	2.050.000,00
0137	0427 CONCESSAO DE CREDITO-INSTALACAO AOS ASSENTADOS - RECUPERACAO	295.336.000,00					295.336.000,00
	2272 GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA	19.306.930,00	2.316.831,00		1.612.000,00		21.623.761,00
	2808 MANEJO DE RECURSOS NATURAIS EM PROJETOS DE ASSENTAMENTO DE R	22.793.440,00	-230.000,00			787.281,00	21.776.159,00
	4312 RECUPERACAO, QUALIFICACAO E EMANCIPACAO DE PROJETOS DE ASSEN	86.323.904,00	5.000.000,00		1.949.886,85	2.174.520,21	89.149.383,79
	4320 FOMENTO A AGROINDUSTRIALIZACAO, A COMERCIALIZACAO E A ATIVID	11.391.495,00	700.000,00		800.000,00	1.321.977,28	10.769.517,72
	4358 TITULACAO, CONCESSAO E DESTINACAO DE IMOVEIS RURAIS	5.147.438,00	-1.610.000,00			732.046,00	2.805.392,00
	4470 ASSISTENCIA TECNICA E CAPACITACAO DE ASSENTADOS - RECUPERACA	45.341.603,00	19.200.000,00		505.615,00		64.541.603,00
	5158 CONSOLIDACAO E EMANCIPACAO DE ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRAR	38.231.000,00				1.902.986,09	36.328.013,91
0138	2105 GERENCIAMENTO E FISCALIZACAO DO CADASTRO RURAL	12.986.062,00	-1.290.000,00			889.059,00	10.807.003,00
	2110 REGULARIZACAO FUNDIARIA DE IMOVEIS RURAIS	9.250.000,00	-100.000,00			1.040.794,00	8.109.206,00
	2114 SISTEMA DE CADASTRO RURAL	5.781.615,00					5.781.615,00
	2272 GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA	5.150.457,00				84.053,00	5.066.404,00
	4426 GEORREFERENCIAMENTO DE IMOVEIS RURAIS	29.971.345,00	1.025.000,00		7.254.928,00	7.336.718,24	23.659.626,76
	5148 IMPLANTACAO DO CADASTRO NACIONAL DE IMOVEIS RURAIS - CNIR	285.850,00				285.850,00	
0139	4572 CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE Q	2.700.000,00				496,57	2.699.503,43
0750	091B CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O	61.228.213,00	-6.097.539,00				55.130.674,00
	2000 ADMINISTRACAO DA UNIDADE	315.571.891,00	27.171.064,00		3.364.000,00		342.742.975,00
	2004 ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS	15.681.888,00					15.681.888,00
	2010 ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMP	1.996.735,00	-1.000.000,00				996.735,00
	2011 AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	6.074.298,00					6.074.298,00
	2012 AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	13.061.736,00	-2.494.147,00				10.567.589,00
0901	0005 CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PREG	70.745.352,00	44.533,00		65.820.690,51		70.789.885,00
0906	0284 AMORTIZACAO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO DA DIVIDA CONTRATUAL	40.645.605,00			371.224,16		40.645.605,00
1120	2109 ASSISTENCIA SOCIAL, TECNICA E JURIDICA AS FAMILIAS ACAMPADAS	2.200.000,00		7.000.000,00		151.054,46	9.048.945,54
1236	0859 PAGAMENTO DE INDENIZACAO AOS OCUPANTES DAS TERRAS DEMARCADAS	30.000.000,00				23.017.687,00	6.982.313,00
	1642 RECONHECIMENTO, DEMARCAÇÃO E TITULAÇÃO DE ÁREAS REMANESCENTE	2.464.295,00	290.000,00		35.000,00	541.512,55	2.212.482,15
1350	2272 GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA	1.895.611,00	-189.000,00			693.808,80	1.012.804,20
	4474 EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS NO CAMPO	15.808.957,00	-1.361.000,00		207.701,50	300.000,00	14.147.957,00
	8952 CONCESSAO DE BOLSAS DE CAPACITACAO PROFISSIONAL EM ASSISTENC	6.490.573,00	-649.000,00		2.551.089,07	938.389,82	4.803.183,18
	8933 FORMACAO DE PROFISSIONAIS DE NIVEL SUPERIOR ADAPTADOS A REFO	8.486.729,00	-840.000,00			692.319,91	6.954.409,09
	8943 CAPACITACAO E FORMACAO DE PROFISSIONAIS DE NIVEL MEDIO ADAPT	10.468.417,00	-1.040.000,00		573.981,24		9.428.417,00
Total:		3.209.754.247,00	61.801.878,00	507.000.000,00	103.133.579,42	56.749.651,23	3.721.806.473,77





**Diretor de Gestão Estratégica
Raimundo João Amorim Pereira**

Grupo de Trabalho

Coordenação: Eurisvaldo Andrade Silva

**Sergio Fernandes Santos
Maria Lúcia Vieira Carvalho
Olívia Rodrigues Alonso Gonzáles
Bárbara Ruth Popov Custódio
Cristina Valadares Goulart
Marta Rocha de Silveira Silva
Silvia Elizabeth de Castro Sampaio Cardim
Edilça Fernandes de Farias Rodrigues
Francisco José Lopes de Souza
Raimundo Edson Maia
Severino José Pinto da Silva
Ricardo Brambila Bressan
Érika Eugênio Coutinho
Ednardo Hernando Barbosa de Freitas
Jane Mattedi Matarangas
Nara Figueiredo**

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
DIRETORIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - DA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTABILIDADE - DAC



RELATÓRIO FINANCEIRO/CONTÁBIL

APRESENTAÇÃO

O Sistema de Contabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Autarquia Federal criada pelo Decreto nº 1.110, de 09 de julho de 1970, alterado pela Lei nº 7.231, de 23 de outubro de 1984, tem sua finalidade, atividades, organização e competências regulamentadas pelo Decreto nº 3.589, de 06 de setembro de 2000, cujas atividades em 2006 foram exercidas mediante registro e controle das operações relativas à administração orçamentária, financeira e patrimonial por meio do Sistema de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.

O presente relatório visa demonstrar as operações realizadas pela unidade gestora do INCRA/Sede e de todas as unidades da Federação num total de 95 (noventa e cinco) unidades gestoras. As operações estão relacionadas aos atos e fatos da execução orçamentária, financeira e patrimonial, assim como evidenciar, de forma sucinta e objetiva, o impacto dos gastos em relação ao orçamento fixado para o exercício de 2006.

Conforme Decisão Normativa/TCU/nº81, de 06 de dezembro de 2006, que define a organização e apresentação dos processos de contas do exercício de 2006, a ser encaminhado aquele Egrégio órgão de controle externo, o relatório que ora apresentamos está dividido em 02 (duas) partes; no primeiro demonstraremos as operações realizadas pela Autarquia de forma consolidada, incluindo as unidades gestoras do órgão Sede e das 30 Superintendências Regionais e no segundo estão inclusas somente as informações relacionadas ao órgão Sede e as 17 Superintendências Regionais (SR-01/PA, SR-02/CE, SR-05/BA, SR-07/RJ, SR-10/SC, SR-15/AM, SR-17/RO, SR-19/RN, SR-20/ES, SR-22/AL, SR-23/SE, SR-24/PI, SR-25/RR, SR-26/TO, SR-28/DFE, SR-29/MSF/PE e SR-30/SANTARÉM/PA).

PARTE I

UNIDADES GESTORAS DO INCRA

CLASSIFICAÇÃO	QUANTIDADE	SITUAÇÃO	
Superintendências Regionais	30	ATIVAS	ON-LINE
Unidades Criadas	58	04 ATIVAS	OFF-LINE
		14 INATIVAS	OFF-LINE
		33 ATIVAS	ON-LINE
		7 INATIVAS	ON-LINE
Unidades em Processo	07	05 ATIVAS	ON-LINE
		02 INATIVAS	ON-LINE
TOTAL		95	

Atualmente, 32 (trinta e duas) Unidades Gestoras são Setoriais de atuação nas Superintendências Regionais do INCRA e na Sede, em Brasília,

UG	UF	DENOMINAÇÃO
	PA	SR-01
	CE	SR-02
	PE	SR-03
	GO	SR-04
	BA	SR-05
	MG	SR-06
	RJ	SR-07
	SP	SR-08
	PR	SR-09
	SC	SR-10
	RS	SR-11
	MA	SR-12
	MT	SR-13
	AC	SR-14
	AM	SR-15
	MS	SR-16
	RO	SR-17
	PB	SR-18
	RN	SR-19
	ES	SR-20
	AP	SR-21
	AL	SR-22
	SE	SR-23
	PI	SR-24
	RR	SR-25
	TO	SR-26

PARTE I

1. COMPOSIÇÃO DAS UNIDADES GESTORAS DO INCRA

LOCALIZAÇÃO	QUANTIDADE	SITUAÇÃO	
<i>Superintendências Regionais</i>	30	ATIVAS	ON-LINE
<i>Unidades Avançadas</i>	58	04 ATIVAS	OFF-LINE
		14 INATIVAS	OFF-LINE
		33 ATIVAS	ON-LINE
		7 INATIVAS	ON-LINE
<i>Brasília</i>	07	05 ATIVAS	ON-LINE
		02 INATIVAS	ON-LINE
TOTAL	95		

Deste total, 32 (trinta e duas) Unidades Gestoras são Setoriais de Contabilidade localizadas nas Superintendências Regionais do INCRA e na Sede, em Brasília, conforme tabela abaixo:

CÓDIGO DA UG	UF	DENOMINAÇÃO
373030	PA	SR-01
373045	CE	SR-02
373048	PE	SR-03
373080	GO	SR-04
373053	BA	SR-05
373055	MG	SR-06
373062	RJ	SR-07
373066	SP	SR-08
373067	PR	SR-09
373070	SC	SR-10
373072	RS	SR-11
373040	MA	SR-12
303073	MT	SR-13
373015	AC	SR-14
373025	AM	SR-15
373058	MS	SR-16
373082	RO	SR-17
373047	PB	SR-18
373046	RN	SR-19
373057	ES	SR-20
373039	AP	SR-21
373051	AL	SR-22
373052	SE	SR-23
373044	PI	SR-24
373029	RR	SR-25
373085	TO	SR-26

CÓDIGO DA UG	UF	DENOMINAÇÃO
133080	PA/MBA	SR-27
133088	DF/ENTORNO	SR-28
373050	PE/MSF	SR-29
373037	PA/SANTAREM	SR-30
373002	DF	SEDE
133089	DF	INCRA/CEF



2. COMPOSIÇÃO DO ORÇAMENTO

O orçamento da Autarquia para o exercício de 2006 foi aprovado pela Lei nº 11.306, de 16/05/2006, no valor de R\$ 3.209.754.247,00 (três bilhões, duzentos e nove milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil e duzentos e quarenta e sete reais).

Lei nº 11.306, 16 de maio de 2006	3.209.754.247,00
Créditos Suplementares	568.801.878,00
(+) Acréscimos	588.682.568,00
Dotação Suplementar	81.682.568,00
Dotação Extraordinária	507.000.000,00
(-) Decréscimos	-19.880.690,00
(=) DOTAÇÃO FINAL	3.778.556.125,00
Transferências Intragovernamentais	100.034.989,61
(+) Destaque Recebido	3.098.589,81
(-) Destaque concedido	-103.133.579,42
(=) TOTAL DESPESAS FIXADAS	3.678.521.135,39

Nota 1:

Em relação às transferências intragovernamentais relativamente aos Destaques Recebido e Concedido temos a informar:

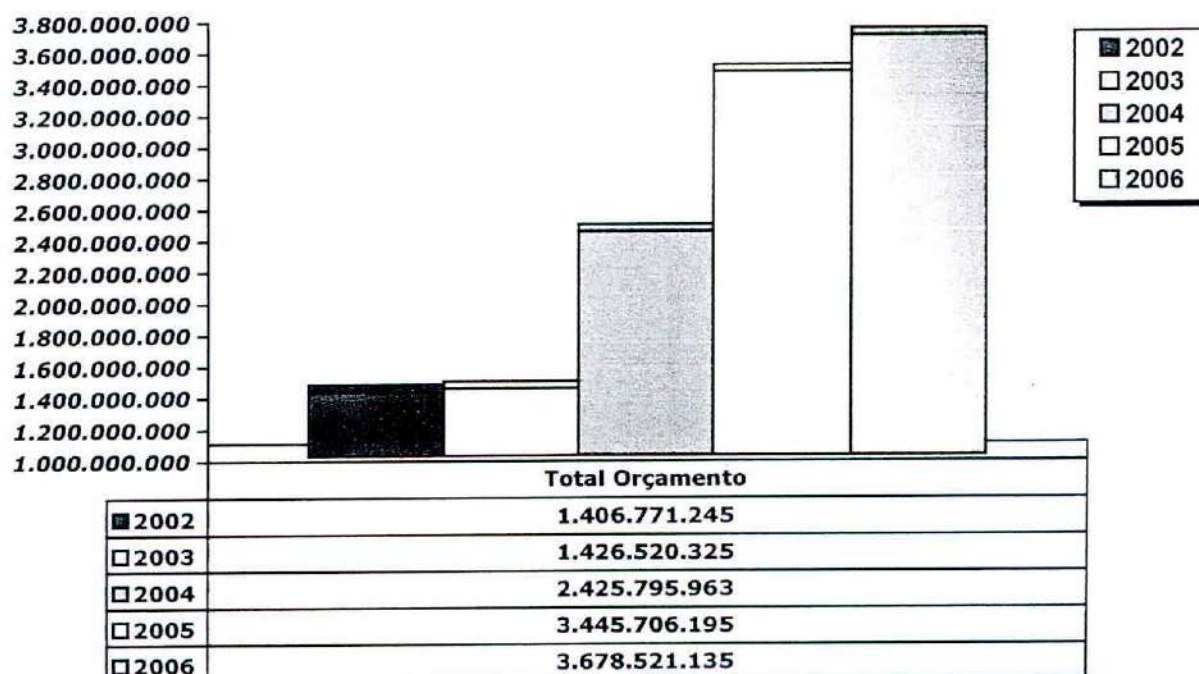
- Destaque Recebido - créditos orçamentários recebidos da AGU, DNOCS, Ministérios da Integração Nacional e das Cidades destinados ao pagamento, respectivamente, de despesas com condomínio, conflito agrário, apoio a arranjos produtivos locais e comunidades urbanas remanescentes de quilombos.
- Destaque Concedido - créditos orçamentários concedidos aos seguintes órgãos: TRF, MDA, UFPR, COMANDO DO EXÉRCITO, UFSC, FUB, UFV, FUFPI, UFPA, CPRM, MINISTÉRIO DO ESPORTO E TURISMO, FUNAI, CODEVSPP.

Os destaques concedidos obedeceram ao Decreto nº 825/93, IN STN nº 01/97, Súmula CONED/STN nº 04/2004 e Nota CONED/STN / nº 301/2005 e tiveram como objetivos a execução de programas de trabalho e ação do INCRA por meio dos órgãos da administração federal partícipes pertencentes ao Orçamento Geral da União.

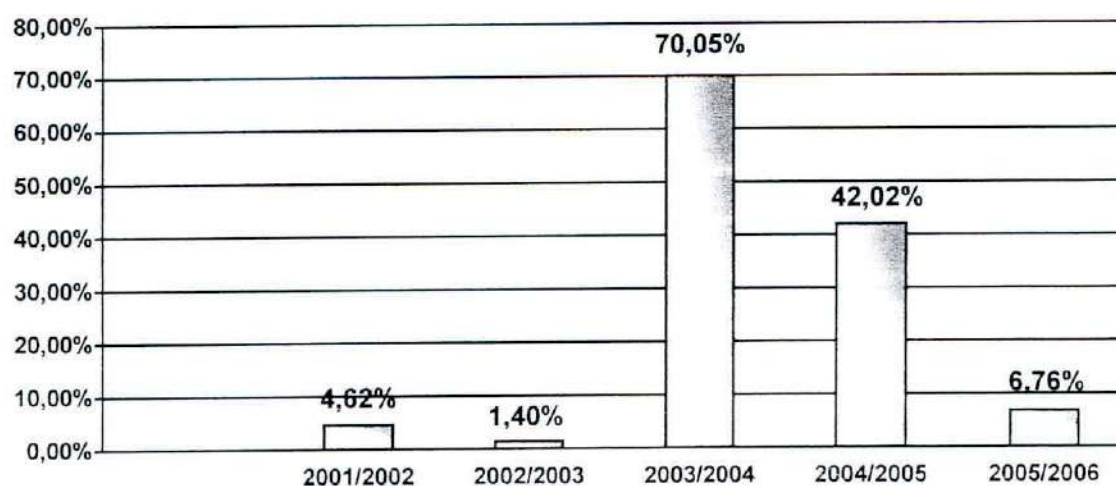
Comparados os valores dos orçamentos fixados para 2005 e 2006 percebe-se que houve um aumento de 6,76% na dotação orçamentária de 2006 em relação a 2005, tal como se demonstra a seguir:

TÍTULO	2005	2006	%
(+) OGU + Créditos Suplementares	3.526.460.762,00	3.778.556.125,00	7,15
(+) Transf. Intragovernamentais (Recebidas)	3.390.772,14	3.098.589,81	(8,62)
(-) Transf. Intragovernamentais (Concedidas)	(84.145.338,66)	(103.133.579,42)	22,57
(-) Dotação Cancelada/Remanejada	0,00	0,00	
(=) Total	3.445.706.195,48	3.678.521.135,39	6,76

2.1 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (OGU) DOS ÚLTIMOS CINCO ANOS



2.2 VARIAÇÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2001 A 2006



3. ITENS QUE ENTENDEMOS RELEVANTES RELATIVOS AS PEÇAS CONTÁBEIS EM CONFORMIDADE COM O ART. 101, DA LEI Nº 4.320/64.

3.1 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

3.1.1 Execução das receitas e despesas segundo as categorias econômicas em 31/12/2006

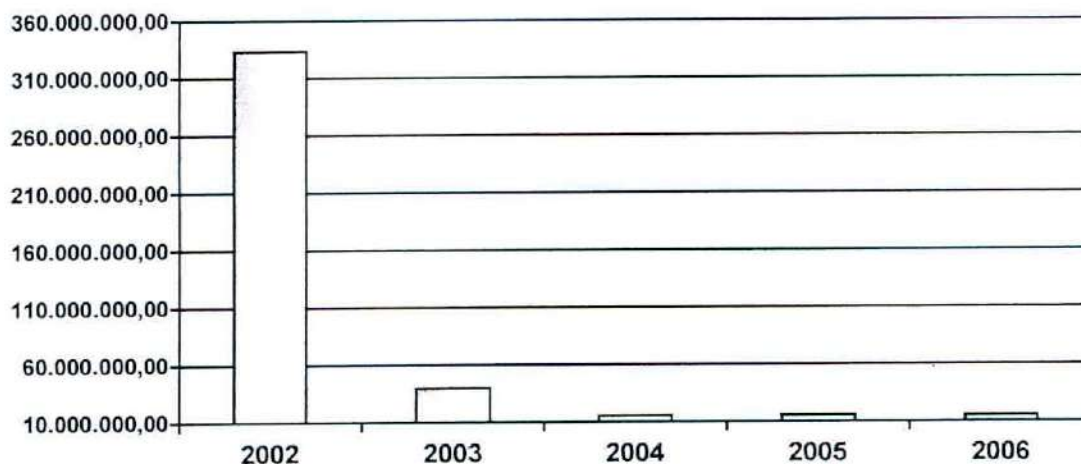
Receita: a execução da receita no valor de R\$ 2.874.402.642,63 (dois bilhões, oitocentos e setenta e quatro milhões, quatrocentos e dois mil, seiscentos e quarenta e dois mil e sessenta e três centavos) apresentou os seguintes percentuais, em relação a sua previsão:

TÍTULO	PREVISÃO	EXECUÇÃO	%
	(A)	(B)	(B)/(A)X100
<u>RECEITAS PRÓPRIAS</u>			
<u>RECEITAS CORRENTES</u>	<u>8.309.796,00</u>	<u>4.478.622,54</u>	<u>53,90</u>
REC. PATRIMONIAL	310.824,00	49.727,96	16,00
REC. DE SERVIÇOS	86.746,00	242.230,01	279,24
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	7.912.226,00	4.186.664,57	52,91
<u>RECEITAS DE CAPITAL</u>	<u>8.888.731,00</u>	<u>10.881.092,91</u>	<u>122,41</u>
ALIENAÇÃO DE BENS	8.888.731,00	10.881.092,91	122,41
SUBTOTAL RECEITAS PRÓPRIAS	17.198.527,00	15.359.715,45	89,31
<u>TRANSF. INTRAGOVERNAMENTAIS</u>			
REPASSE	3.661.322.608,39	2.859.042.927,18	78,09
AUTORIZADO	3.761.357.598,00	2.902.185.826,61	77,16
DESCENTRALIZADO	(100.034.989,61)	(43.142.899,43)	43,13
TOTAL GERAL	3.678.521.135,39	2.874.402.642,63	78,14

3.1.2 Representação gráfica da execução da receita orçamentária em relação à previsão nos exercícios de 2002 a 2006



3.1.3 Variação das receitas diretamente arrecadadas (Receitas Próprias) nos exercícios de 2002 a 2006



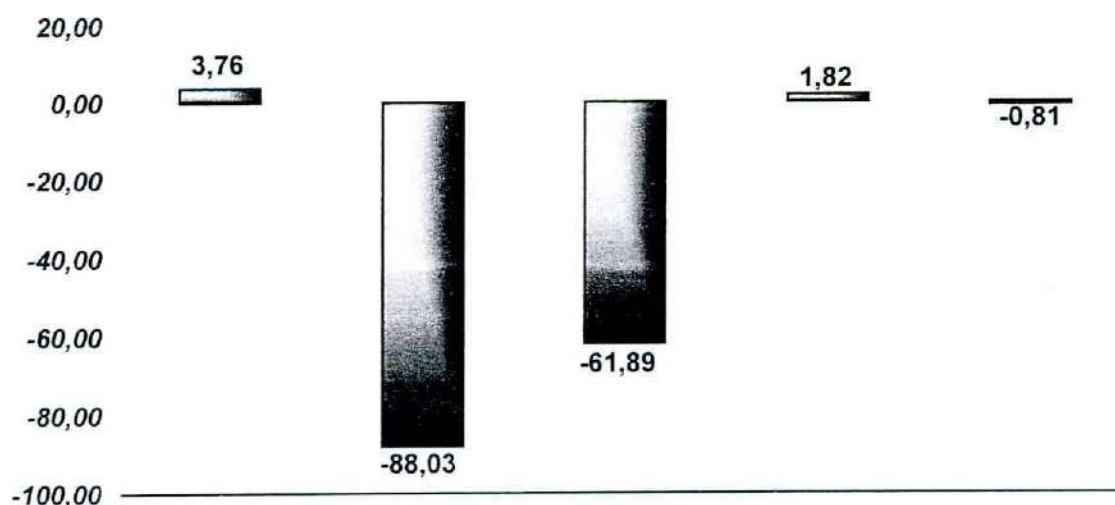
	2002	2003	2004	2005	2006
□ Total Receitas Arrecadadas	333.372.290,54	39.906.043,12	15.207.308,64	15.484.600,64	15.359.715,45

Nota 2:

A redução das receitas a partir de 2003 se deu em função da implantação dos mecanismos de arrecadação impostos pelo Decreto nº 4.950, de 09 de janeiro de 2004, que transferiu para o Tesouro Nacional a competência de arrecadação das receitas decorrentes das contribuições previdenciárias instituídas pelo Decreto nº 1.146/70.

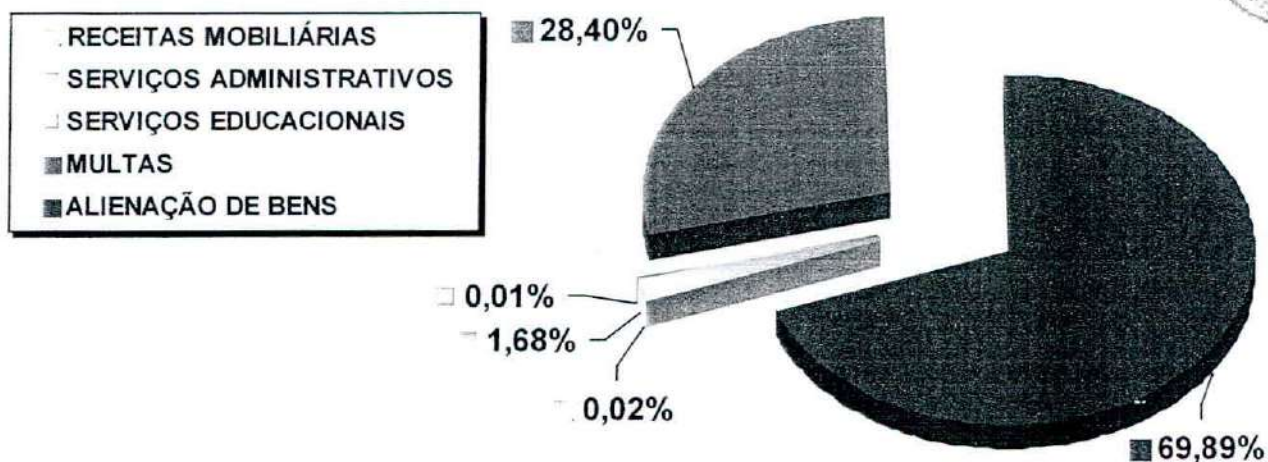
De acordo com o Decreto estas receitas são destinadas as aplicações na prestação de serviços sociais no meio rural e em programa de aprendizagem das técnicas de campo.

3.1.4 Variação, em termos percentuais, da arrecadação das receitas próprias nos exercícios de 2001 a 2006.

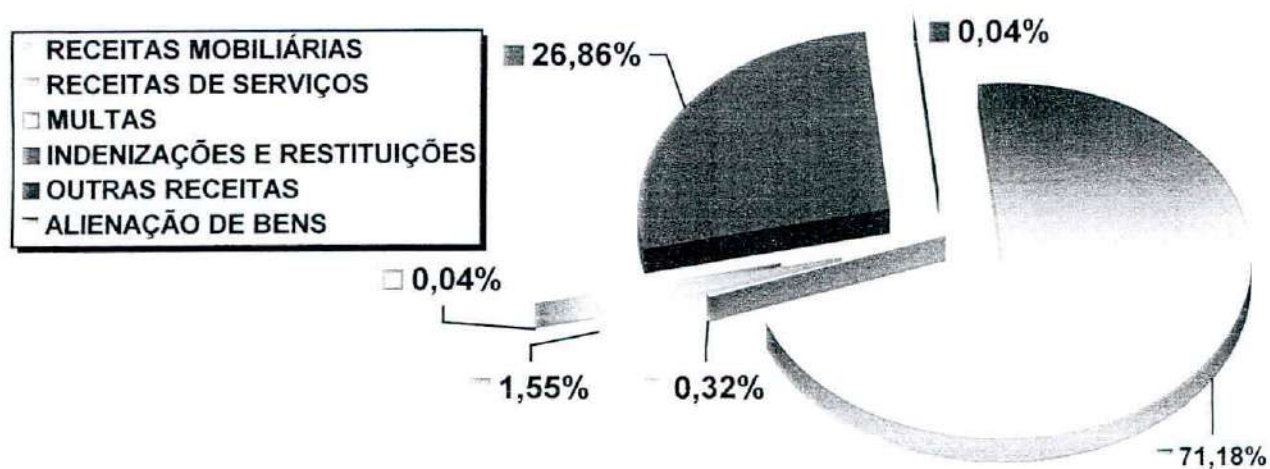


	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2005/2006
□ VARIAÇÃO EM %	3,76	-88,03	-61,89	1,82	-0,81

3.1.5 Desempenho, em termos percentuais, da arrecadação das Receitas Próprias, por categorias econômicas, no exercício de 2005



3.1.6 Desempenho, em termos percentuais, da arrecadação das Receitas Próprias, por categorias econômicas, no exercício de 2006.



3.2 DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

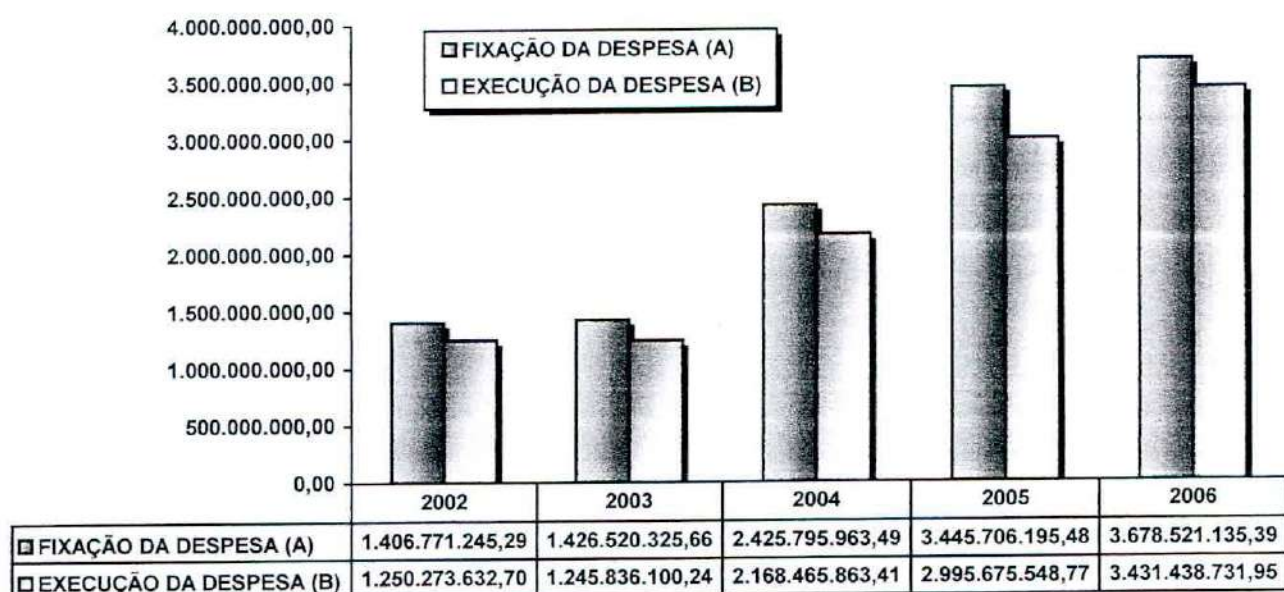
Despesas: a execução da despesa no valor de R\$ 3.431.438.731,95 (Três bilhões, quatrocentos e trinta e um milhões, quatrocentos e trinta e oito mil, setecentos e trinta e um mil e noventa e cinco centavos) apresentou os seguintes percentuais, em relação às despesas fixadas para o exercício de 2006:

TÍTULO	FIXAÇÃO	EXECUÇÃO	%
	(A)	(B)	(B)/(A)x100
<u>CRÉDITO DE ORÇAMENTO = SUPL.</u>			
<u>DESPESAS CORRENTES</u>	<u>994.398.654,00</u>	<u>904.406.917,84</u>	<u>90,95</u>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	560.579.792,00	542.377.952,78	96,75
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA INT.	13.575.605,00	5.680.488,64	41,84
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	420.243.257,00	356.348.476,42	84,80
<u>DESPESAS DE CAPITAL</u>	<u>2.277.157.471,00</u>	<u>2.030.093.010,41</u>	<u>89,15</u>
INVESTIMENTOS	311.167.869,00	257.897.431,13	82,88
INVERSÕES FINANCEIRAS	1.938.919.602,00	1.754.750.821,42	90,50
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INT.	27.070.000,00	17.444.757,86	64,44
<u>MOV. CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS</u>	<u>507.000.000,00</u>	<u>494.243.863,56</u>	<u>97,48</u>
<u>DESPESAS CORRENTES</u>	<u>7.000.000,00</u>	<u>6.573.554,69</u>	<u>93,91</u>
OUTRAS DESP. CORRENTES	7.000.000,00	6.573.554,69	93,91
<u>DESPESAS DE CAPITAL</u>	<u>500.000.000,00</u>	<u>487.670.308,87</u>	<u>97,53</u>
INVERSÕES FINANCEIRAS	500.000.000,00	487.670.308,87	97,53
SUBTOTAL	3.778.556.125,00	3.428.743.791,81	90,74
<u>MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS SUPL.</u>	<u>(100.034.989,61)</u>	<u>2.694.940,14</u>	<u>(2,69)</u>
DESPESAS CORRENTES	(49.190.935,67)	2.009.692,48	(4,09)
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	(16.519.108,51)	0,00	0,00
JUROS/ENCARGOS DIV. INTERNA	(371.224,16)	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	(32.300.603,00)	2.009.692,48	(6,22)
DESPESAS DE CAPITAL	(42.791.419,57)	685.247,66	(1,60)
INVESTIMENTOS	(8.868.649,57)	685.247,66	(7,73)
INVERSÕES FINANCEIRAS	(33.922.770,00)	0,00	0,00
CREDITOS EXTRAORDINÁRIOS	(8.052.634,37)	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	(8.052.634,37)	760.806,21	(9,45)
INVERSÕES FINANCEIRAS	(8.052.634,37)	760.806,21	(9,45)
SUBTOTAL	(100.034.989,61)	2.694.940,14	(2,69)
TOTAL GERAL	3.678.521.135,39	3.431.438.731,95	93,28

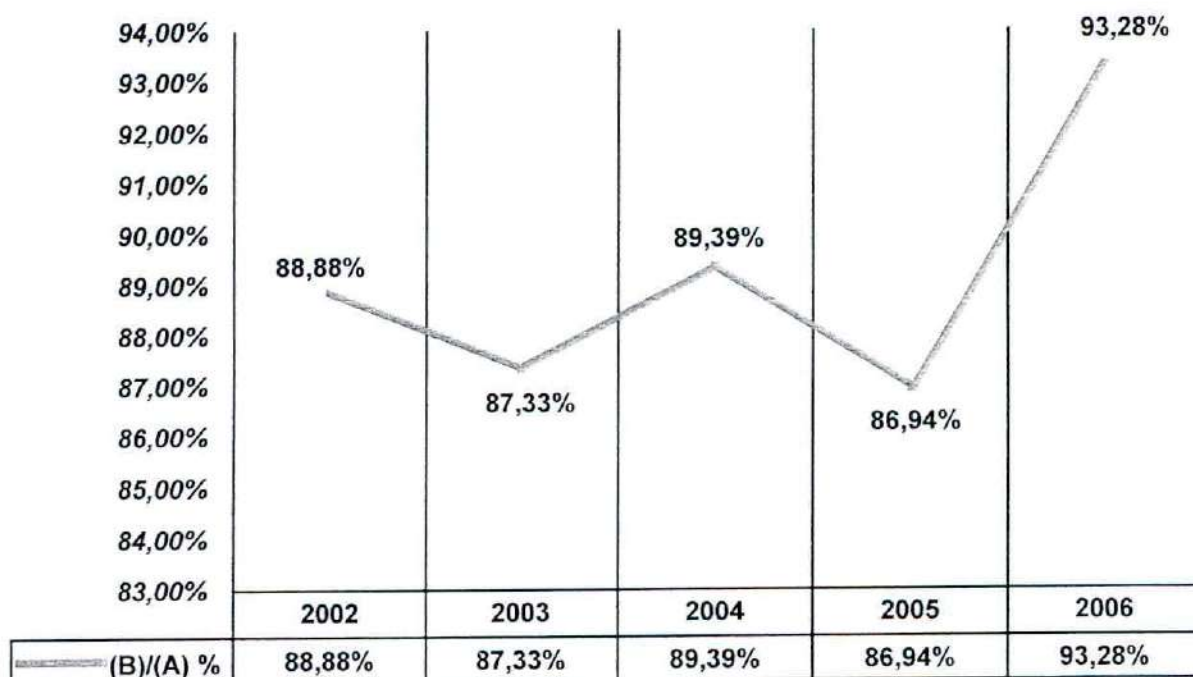
Nota 3:

A execução orçamentária da receita e da despesa teve como parâmetro os preceitos legais estabelecidos na Lei nº 11.178/05 - LDO para 2006.

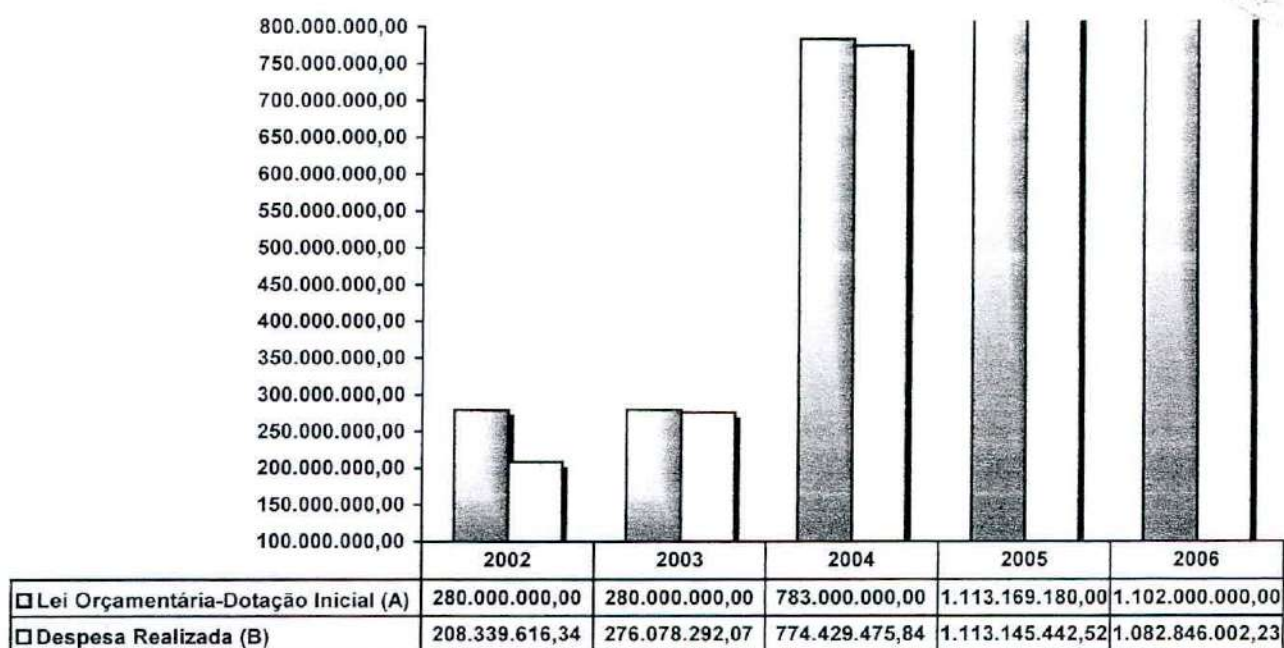
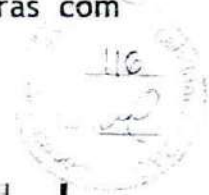
3.2.1 Execução da Despesa Orçamentária em relação à Dotação fixada nos exercícios de 2002 a 2006



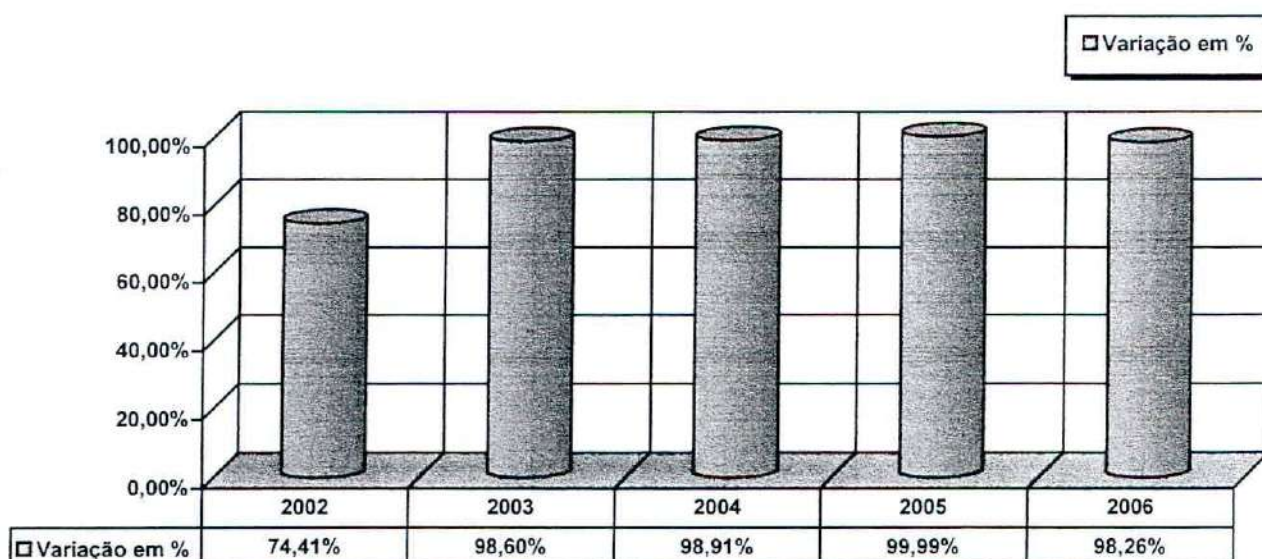
3.2.2 Percentual da execução da despesa em relação ao total fixado para os exercícios de 2002 a 2006



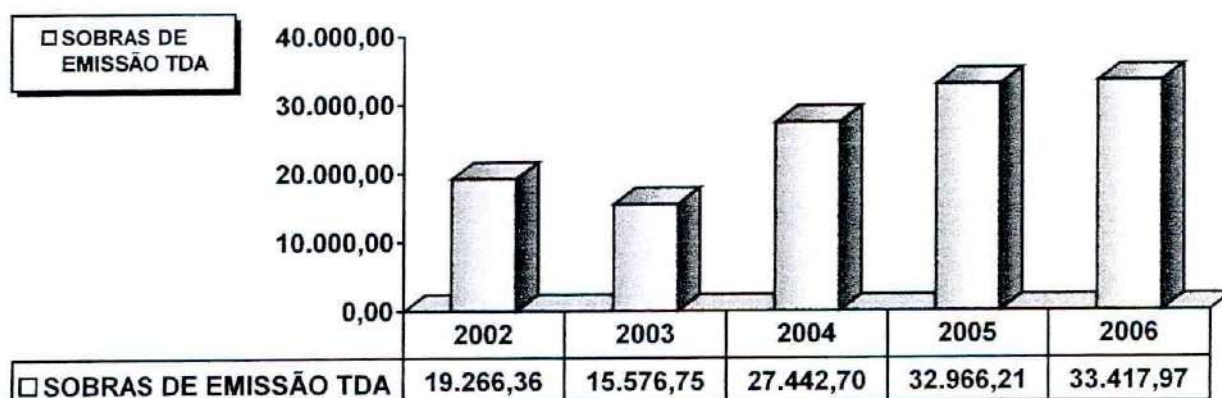
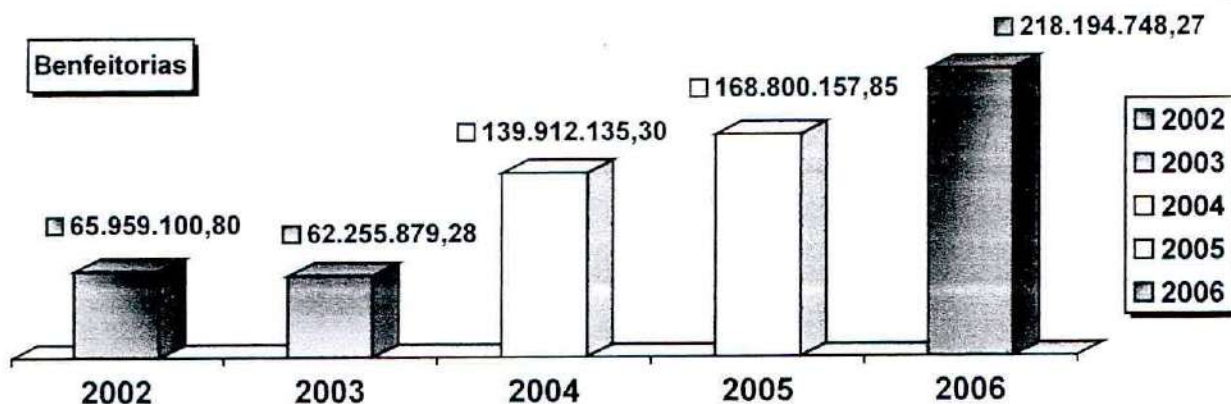
3.2.3 Desempenho da Execução da Despesa com Ação de Obtenção de Terras com Títulos da Dívida Agrária - TDA nos exercícios de 2002 a 2006



3.2.3.1 Percentuais da execução da despesa com a Ação de Obtenção de Terras com Títulos da Dívida Agrária - TDA nos exercícios de 2002 a 2006



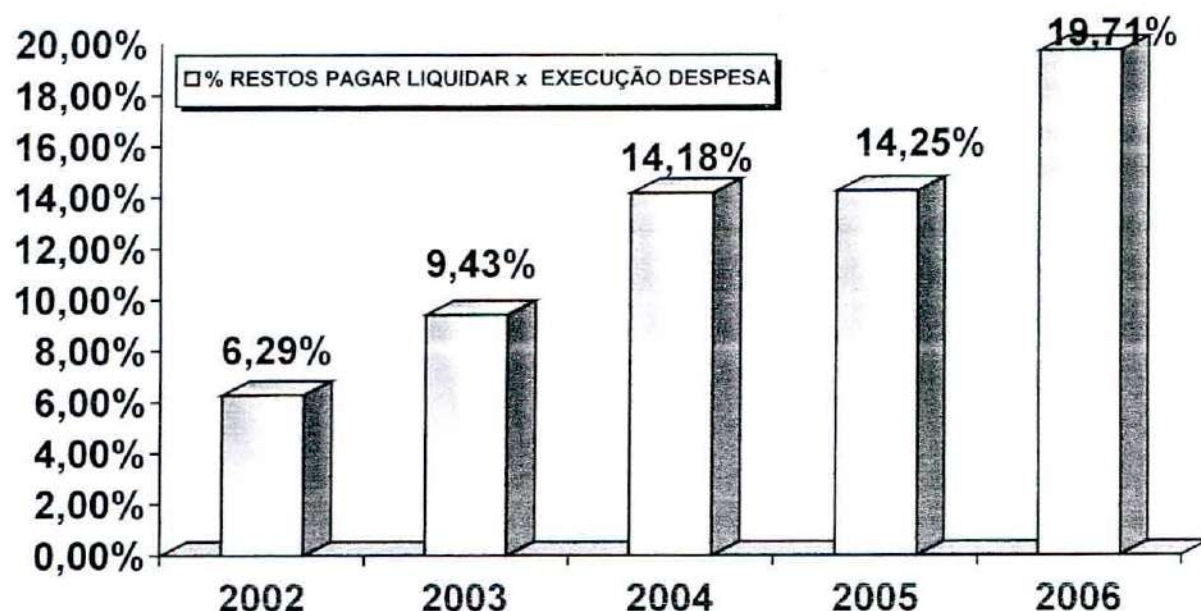
3.2.3.2 Desempenho da Execução da Despesa com Ação de Obtenção de Terras com Títulos da Dívida Agrária - TDA nos exercícios de 2001 a 2005 - Itens BENFEITORIAS e SOBRAS DE EMISSÃO DE TDA



3.2.3.3 Evolução dos Restos a Pagar em Relação à Execução da Despesa



3.2.3.3.1 Evolução dos Restos a Pagar em Relação à Execução da Despesa em %



3.3 COMPARAÇÃO ENTRE A EXECUÇÃO DAS RECEITAS E DAS DESPESAS NOS EXERCÍCIOS DE 2002 A 2006 E APURAÇÃO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO

Comparando a execução das receitas e das despesas no ano de 2006 verificou-se um déficit orçamentário no valor de R\$ 557.036.089,32 (quinhentos e cinquenta e sete milhões, trinta e seis mil, oitenta e nove reais e trinta e dois centavos), demonstrado a seguir:

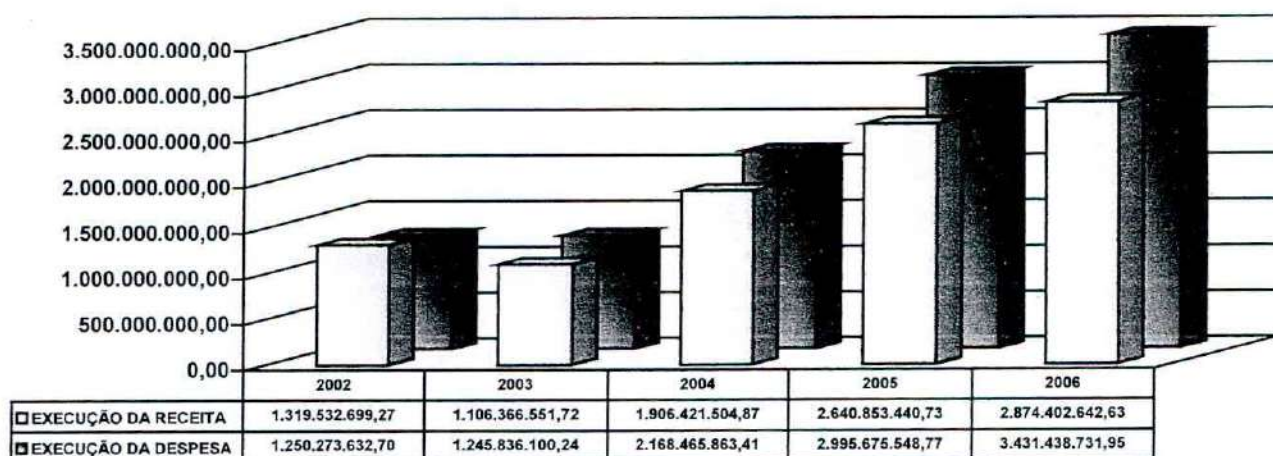
Exercício	EXECUÇÃO DA RECEITA (A)	EXECUÇÃO DA DESPESA (B)	SUPERÁVIT/DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO (A) - (B)
2002	1.319.532.699,27	1.250.273.632,70	69.259.066,57
2003	1.106.366.551,72	1.245.836.100,24	(139.469.548,52)
2004	1.906.421.405,87	2.168.465.863,41	(262.044.457,54)
2005	2.640.853.440,73	2.995.675.548,77	(354.822.108,04)
2006	2.874.402.642,63	3.431.438.731,95	(557.036.089,32)

O déficit orçamentário deu-se em virtude da inclusão na "Execução da Despesa" as despesas empenhadas e não pagas até 31/12/2006 inscritas em Restos a Pagar Não Processados (art. 36 da Lei 4.320/64 e art. 67, do Decreto 93.872/86).

3.4 DEMONSTRAÇÃO GRÁFICA DA EXECUÇÃO DAS RECEITAS E DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS EM RELAÇÃO ÀS PREVISTAS E ÀS FIXADAS NOS EXERCÍCIOS DE 2002 A 2006

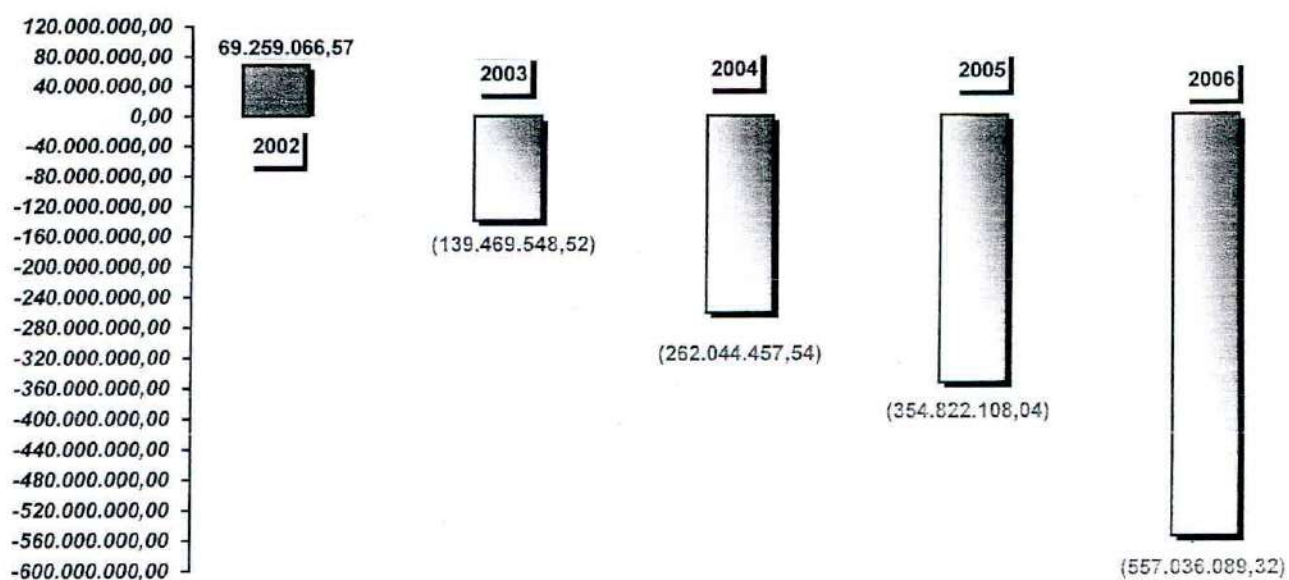


□ EXECUÇÃO DA RECEITA
■ EXECUÇÃO DA DESPESA



3.5 VARIAÇÃO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO CORRENTE NOS EXERCÍCIOS DE 2002 A 2006

Receitas Realizadas - Despesas Executadas = Superávit/Déficit Corrente





4. BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro demonstra as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios de natureza extra-orçamentária conjugados com as disponibilidades provenientes do período anterior e as que passam para o exercício seguinte:

DISPONIBILIDADE DO PERÍODO ANTERIOR			0,00
(+) RECEITAS DO PERÍODO			15.359.715,45
	CORRENTES	4.296.960,36	
	DE CAPITAL	11.062.755,09	
(+) TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS			5.856.110.376,61
(+) INGRESSOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS			3.433.841.150,51
SUBTOTAL			9.305.311.242,57
(-) DESPESAS DO PERÍODO			(3.431.438.731,95)
	CORRENTES	(912.990.165,01)	
	DE CAPITAL	(2.518.448.566,94)	
(-) TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS			(2.997.583.741,62)
(-) DISPÊNDIOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS			(2.876.288.769,00)
SUBTOTAL			(9.305.311.242,57)
(=) SALDO PARA O PERÍODO SEGUINTE			0,00

5. BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial demonstra, em 31/12/2006, as contas que compõem o Ativo (Financeiro e não Financeiro e Compensado), bem como o Passivo (Financeiro e não Financeiro, Patrimônio Líquido e Compensado) da Autarquia (vide § 2º, art. 43 da Lei nº 4.320/64).

A seguir, apresentamos a comparação dos Balanços Patrimoniais encerrados em 2005 e 2006.



ATIVO

	2005	2006	
TÍTULO	PARCIAL	PARCIAL	TOTAL
ATIVO FINANCEIRO			917.542.787,17
DISPONÍVEL	0,00	0,00	
CRÉDITOS EM CIRC.	917.542.787,17	1.283.136.278,50	
CRÉDITOS A RECEBER	1.322,70	2.216.747,82	
LIMITE DE SAQ C. VINC. DE PGTO	132.883.160,56	211.215.343,54	
REC. A REC. P/ PAGTO DE RP	784.638.952,48	1.069.669.870,65	
LIM. SAQUE P/ EMP.CONT.ENTREGA	95,22	95,22	
VALORES EM TRANS. REAL.	19.256,21	21.557,24	
VALORES PEND. A CURTO PRAZO	0,00	12.664,03	
ATIVO NÃO FINANCEIRO			9.711.285.295,31
REALIZÁVEL A C.P	161.737.776,60	538.661.210,80	
CRÉD. EM CIRCULAÇÃO	80.868.888,30	84.609.052,93	
DIVERSOS RESPONSÁVEIS	80.848.377,12	84.597.832,64	
ADIANTAMENTOS CONC.	20.505,73	11.214,84	
RECURSOS VINCULADOS	5,45	5,45	
BENS E VALORES EM CIR.	80.868.888,30	454.052.157,87	
ESTOQUES	80.848.377,12	8.881.021,81	
TÍTULOS E VALORES	20.505,73	379.586.083,66	
MAT. EM TRÂNSITO	5,45	65.585.052,40	
VALORES PEND. A C. PRAZO	372.388.992,89	622.377.327,53	
VLRS. DIFERIDOS	9.784.293,97	13.323.893,72	
BENS/DIREITOS A INCORP/RP	362.604.698,92	608.490.508,93	
CRÉD. INSCR. EM DÍVIDA ATIVA	0,00	562.924,88	
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	8.829.634.932,06	10.510.418.638,40	
DEP. REAL A L. PRAZO	140.449,09	181.209,62	
DEP. COMPULSÓRIOS	35.449,09	35.449,09	
RECURSOS VINCULADOS	105.000,00	145.760,53	
CRÉD. REAL A L. PRAZO	8.829.494.482,97	10.510.237.428,78	
CRÉD. UNIAO, EST. E MUN.	431.702.023,42	431.702.023,42	
DEVEDORES-ENT. E AGEN.	2.831,25	2.831,25	
EMPRÉST. E FINANC.	2.466.237.142,54	3.153.862.471,77	
CRÉD. A RECEBER	5.931.552.485,76	6.924.669.502,34	
OUTROS CRÉD. A RECEBER	0,00	600,00	
PERMANENTE	347.523.593,76	439.326.407,21	
INVESTIMENTOS	5.650,49	5.650,49	
PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA	4.489,01	4.489,01	
OUTROS INVESTIMENTOS	1.161,48	1.161,48	
IMOBILIZADO	347.517.943,27	439.320.756,72	
BENS MÓVEIS E IMÓVEIS	347.295.753,15	439.098.566,60	
BENS INTANGÍVEIS	222.190,12	222.190,12	
ATIVO REAL (SUB-TOTAL)			8.725.824.487,10
ATIVO COMPENSADO			2.740.899.969,11
COMPENS. AT. DIVERSAS	2.740.899.969,11	3.410.223.113,00	
RESP. POR TÍT. E VALORES	14.279.613,91	12.446.100,60	
GARANTIA DE VALORES	14.500.137,38	20.785.134,97	
DIR. E OBRIG. CONVENIADOS	1.454.219.389,02	2.050.730.049,02	
DIR. E OBRIG. CONTRATUAIS	682.761.105,08	705.811.128,81	
OUTRAS COMPENSAÇÕES	575.139.723,72	620.450.699,60	
TOTAL GERAL DO ATIVO			11.466.724.456,21
			16.804.142.975,44

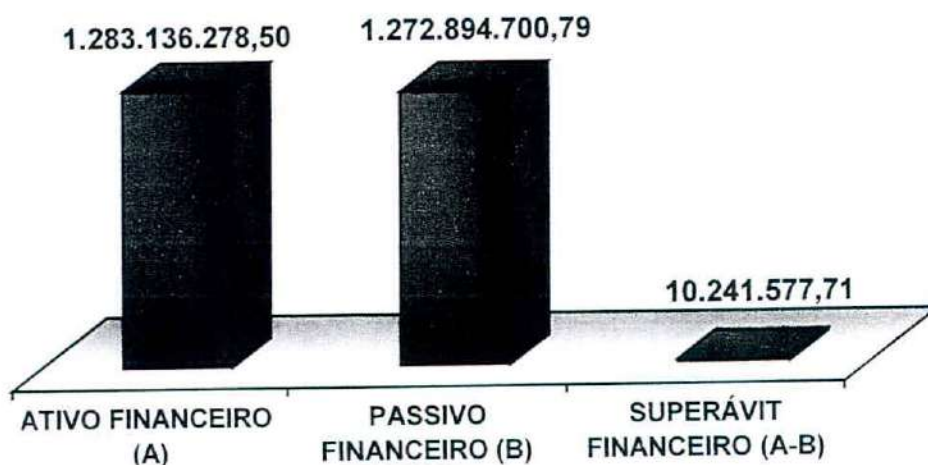


PASSIVO

	2005		2006	
TÍTULO	PARCIAL	TOTAL	PARCIAL	TOTAL
PASSIVO FINANCEIRO		<u>902.840.569,01</u>		<u>1.272.894.700,79</u>
DEPÓSITOS	588.993,36		487.397,05	
CONSIGNAÇÕES	43,23		43,23	
REC. DO TES. NACIONAL	1.089,96		18.579,77	
DEP. DE DIV. ORIGENS	587.860,17		468.774,05	
OBRIGAÇÕES EM CIRC.	871.951.031,20		1.261.025.324,77	
REST. A PAG. PROCESS.	12.614.291,91		2.842.744,65	
FORN. - DO EXERCÍCIO	11.723.269,44		645.268,92	
FORN. - EXERC. ANTERIOR	312.834,97		0,00	
CONVENIOS A PAGAR	389.132,14		2.151.522,87	
PREC. DE OCK A PAGAR	177.796,86		0,00	
PESSOAL A PG-DO EXERC.	4.800,00		62,56	
PESSOAL PG- EXERC. ANT.	0,00		0,00	
ENC. SOCIAIS A RECOLHER	0,00		0,00	
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	0,00		0,00	
DÉB. DIVERSOS A PAGAR	6.458,50		45.890,30	
RESTOS A PAG. N/ PROCESS.	427.028.021,12		676.379.583,52	
A LIQUIDAR	427.028.021,12		676.379.583,52	
CREDORES DIVERSOS	29.215.833,19		14.376.000,00	
VLRS. EM TRANS. EXIG.	14.293,24		241.879,51	
REC. A LIB. P/PGTO RP	403.078.591,74		567.185.117,09	
VLRS PEND. A CURT. PRAZO	30.300.544,45		11.381.978,97	
REPASSE REC. DIFERIDO	30.300.544,45		11.381.978,97	
PASSIVO NÃO FINANCEIRO		<u>689.627.429,47</u>		<u>657.576.678,58</u>
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	18,13		130.790,55	
OBRIG. EM CIRCULAÇÃO	0,00		130.772,42	
OUTROS DÉBITOS A PAGAR	18,13		18,13	
VLRS. PEND. A C PRAZ	30.300.544,45		13.323.893,72	
VALORES DIFERIDOS	30.300.544,45		13.323.893,72	
EXIGÍVEL A L. PRAZO	659.326.866,89		644.121.994,31	
OBR. EXIG. A L.P.	659.326.866,89		644.121.994,31	
OPER. CRED. INTERNAS	431.702.023,42		431.702.023,42	
OPER. CRED. EXTERNAS	147.281.846,91		132.076.974,33	
OBRIG. A PAGAR	80.342.996,56		80.342.996,56	
PASSIVO REAL (SUB-TOTAL)		<u>1.592.467.998,48</u>		<u>1.930.471.379,37</u>
PATRIMÔNIO LÍQ.		<u>9.254.153.525,96</u>		<u>11.463.448.483,07</u>
RESERVAS	9.605,40		10.792,75	
LUCROS OU PREJ. ACUMUL.	7.431.960.305,90		9.254.143.920,56	
AJUSTES DO PATRIM/CAPITAL	4.597.948,79		210,00	
RESULT. DO PERÍODO	1.817.585.695,87		2.209.293.559,76	
SIT. PATR. ATIVA	10.826.105.273,96		13.393.919.862,44	
SIT. PATR. PASSIVA	(9.008.519.608,09)		(11.184.626.302,68)	
PASSIVO COMPENSADO		<u>2.962.831.515,33</u>		<u>3.410.223.113,00</u>
COMP. PAS. DIVERSAS	2.962.831.515,33		3.410.223.113,00	
VRS., TÍT E BENS SOB RESP.	15.482.242,84		12.446.100,60	
VLRS. EM GARANTIA	14.697.088,99		20.785.134,97	
DIR. E OBRIG. CONVENIADOS	1.765.163.418,86		2.050.730.049,02	
DIR E OBRIG. CONTRAT.	640.347.477,05		705.811.128,81	
COMP. DIVERSAS	527.141.287,59		620.450.699,60	
TOTAL GERAL DO PASSIVO		13.809.453.039,77		16.804.142.975,44

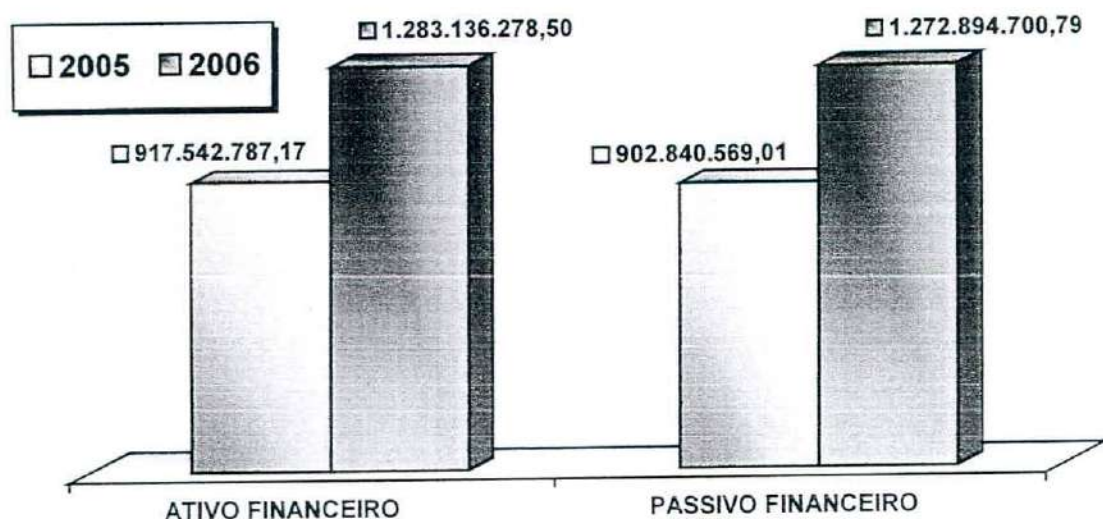


De acordo com o parágrafo 2º, do Artigo 43, da Lei nº 4.320, de 17.08.64, foi procedida a apuração do Superávit Financeiro verificado no Balanço Patrimonial, encerrado em 31/12/2006, onde o Ativo Financeiro somou um valor de R\$ 1.283.136.278,50 (um bilhão, duzentos e oitenta e três milhões, cento e trinta e seis mil, duzentos e setenta e oito reais e cinquenta centavos), enquanto que o Passivo Financeiro somou R\$ 1.272.894.700,79 (um bilhão, duzentos e setenta e dois milhões, oitocentos e noventa e quatro mil, setecentos reais e setenta e nove centavos), resultando em um Superávit Financeiro de R\$ 10.241.577,71 (dez milhões, duzentos e quarenta e um mil, quinhentos e setenta e sete reais e setenta e um centavos), conforme demonstração equacional a seguir:



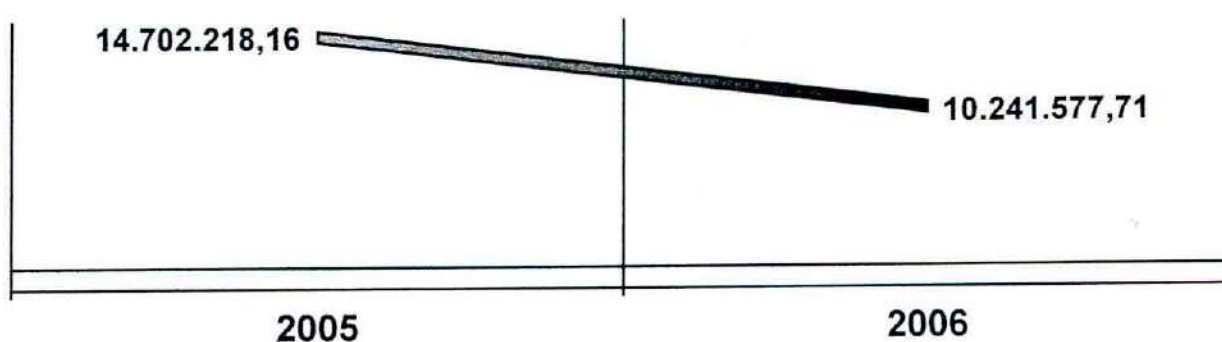
O Superávit Financeiro verificado em 31/12/06 no valor de R\$ 10.241.577,71 (dez milhões, duzentos e quarenta e um mil, quinhentos e setenta e sete reais e setenta e um centavos) será recolhido ao Tesouro Nacional no exercício de 2007, por meio de DARF eletrônico utilizando Limite de Restos a Pagar - RP ou Vinculação de Pagamento, de acordo com as exigências da Lei nº 9.530, de 10/12/97, e os procedimentos estabelecidos na Macrofunção 02.11.24 do Manual SIAFI.

5.1 EVOLUÇÃO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO VERIFICADO NO BALANÇO PATRIMONIAL EM 2005 EM RELAÇÃO A 2006





5.2 SUPERÁVIT FINANCEIRO NOS EXERCÍCIOS DE 2005 E 2006



6.0 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Na composição das Variações Patrimoniais, tanto as Ativas quanto as Passivas, verificou-se os seguintes percentuais em relação ao total geral.

6.1 VARIAÇÕES ATIVAS

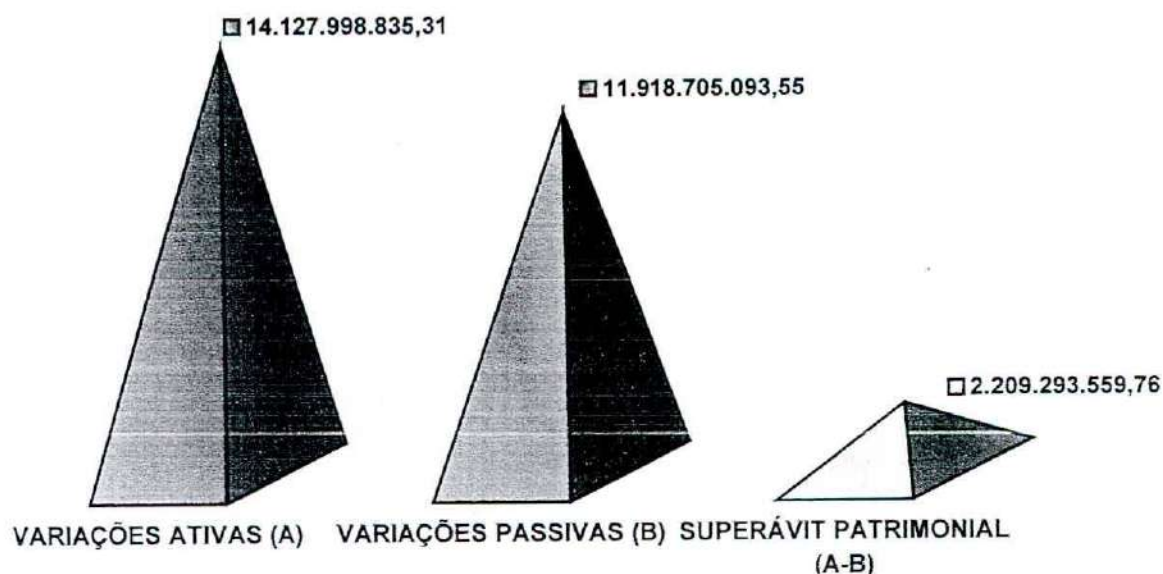
TÍTULO	VALOR	%
ORÇAMENTÁRIAS	8.178.052.375,47	57,89
RECEITAS	15.359.715,45	0,11
REC. ORÇAMENTÁRIA CORRENTE	4.296.960,36	0,03
REC. ORÇAMENTÁRIA CAPITAL	11.062.755,09	0,08
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	5.717.058.272,90	40,47
TRANSF. FINANC. RECEBIDAS	5.717.058.272,90	40,47
MUTAÇÕES ATIVAS	2.445.634.387,12	17,31
INCORPORAÇÕES DE ATIVOS	2.429.960.286,96	17,20
DESINCORPORAÇÕES DE PASSIVOS	15.674.100,16	0,11
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	5.949.946.459,84	42,11
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	2.368.884.964,20	16,77
TRANSF. DE BENS E VALORES RECEBIDOS	2.229.302.055,94	15,78
TRANSF. FINANCEIRAS RECEBIDAS	139.498.959,99	0,99
MOVIMENTO DE FUNDOS A DÉBITO	83.948,27	0,00
ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS	3.581.061.495,64	25,35
INCORPORAÇÕES DE ATIVOS	3.427.031.563,30	24,26
AJUSTES DE BENS, VALORES E CRÉDITOS	1.691.722,99	0,01
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	150.094.799,66	1,06
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.243.409,69	0,02
(+) TOTAL DAS VARIAÇÕES ATIVAS	14.127.998.835,31	100,00



6.2 VARIAÇÕES PASSIVAS

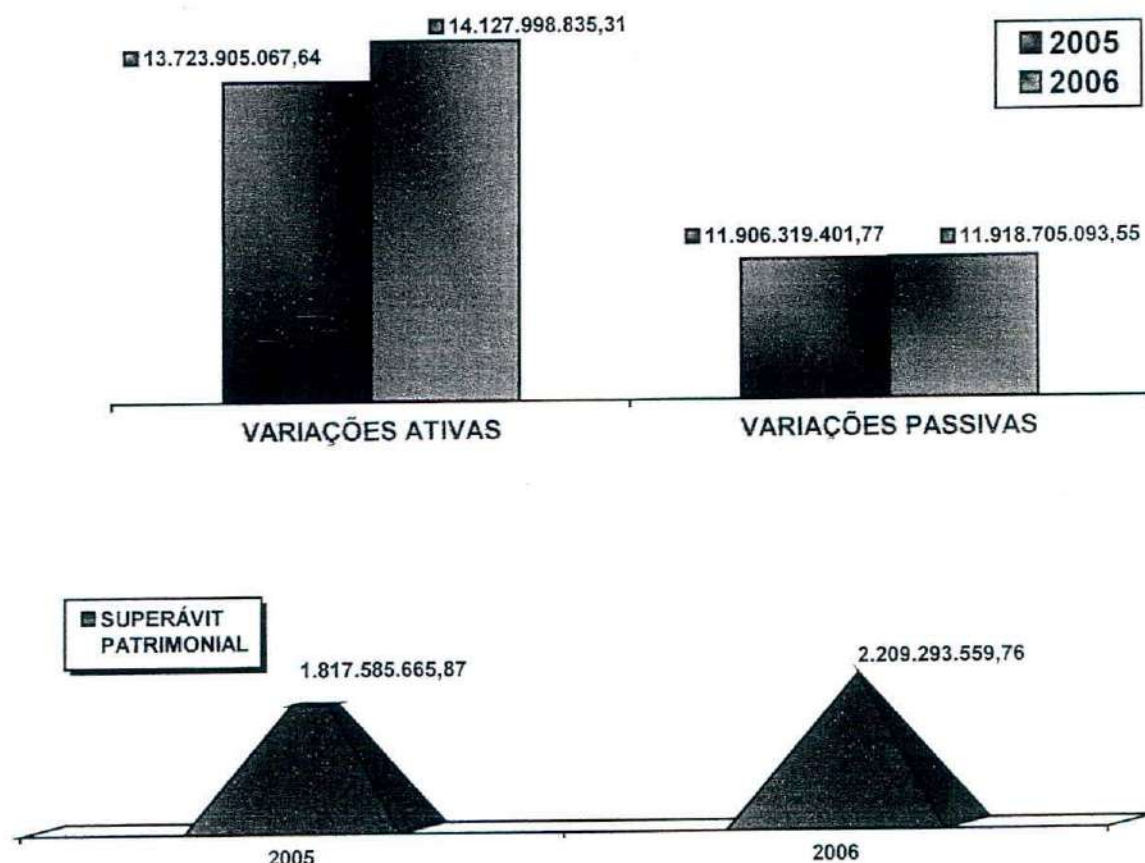
TÍTULO	VALOR	%
ORÇAMENTÁRIAS	6.290.168.502,00	44,52
DESPESAS	3.431.438.731,95	24,29
DESPESA ORÇAMENTÁRIA CORRENTE	912.990.165,01	6,46
DESPESA ORÇAMENTÁRIA CAPITAL	2.518.448.566,94	17,83
INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	2.858.015.345,72	20,23
TRANSF. FINANC. CONCEDIDAS	2.858.015.345,72	20,23
MUTAÇÕES PASSIVAS	714.424,33	0,01
DESINCORPORAÇÕES DE ATIVOS	114.424,33	0,00
INCORPORAÇÕES DE PASSIVOS	600.000,00	0,00
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	5.628.536.773,55	39,84
INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	2.368.870.661,84	16,77
DECRÉSCIMOS PATRIMONIAIS	3.259.666.111,71	23,07
TOTAL DAS VARIAÇÕES PASSIVAS	11.918.705.275,55	84,36
SUPERÁVIT VERIFICADO	2.209.293.559,76	15,64
TOTAL GERAL	14.127.998.835,31	100,00

As Variações Patrimoniais Ativas totalizaram a importância de R\$ 14.127.998.835,31 (quatorze bilhões, cento e vinte e sete milhões, novecentos e noventa e oito mil, oitocentos e trinta e cinco reais e trinta e um centavos), enquanto que as Variações Passivas totalizaram R\$ 11.918.705.275,55 (onze bilhões, novecentos e dezoito milhões, setecentos e cinco mil, duzentos e setenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos) apresentando um Superávit Patrimonial de R\$ 2.209.293.559,76 (dois bilhões, duzentos e nove milhões, duzentos e noventa e três mil e quinhentos e cinquenta e nove reais e setenta e seis centavos) como resultado patrimonial do exercício.

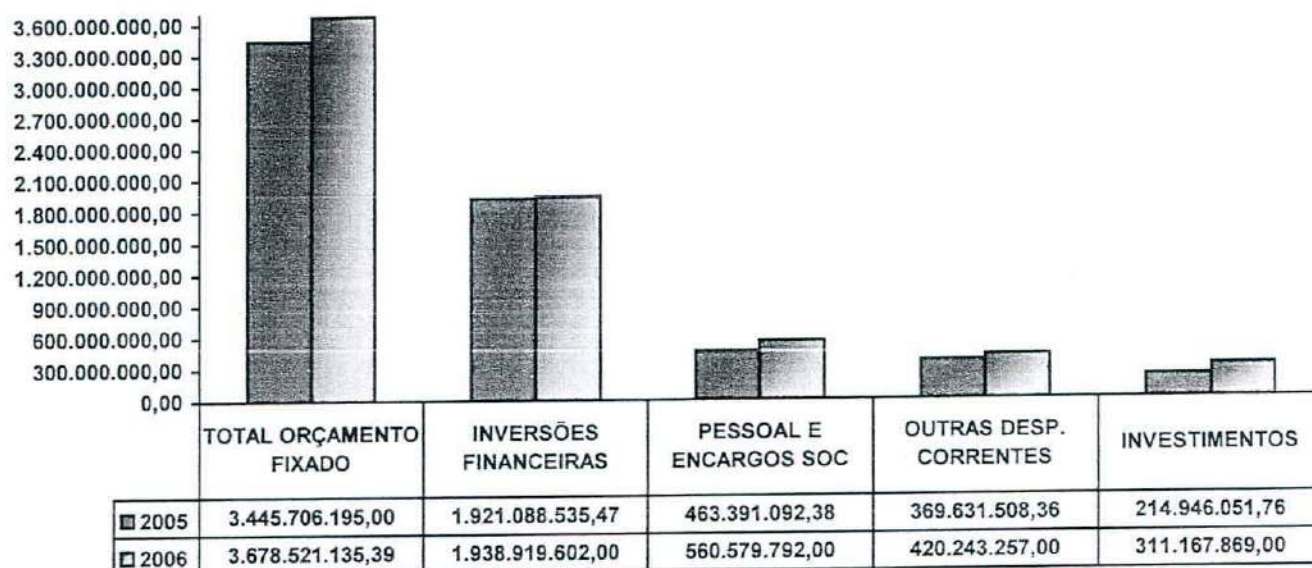




6.3 SUPERÁVIT PATRIMONIAL - EVOLUÇÃO

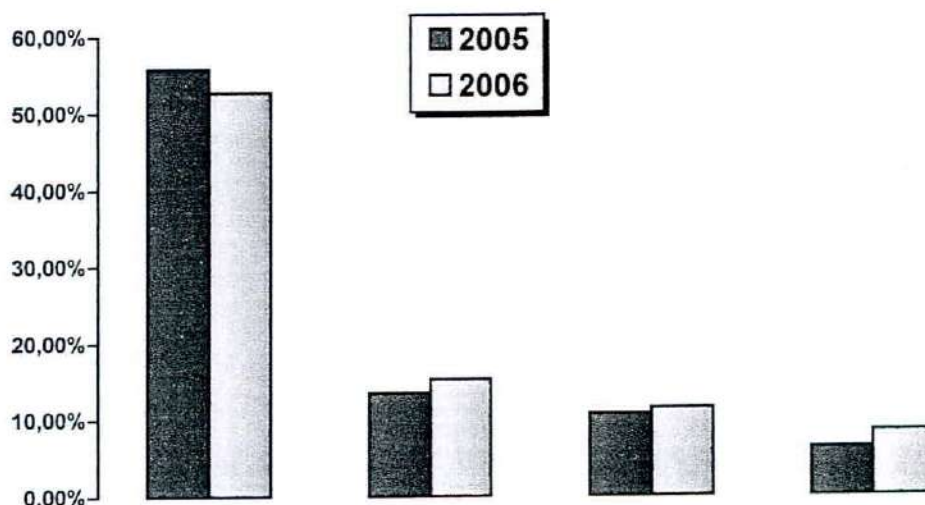


6.4 IMPACTO DAS DESPESAS - INVERSÕES FINANCEIRAS, PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS, OUTRAS DESPESAS CORRENTES E INVESTIMENTOS - EM RELAÇÃO AOS ORÇAMENTOS FIXADOS PARA 2005 E 2006





6.4.1 Percentual das Despesas em relação ao Orçamento Fixado



	INVERSÕES FINANCEIRAS	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS
■ 2005	55,75%	13,45%	10,73%	6,24%
□ 2006	52,71%	15,24%	11,42%	8,46%

INVERSÕES FINANCEIRAS

- Aquisições de imóveis rurais;
- Concessão de créditos instalação;
- Setenças judiciais.

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Despesas com a folha do pessoal do quadro permanente do INCRA, contratados sobre o Regime Jurídico Único, instituído pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

OUTRAS DESPESAS CORRENTES

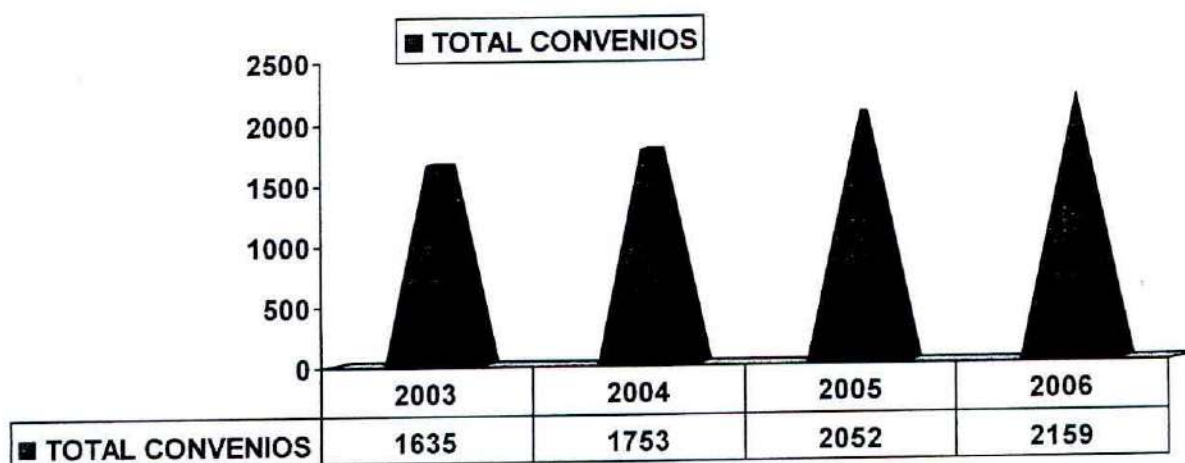
Despesas administrativas com manutenção das 30 (trinta) Superintendências Regionais e respectivas unidades vinculadas, como também da Sede.

INVESTIMENTOS

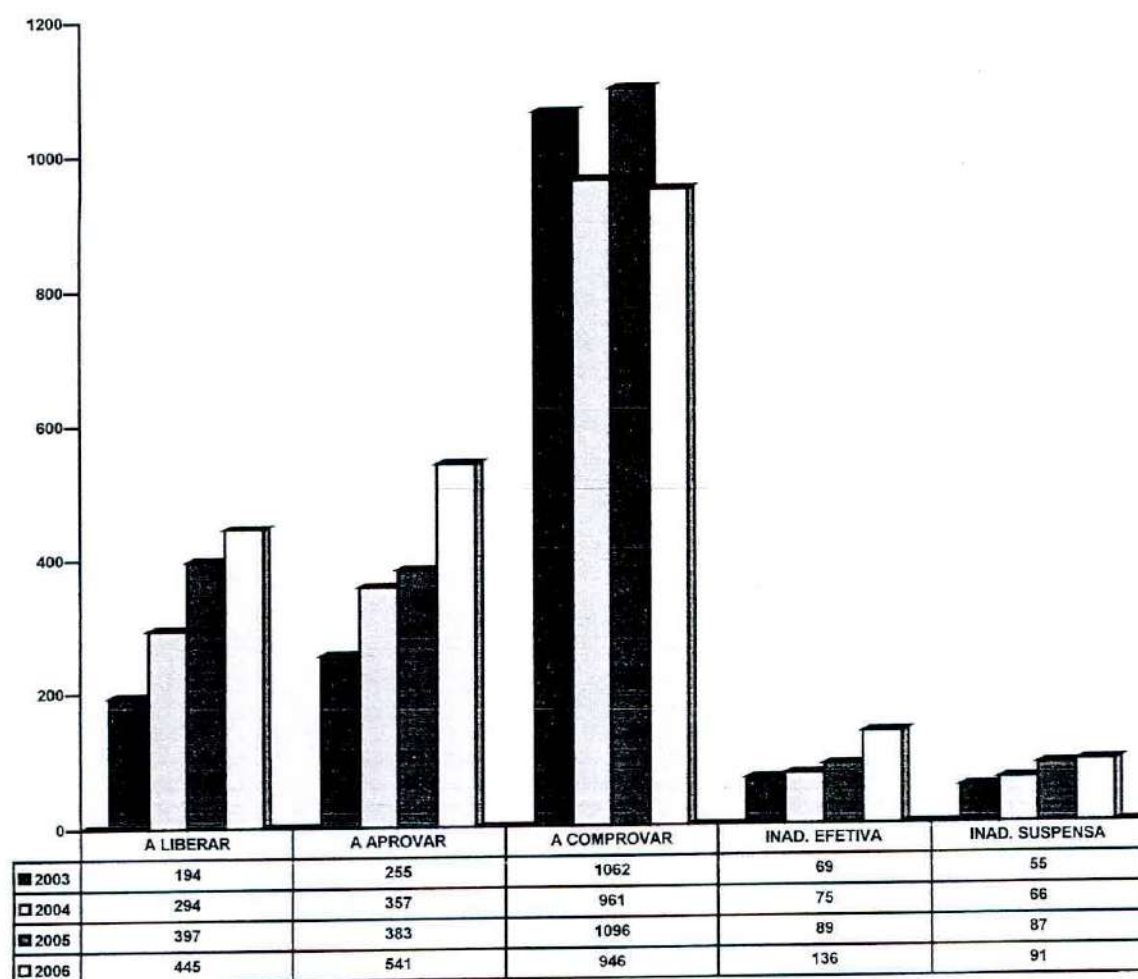
- execução de obras de infra-estrutura em Projetos de Assentamento do INCRA, sob a forma de transferências voluntárias mediante convênios com Estados, Municípios e Instituições Privadas e execução direta;
- aquisição de bens permanentes e de consumo.



7 - CONVÊNIOS

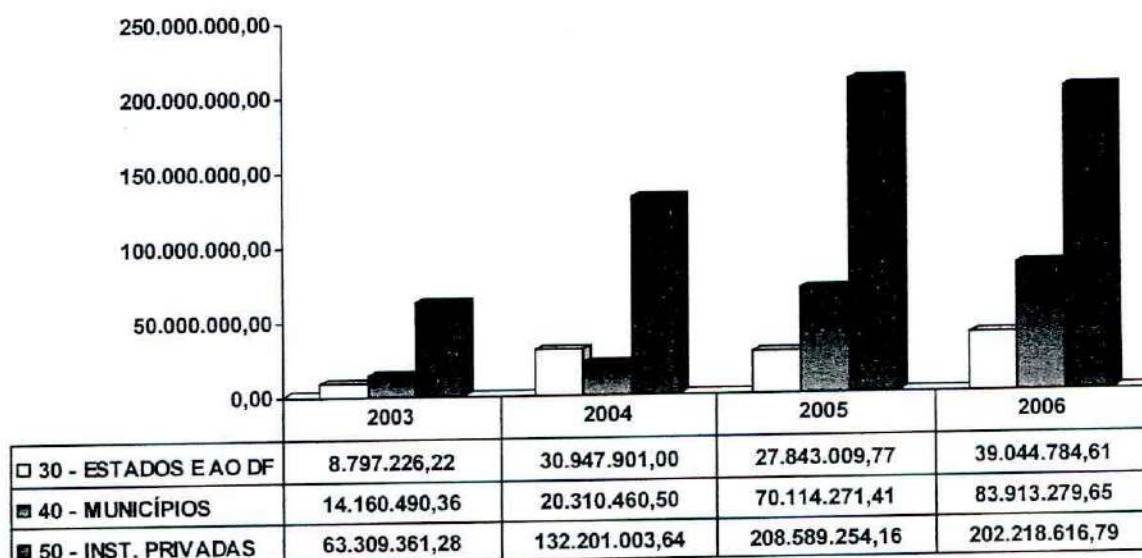


7.1 TOTAL DE CONVÊNIOS POR SITUAÇÃO NOS EXERCÍCIOS DE 2003 A 2006



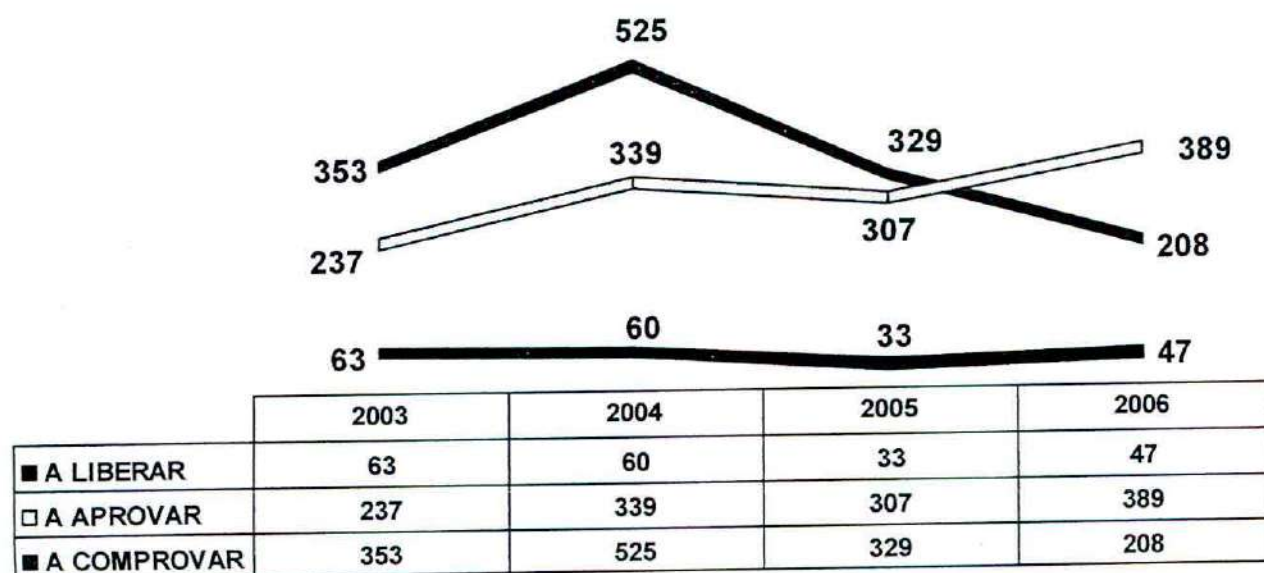


7.2 QUANTIDADE DE CONVÊNIOS - POR MODALIDADE



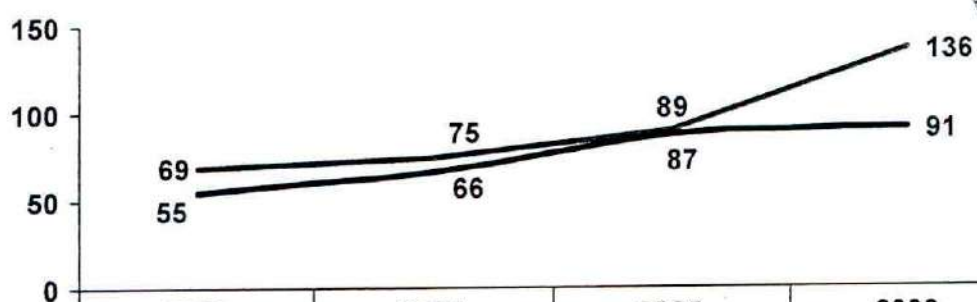
7.3 QUANTIDADE DE CONVÊNIOS (POR SITUAÇÃO) VENCIDOS

Convênios com o fim da vigência expirada por exercício



Obs.: Todos os convênios vencidos há mais de 90 dias em relação à 31/12/2006.

7.4 EVOLUÇÃO DE CONVÊNIOS NAS SITUAÇÕES DE INADIMPLÊNCIA EFETIVA E SUSPENSÃO



	2003	2004	2005	2006
— INAD. EFETIVA	69	75	89	136
— INAD. SUSPENSÃO	55	66	87	91



PARTE II

A segunda parte deste relatório tem como objetivo destacar a execução orçamentária, financeira e patrimonial das 17 (dezessete) Superintendências Regionais e Unidades Gestoras localizadas na Sede, conforme Decisão Normativa/TCU/nº 81/06.

LOCALIZAÇÃO	QUANTIDADE	SITUAÇÃO	
<i>Superintendências Regionais</i>	17	ATIVAS	ON-LINE
<i>Unidades Avançadas</i>	17	12 ATIVAS	ON-LINE
		05 ATIVAS	OFF-LINE
<i>Brasília</i>	3	05 ATIVAS	ON-LINE
TOTAL	37		

Deste total, 20 (vinte) Unidades Gestoras são Setoriais de Contabilidade, localizadas nas Superintendências Regionais do INCRA e na Sede, em Brasília, conforme tabela abaixo:

CÓDIGO DA UG	UF	DENOMINAÇÃO
373030	PA	SR-01
373045	CE	SR-02
373053	BA	SR-05
373062	RJ	SR-07
373070	SC	SR-10
373025	AM	SR-15
373082	RO	SR-17
373046	RN	SR-19
373057	ES	SR-20
373051	AL	SR-22
373052	SE	SR-23
373044	PI	SR-24
373029	RR	SR-25
373085	TO	SR-26
133088	DF/ENTORNO	SR-28
373050	PE/MSF	SR-29
373037	PA/SANTAREM	SR-30
373001	DF	INCRA
373002	DF	SEDE



1. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

1.1 EXECUÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS EM 31/12/2006

Receita: a execução da receita no valor de R\$ 2.210.480.322,75 (dois bilhões, duzentos e dez milhões, quatrocentos e oitenta mil, trezentos e vinte de dois mil e sessenta e cinco centavos) apresentou os seguintes percentuais, em relação a sua previsão:

TÍTULO	PREVISÃO	EXECUÇÃO	%
	(A)	(B)	(B)/(A)X100
<u>RECEITAS PRÓPRIAS</u>			
<u>RECEITAS CORRENTES</u>	<u>8.309.796,00</u>	<u>4.478.622,54</u>	<u>53,90</u>
REC. PATRIMONIAL	310.824,00	49.727,96	16,00
REC. DE SERVIÇOS	86.746,00	242.230,01	279,24
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	7.912.226,00	4.186.664,57	52,91
<u>RECEITAS DE CAPITAL</u>	<u>8.888.731,00</u>	<u>10.881.092,91</u>	<u>122,41</u>
ALIENAÇÃO DE BENS	8.888.731,00	10.881.092,91	122,41
SUBTOTAL RECEITAS PRÓPRIAS	17.198.527,00	15.359.715,45	89,31
<u>TRANSF. INTRAGOVERNAMENTAIS</u>			
<u>REPASSE</u>	<u>4.542.951.040,61</u>	<u>2.195.120.607,30</u>	<u>48,32</u>
AUTORIZADO	3.761.357.598,00	2.859.039.455,85	76,01
DESCENTRALIZADO	838.061.010,39	0,00	0,00
SUBREPASSE	(994.733.409,29)	(663.918.848,55)	66,74
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	938.265.841,51	0,00	0,00
TOTAL GERAL	4.560.149.567,61	2.210.480.322,75	48,47

Despesas: a execução da despesa no valor de R\$ 2.461.983.645,13 (Dois bilhões, quatrocentos e sessenta e um milhões, novecentos e oitenta e três mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e treze centavos) apresentou os seguintes percentuais, em relação às despesas fixadas para o exercício de 2006:

	(A)	(B)
<u>CRÉDITO DE ORÇAMENTO = SUPL.</u>		
<u>DESPESAS CORRENTES</u>	<u>994.398.654,00</u>	<u>759.180.577,80</u>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	560.579.792,00	542.295.842,07
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA INT.	13.575.605,00	5.680.488,64
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	420.243.257,00	211.204.247,09
<u>DESPESAS DE CAPITAL</u>	<u>1.339.061.471,00</u>	<u>1.702.803.067,33</u>
INVESTIMENTOS	311.167.869,00	122.823.972,92
INVERSÕES FINANCEIRAS	1.000.823.602,00	1.562.534.336,55
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INT.	27.070.000,00	17.444.757,86
SUBTOTAL	2.333.460.125,00	2.461.983.645,13
<u>CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS</u>	<u>507.000.000,00</u>	<u>0,00</u>
OUTRAS DESP. CORRENTES	7.000.000,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	500.000.000,00	0,00
TOTAL GERAL	2.840.460.125,00	2.461.983.645,13

**Nota:**

A execução orçamentária da receita e da despesa teve como parâmetro os preceitos legais estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO para 2006.

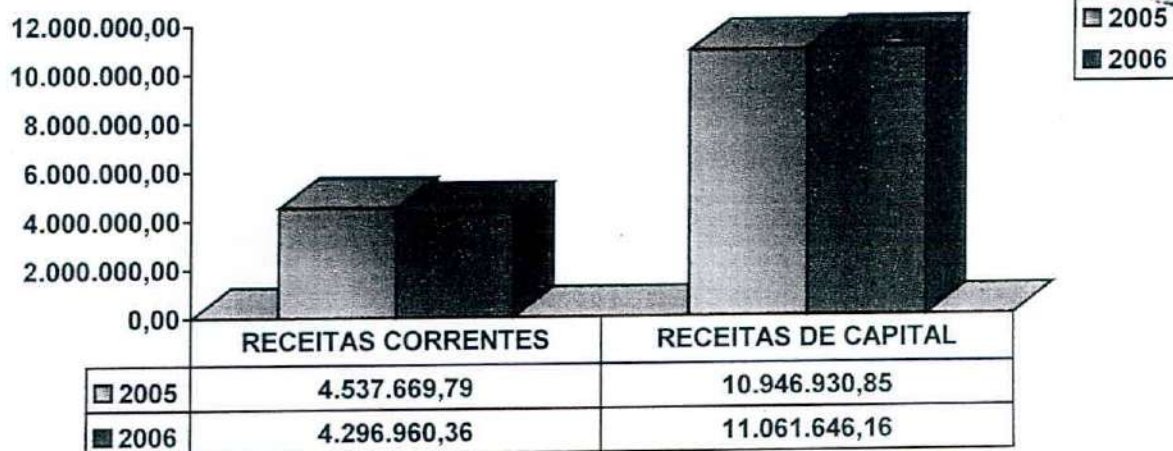
Comparando a execução das receitas e das despesas no ano de 2006 verificou-se um déficit orçamentário no valor de R\$ 251.503.322,38 (duzentos e cinquenta um milhões, quinhentos e três mil, trezentos e vinte e dois reais e trinta e oito centavos), demonstrado a seguir:

**2. BALANÇO FINANCEIRO**

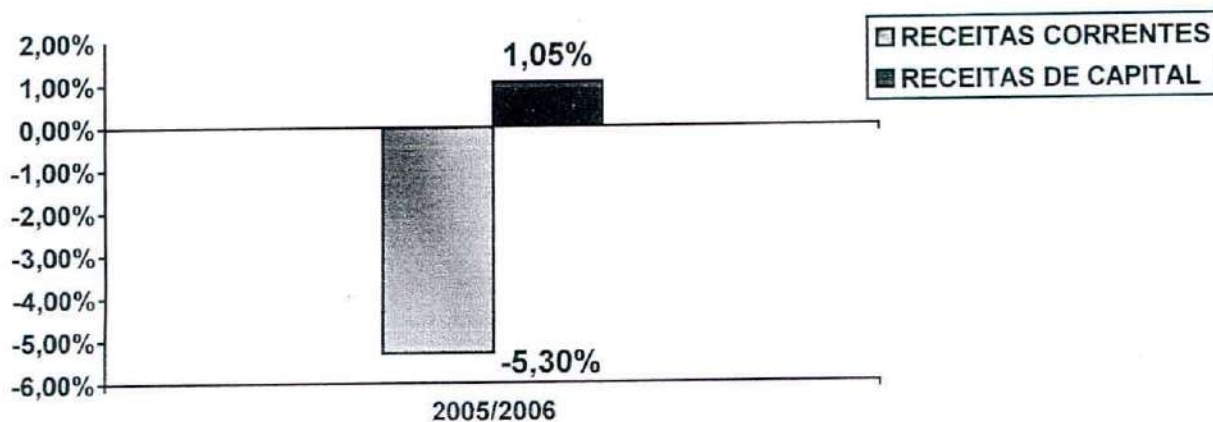
O Balanço Financeiro demonstra as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios de natureza extra-orçamentária conjugados com as disponibilidades provenientes do período anterior e as que passam para o exercício seguinte:

DISPONIBILIDADE DO PERÍODO ANTERIOR		0,00
(+) RECEITAS DO PERÍODO		15.358.606,52
	CORRENTES	4.296.960,36
	DE CAPITAL	11.061.646,16
(+) TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS		5.126.258.313,25
(+) INGRESSOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS		2.562.453.270,14
SUBTOTAL		7.704.070.189,91
(-) DESPESAS DO PERÍODO		(2.461.983.645,13)
	CORRENTES	(759.180.577,80)
	DE CAPITAL	(1.702.803.067,33)
(-) TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		(2.952.179.088,28)
(-) DISPÊNDIOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS		(2.289.907.456,50)
SUBTOTAL		(7.704.070.189,91)
(=) SALDO PARA O PERÍODO SEGUINTE		0,00

2.1 EVOLUÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES E DE CAPITAL EM 2006 EM RELAÇÃO A 2005



2.3 EVOLUÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES E DE CAPITAL EM 2006 EM RELAÇÃO A 2005 EM TERMOS PERCENTUAIS



3. BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial demonstra em 31/12/2006 as contas que compõem o Ativo (Financeiro e não Financeiro e Compensado), bem como o Passivo (Financeiro e não Financeiro, Patrimônio Líquido e Compensado) da Autarquia.



ATIVO 2006			
TÍTULO	PARCIAL	TOTAL	%
ATIVO FINANCEIRO		923.523.537,98	23,93%
CRÉDITOS EM CIRC.	923.510.873,95		11,97%
CRÉDITOS A RECEBER	2.215.425,12		0,03%
LIMITE DE SAQ C. VINC. DE PGTO	123.279.371,79		1,60%
REC. A REC. P/ PAGTO DE RP	798.010.937,47		10,34%
LIM. SAQUE P/ EMP.CONT.ENTREGA	95,22		0,00%
VALORES EM TRANS. REAL.	5.044,35		0,00%
VALORES PEND. A CURTO PRAZO	12.664,03		0,00%
ATIVO NÃO FINANCEIRO		4.524.194.155,53	58,62%
REALIZÁVEL A C.P	417.295.646,55		5,41%
CRÉD. EM CIRCULAÇÃO	67.493.165,82		0,87%
DIVERSOS RESPONSÁVEIS	67.493.160,37		0,87%
ADIANTAMENTOS CONC.	0,00		0,00%
RECURSOS VINCULADOS	5,45		0,00%
BENS E VALORES EM CIR.	349.802.480,73		4,53%
ESTOQUES	2.698.595,08		0,03%
TÍTULOS E VALORES	281.518.833,25		3,65%
MAT. EM TRÂNSITO	65.585.052,40		0,85%
VALORES PEND. A C. PRAZO	312.053.006,85		4,04%
VLRS. DIFERIDOS	13.323.893,72		0,17%
BENS/DIREITOS A INCORP/RP	298.729.113,13		3,87%
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	3.594.197.106,66		46,57%
DEP. REAL A L. PRAZO	146.035,38		0,00%
DEP. COMPULSÓRIOS	274,85		0,00%
RECURSOS VINCULADOS	145.760,53		0,00%
CRÉD. REAL A L. PRAZO	3.594.051.071,28		46,57%
CRÉD. UNIAO, EST. E MUN.	431.702.023,42		5,59%
DEVEDORES-ENT. E AGEN.	2.831,25		0,00%
EMPRÉST. E FINANC.	1.665.948.855,45		21,59%
CRÉD. A RECEBER	1.496.397.361,16		19,39%
PERMANENTE	200.648.395,47		2,60%
INVESTIMENTOS	1.133,07		0,00%
PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA	0,76		0,00%
OUTROS INVESTIMENTOS	1.132,31		0,00%
IMOBILIZADO	200.647.262,40		2,60%
BENS MÓVEIS E IMÓVEIS	200.475.677,04		2,60%
BENS INTANGÍVEIS	171.585,36		0,00%
ATIVO REAL		5.447.717.693,51	70,59%
ATIVO COMPENSADO		2.269.558.264,72	29,41%
COMPENS. AT. DIVERSAS	2.269.558.264,72		29,41%
RESP. POR TÍT. E VALORES	9.783.787,78		0,13%
GARANTIA DE VALORES	18.624.133,47		0,24%
DIR. E OBRIG. CONVENIADOS	1.142.726.621,45		14,81%
DIR. E OBRIG. CONTRATUAIS	507.582.575,15		6,58%
OUTRAS COMPENSAÇÕES	590.841.146,87		7,66%
TOTAL GERAL DO ATIVO		7.717.275.958,23	100,00%



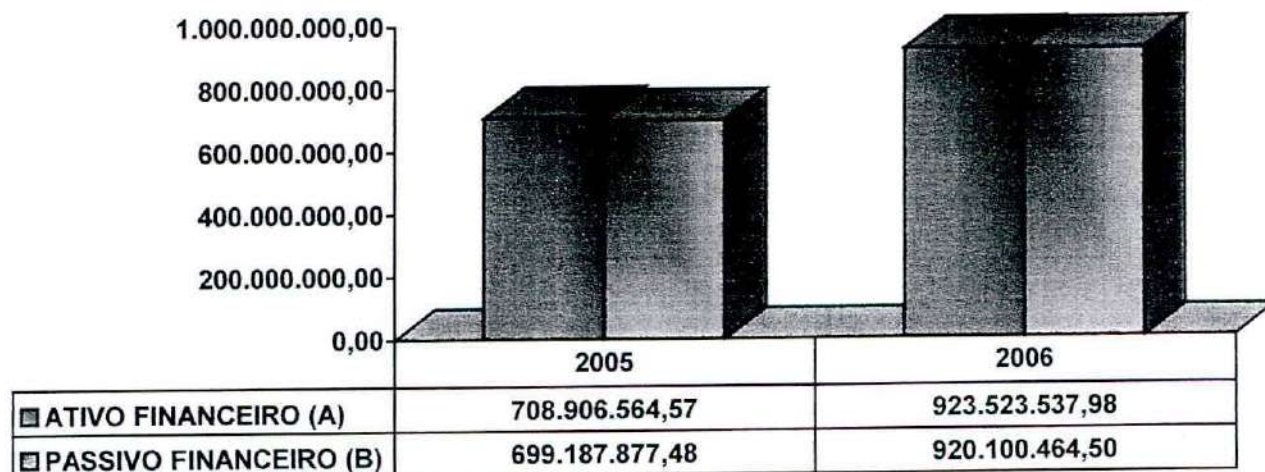
PASSIVO

2006

TÍTULO	PARCIAL	TOTAL	%
PASSIVO FINANCEIRO		920.100.464,50	11,92%
DEPÓSITOS	483.194,72		0,01%
CONSIGNAÇÕES	43,23		0,00%
REC. DO TES. NACIONAL	14.377,44		0,00%
DEP. DE DIV. ORIGENS	468.774,05		0,01%
OBRIGAÇÕES EM CIRC.	908.235.290,81		11,77%
REST. A PAG. PROCESS.	2.742.076,02		0,04%
FORN. - DO EXERCÍCIO	566.829,57		0,01%
FORN. - EXERC. ANTERIOR	0,00		0,00%
CONVENIOS A PAGAR	2.131.522,87		0,03%
PREC. DE CCK A PAGAR	0,00		0,00%
PESSOAL A PG-DO EXERC.	62,56		0,00%
DÉB. DIVERSOS A PAGAR	43.661,02		0,00%
RESTOS A PAG. N° PROCESS.	337.628.665,13		4,37%
A LIQUIDAR	337.628.665,13		4,37%
CREDORES DIVERSOS	535.600,00		0,01%
VLRS. EM TRANS. EXIG.	143.832,57		0,00%
REC. A LIB. P/PGTO RP	567.185.117,09		7,35%
VLRS PEND. A CURT. PRAZO	11.381.978,97		0,15%
REPASSE REC. DIFERIDO	11.381.978,97		0,15%
PASSIVO NÃO FINANCEIRO		651.397.658,15	8,44%
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	130.772,42		0,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	130.772,42		0,00%
VLRS. PEND. A. C. PRAZ	7.201.337,02		0,09%
VALORES DIFERIDOS	7.201.337,02		0,09%
EXIGÍVEL A L. PRAZO	644.065.548,71		8,35%
OBR. EXIG. A L.P.	644.065.548,71		8,35%
OPER. CRED. INTERNAS	431.702.023,42		5,59%
OPER. CRED. EXTERNAS	132.076.974,33		1,71%
OBRIG. A PAGAR	80.286.550,96		1,04%
PASSIVO REAL		1.571.498.122,65	20,36%
PATRIMÔNIO LÍQ.		3.876.219.570,86	79,64%
RESERVAS	105,00		0,00%
LUCROS OU PREJ. ACUMUL.	3.876.219.465,86		50,23%
PASSIVO COMPENSADO		2.269.558.264,72	29,41%
COMP. PAS. DIVERSAS	2.269.558.264,72		29,41%
VRs., TÍT E BENS SOB RESP.	9.783.787,78		0,13%
VLRS. EM GARANTIA	18.624.133,47		0,24%
DIR. E OBRIG. CONVENIADOS	1.142.726.621,45		14,81%
DIR. E OBRIG. CONTRAT.	507.582.575,15		6,58%
COMP. DIVERSAS	590.841.146,87		7,66%
TOTAL GERAL DO PASSIVO		7.717.275.958,23	100,00%

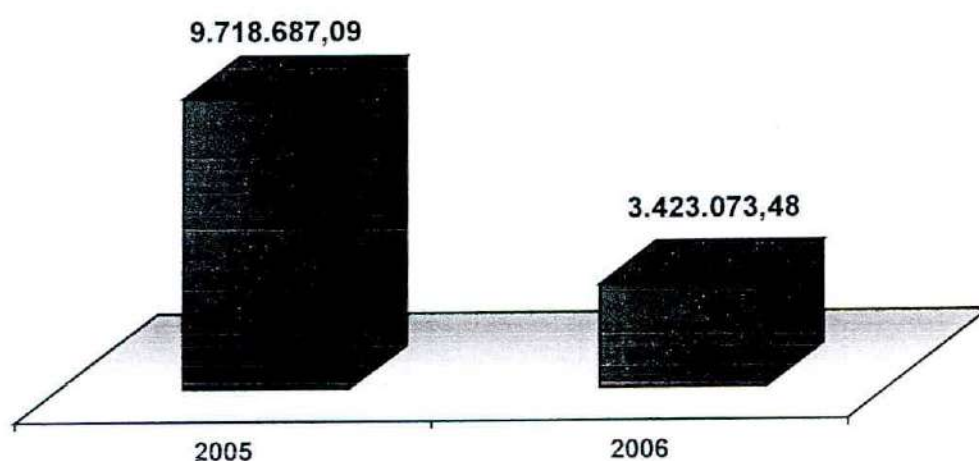


3.1 EVOLUÇÃO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO VERIFICADO NO BALANÇO PATRIMONIAL EM 2005 EM RELAÇÃO A 2006



De acordo com o parágrafo 2º, do Artigo 43, da Lei nº 4.320, de 17.08.64, foi procedida a apuração do superávit financeiro verificado no Balanço Patrimonial, encerrado em 31/12/2006, onde o Ativo Financeiro somou um valor de R\$ 923.523.537,98 (novecentos e vinte e três milhões, quinhentos e vinte e três mil, quinhentos e trinta e sete reais e noventa e oito centavos), enquanto que o Passivo Financeiro somou R\$ 920.100.464,50 (novecentos e vinte milhões, cem mil reais, quatrocentos e sessenta e quatro reais e cinquenta centavos), resultando em um superávit financeiro de R\$ 3.423.073,48 (três milhões, quatrocentos e vinte e três mil, setenta e três reais e quarenta e oito centavos), conforme demonstração equacional a seguir:

3.2 SUPERÁVIT FINANCEIRO NOS EXERCÍCIOS DE 2005 E 2006





4.0 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Na composição das Variações Patrimoniais, tanto as Ativas quanto as Passivas, verificou-se os seguintes percentuais em relação ao total geral.

4.1 VARIAÇÕES ATIVAS

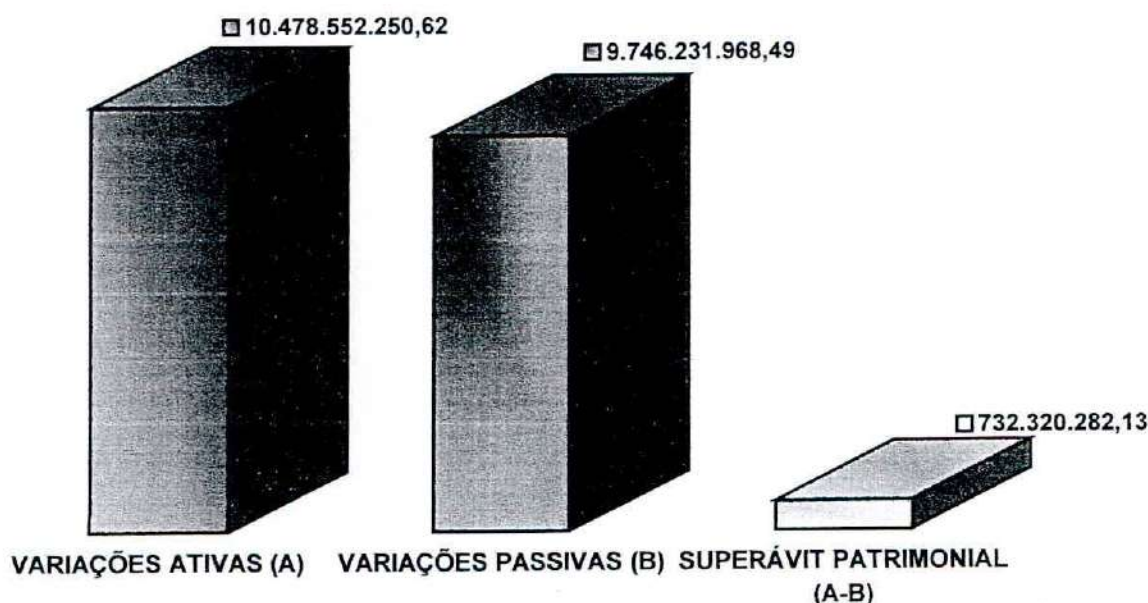
TÍTULO	VALOR	%
ORÇAMENTÁRIAS	6.712.993.520,39	64,06
RECEITAS	15.358.606,52	0,15
REC. ORÇAMENTÁRIA CORRENTE	4.296.960,36	0,04
REC. ORÇAMENTÁRIA CAPITAL	11.061.646,16	0,11
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	5.019.643.556,81	47,90
TRANSF. FINANC. RECEBIDAS	5.019.643.556,81	47,90
MUTAÇÕES ATIVAS	1.677.991.357,06	16,01
INCORPORAÇÕES DE ATIVOS	1.662.317.256,90	15,86
DESINCORPORAÇÕES DE PASSIVOS	15.674.100,16	0,15
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	3.765.558.730,23	35,94
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	1.448.222.008,33	13,82
TRANSF. DE BENS E VALORES RECEBIDOS	1.341.076.657,34	12,80
TRANSF. FINANCEIRAS RECEBIDAS	107.062.721,65	1,02
MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO	82.629,34	0,00
ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS	2.317.336.721,90	22,12
INCORPORAÇÕES DE ATIVOS	2.197.737.159,03	20,97
AJUSTES DE BENS, VALORES E CRÉDITOS	0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	117.919.078,06	1,13
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.680.484,81	0,02
(+) TOTAL DAS VARIAÇÕES ATIVAS	10.478.552.250,62	100,00

4.2 VARIAÇÕES PASSIVAS

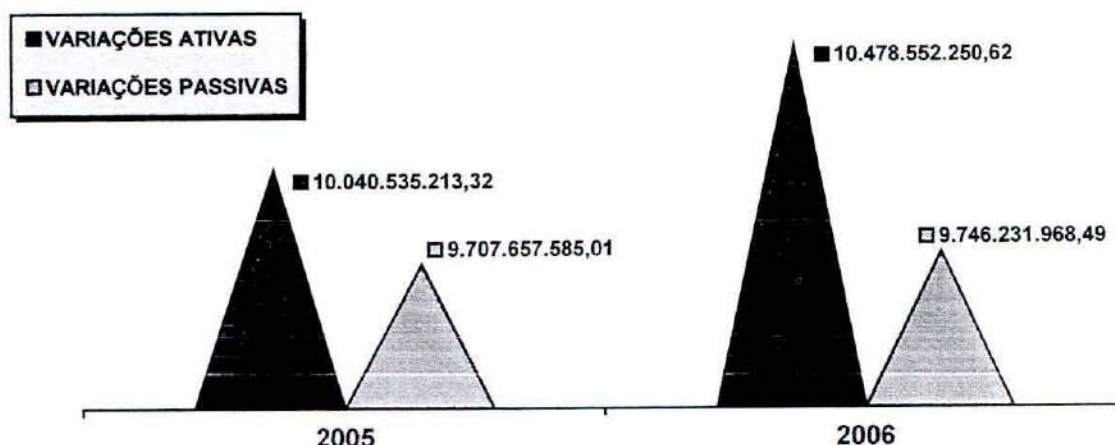
TÍTULO	VALOR	%
ORÇAMENTÁRIAS	5.287.208.445,31	50,46
DESPESAS	2.461.983.645,13	23,50
DESPESA ORÇAMENTÁRIA CORRENTE	759.180.577,80	7,25
DESPESA ORÇAMENTÁRIA CAPITAL	1.702.803.067,33	16,25
INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	2.824.525.995,85	26,96
TRANSF. FINANC. CONCEDIDAS	2.824.525.995,85	26,96
MUTAÇÕES PASSIVAS	698.804,33	0,01
DESINCORPORAÇÕES DE ATIVOS	98.804,33	0,00
INCORPORAÇÕES DE PASSIVOS	600.000,00	0,01
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	4.459.023.523,18	42,55
INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	2.355.892.637,67	22,48
DECRÉSCIMOS PATRIMONIAIS	2.103.130.885,51	20,07
TOTAL DAS VARIAÇÕES PASSIVAS	9.746.231.968,49	93,01
SUPERÁVIT VERIFICADO	732.320.282,13	6,99
TOTAL GERAL	10.478.552.250,62	100,00



As Variações Patrimoniais Ativas totalizaram a importância de R\$ 10.478.552.250,62 (dez bilhões, quatrocentos e setenta e oito milhões, quinhentos e cinquenta e dois mil, duzentos e cinquenta reais e sessenta e dois centavos), enquanto que as Variações Passivas totalizaram R\$ 9.746.968,49 (nove bilhões, setecentos e quarenta e seis milhões, trezentos e dezenove mil, quatrocentos e um reais e setenta e sete centavos) apresentando um superávit patrimonial de R\$ 732.320.282,13 (setecentos e trinta e dois milhões, trezentos e vinte mil, duzentos e oitenta e dois reais e treze centavos) como resultado patrimonial do exercício.



4.3 SUPERÁVIT PATRIMONIAL - EVOLUÇÃO



Demonstrações Contábeis

Notas Explicativas



Nota 1 - O INCRA e suas Unidades Gestoras

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA é uma Autarquia Federal criada pelo Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970, alterado pela Lei nº 7.231, de 23 de outubro de 1984, registrado no CNPJ/MF Nº 00375.972.0001-60, com o objetivo inicial voltado à promoção da ocupação de espaços vazios do território nacional, principalmente na Amazônia, através de processo de regularização fundiária. Com a edição da Lei nº 8.629/93, que regulamentou dispositivos da Constituição de 1988 referentes à Reforma Agrária, o INCRA tomou novo impulso, com a busca da transformação das terras obtidas em Projetos de Assentamentos. Nessa modelagem as famílias beneficiárias da Reforma Agrária alcançaram melhores condições de vida e de forma sustentável.

O INCRA é o principal órgão responsável pela execução da Reforma Agrária no país, e conta, na sua estrutura regimental, com 95 (noventa e cinco) Unidades Gestoras Contábeis em todo território nacional.

Nota 2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis estão sendo apresentadas na forma da Lei nº 4.320/64 e contemplam a posição consolidada do INCRA/SEDE e das 17 Superintendências Regionais (SR-01/PA, SR-02/CE, SR-05/BA, SR-07/RJ, SR-10/SC, SR-15/AM, SR-17/RO, SR-19/RN, SR-20/ES, SR-22/AL, SR-23/SE, SR-24/PI, SR-25/RR, SR-26/TO, SR-28/DFE, SR-29/MSF e SR-30/SANTARÉM).

As contas que compõem as peças contábeis apresentadas foram ajustadas em 31/12/2006 levando-se em consideração os procedimentos mencionados na Norma de Execução nº 01, de 18 de outubro de 1996, detalhados na Macrofunção 02.03.18 do Manual SIAFI e estão em consonância com o plano de contas da União.

Nota 3 - Diretrizes Contábeis

O regime contábil utilizado é o de competência.

A execução orçamentária da Receita e da Despesa obedeceu às disposições da lei nº 11.178/05 - LDO, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração da lei orçamentária de 2006.

Nota 4 - Composição do Ativo e Passivo

Destacamos a seguir os fatos relevantes que contribuíram para formação do Ativo e Passivo:

a) Ativo

Recursos a Receber para Pagamento de Restos a Pagar - limite fixado à conta das fontes do Tesouro Nacional destinados ao pagamento de despesas empenhadas e não pagas até 31/12/06, inscritas em Restos a Pagar processados e não processados, nos termos do Decreto 93.872/86.



Diversos Responsáveis - débitos decorrentes de apuração de responsabilidade por meio de processo de Tomada de Contas Especial - TCE em virtude de irregularidades verificadas na utilização do dinheiro público.

Recursos a Receber de Empréstimos e Financiamentos - créditos instalação reembolsáveis concedidos às famílias assentadas em Projetos de Assentamentos integrantes do Programa de Reforma Agrária criados pelo INCRA. O crédito instalação está regulamentado pela Instrução Normativa/INCRA/nº19, de 06 de setembro de 2005 e Norma de Execução/SD/Nº46, de 10 de novembro de 2005.

Créditos a Receber - créditos a receber de parceiros relativos a despesas com aquisição de imóveis rurais e infra-estrutura. O pagamento será efetuado quando da emissão definitiva do título.

b) Passivo

Fornecedores de exercícios anteriores - o valor registrado nesta conta refere-se a despesas liquidadas e apropriadas contabilmente no exercício de 2006, cujo pagamento ocorrerá no exercício de 2007. O saldo desta conta terá validade até 31/12/2007, por força do Art. 68, do Decreto 93.872.


Depósitos de Diversas Origens - refere-se a depósitos efetuados na Conta Única do Tesouro e não classificados na época própria como receitas.

Obrigações em Circulação - compreendem as obrigações pendentes na data do encerramento do exercício, cujos pagamentos deverão ocorrer no exercício de 2007.

7. PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DA AUTARQUIA

O Processo de Prestação de Contas Anual da Autarquia, referente aos atos e fatos de gestão praticados por seus dirigentes no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2006, foi formalizado pela Coordenação-Geral de Contabilidade - DAC de acordo com a Instrução Normativa/TCU/Nº47, de 27/10/2004, DN/TCU/Nº81, de 06/12/2006 e Norma de Execução/CGU/SFC/Nº03, de 28/12/2006, estando em condições de ser remetido à Auditoria do INCRA, com vistas à Secretaria Federal de Controle Interno/CGU/PR, tão logo sejam apreciadas pelo Conselho Diretor da Autarquia, as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2006, conforme previsto no artigo 3º, inciso VI do Decreto Nº 97.978, de 19 de julho de 1989.

Brasília-DF, 12 de março de 2007.


EDINAR FERREIRA ARAUJO
COORDENADOR-GERAL DE CONTABILIDADE
CRC/DF5040/0-8



DESPACHO/INCRA/AUD/Nº 40 2007

Processo nº 54190.000246/2007-95

Interessado – INCRA-Sede, SR's 01/PA, SR-02/CE, SR-05/BA, SR-07/RJ, SR-10/SC, SR-15/AM, SR-17/RO, SR-19/RN, SR-20/ES, SR-22/AL, SR-23/SE, SR-24/PI, SR-25/RR, SR/26/TO, SR-28/DFE, SR-29/MSF/PE, SR-30/SANTARÉM/PA

ASS: Prestação de Contas Anual do Exercício de 2006

PARECER DA AUDITORIA

A Auditoria do INCRA, cumprindo a atribuição estabelecida no § 5º, art. 15, do Decreto 3591, de 06/09/2000, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto 4.304, de 16/07/2002, apresenta seu parecer sobre a Prestação de Contas Anual da referida entidade, na forma prevista no item 01, anexo V, da Decisão Normativa nº 81/2006, assim como observância da Nota Técnica nº 334/2007/DRDAG/DR/SFC/CGU-PR e subitem 3.3.7.5 da Portaria CGU nº 555/2006, item VII, art. 57 do Regimento Interno, correspondente ao exercício financeiro de 2006.

A execução dos registros contábeis no Sistema do qual se originou a presente prestação de contas, foi procedida com observância do Plano de Contas da Administração Federal.

Os Balanços Financeiro, Patrimonial e Orçamentário, bem como a Demonstração das Variações Patrimoniais, anexos, foram extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI.

O Relatório Financeiro/Contábil, anexo ao presente processo, demonstra objetivamente a situação orçamentária, execução da despesa, execução da receita, variação do superávit/déficit, variações patrimoniais, a posição dos convênios, mencionando inclusive a evolução de 2003 a 2006, das situações de inimplância efetiva e suspensão dos mesmos referente a Autarquia, como também a execução orçamentária, financeira e patrimonial das 17 Superintendências Regionais e Unidades Gestoras localizadas na sede.

Ressaltamos que os documentos contantes do presente Relatório, serviram, entre outros, de base para emissão do nosso parecer.

No entendimento desta Auditoria com relação as contas constantes do Balancete da UG extraído do Sistema SIAFI o Órgão de Contabilidade, durante o exercício deverá continuar empenhando em proceder o acompanhamento nas contas de despesas cujas naturezas não possuam correlação com as atividades desenvolvidas pela Autarquia e/ou representam serviços que são executados por conta de outra natureza de despesa, bem como nas demais contas, evitando assim possíveis inconsistências contábeis.

Abaixo segue parecer com relação aos itens a seguir indicados, previstos no Anexo V da DN TCU nº 81/2006 :



1. CONTROLES ADMINISTRATIVOS DA UNIDADE

Após a edição do Decreto 3.591/2000, que dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, o INCRA implantou na sua nova estrutura organizacional a Auditoria Interna, objetivando fortalecer a gestão e racionalizar as ações de controle. Desde então, em conjunto com outros Órgãos comprometidos com a Reforma Agrária, temos empenhado junto às nossas Regionais no sentido de cada vez mais aprimorarmos nossos controles internos. Tais resultados podem ser medidos através do empenho da Autarquia em atender as diligências oriundas dos Órgãos Internos e Externos, atender as demandas das Superintendências Regionais, em monitorar a implementação das medidas preventivas sugeridas e as corretivas recomendadas, procedentes das recomendações dos relatórios das Inspeções Ordinárias e Especiais, como também através da implantação dos Relatórios Gerenciais, onde os Programas/Ações do INCRA são analisados via sistemas SIAPE, SIAFI E SIAFE GERENCIAL por servidor designado.

Por outro lado também, o INCRA tem-se empenhado em realizar treinamentos dos servidores o que viabiliza uma melhora significativa no desempenho dos profissionais, contribuindo para que as deficiências do Órgão sejam minimizadas, como também, emitido normas internas com a finalidade de adequar os procedimentos e técnicas utilizadas na Autarquia com a Legislação vigente.

2. REGULARIDADE DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

No ano de 2006, houve inspeção parcial na SR-30, SR-01, SR-24, SR-28, SR-05 e alguns processos licitatórios foram analisados por técnicos desta Auditoria, estando em diligência, à exceção da SR-01, cuja as recomendações apontados no relatório já foram atendidas pela Regional, sendo analisadas por técnicos da Auditoria. Outrossim, esclarecemos que de um modo geral, os processos licitatórios acompanhados por esta Unidade de Auditoria Interna, estavam formalizados, dentro da regularidade exigida pela legislação vigente.

Foram realizados Pregões Eletrônicos, Convite, Tomada de Preço, Concorrência durante o exercício de 2006.

3. GERENCIAMENTO DA EXECUÇÃO DOS CONVÊNIOS, ACORDOS E AJUSTES, ESPECIALMENTE QUANTO À OPORTUNIDADE, FORMALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO.

No exercício de 2006 as Superintendências, através de dados constantes em alguns Relatórios de Gestão apresentados à esta Auditoria, ou em consulta no Sistema SIAFI, firmaram convênios que promovem a educação no campo (PRONERA), Infra-Estrutura, Assistência técnica e outros necessários ao andamento da Reforma Agrária.

Com relação aos convênios firmados por esta Autarquia a Auditoria tem a esclarecer que, mesmo considerando a importância da participação das entidades privadas sem fins lucrativos na execução das políticas voltadas à Reforma Agrária, é relevante que o INCRA busque alternativas junto a estas entidades privadas de forma a contribuir com a melhoria técnica, operacional e administrativa. Por outro lado, também é recomendável que a Coordenação de Contabilidade, que já vem desenvolvendo um bom trabalho nesse tema,



continue adotando medidas administrativas para diminuir o número de convênios nas diversas situações: A COMPROVAR, A APROVAR E INADIMPLENTE, Instaurando, se necessário, a devida Tomada de Contas Especial. Tal recomendação está pautada na experiência adquirida na análise e na verificação dessas contas de convênios.

4. CUMPRIMENTO DE SUAS RECOMENDAÇÕES NO ÂMBITO DA UNIDADE

Durante o exercício houve em algumas unidades abaixo relacionadas inspeção Especial e Parcial:

SR-17 - RONDÔNIA

Relatório de Inspeção Especial nº 04 denúncia relacionada a Regularização Fundiária, foi encaminhado ao Chefe de Gabinete do INCRA, ao Superintendente Nacional do Desenvolvimento Agrário e à Divisão de Ordenamento Territorial, para providências necessárias, as quais estão em diligência.

SR - 28 - DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

Relatório de Auditoria Parcial nº 16, foi encaminhado ao Superintendente Regional do Distrito Federal e Entorno, para providências necessárias, as quais estão em diligência.

SR - 19 - RIO GRANDE DO NORTE

Relatório Final de Comissão de Sindicância de Cunho Investigatório para apurar irregularidades noticiadas no Relatório de Auditoria nº 175913/2005 da SFC, foi encaminhado ao Superintendente Regional do INCRA no Estado do Rio Grande do Norte, para providências necessárias, as quais estão em diligência.

SR - 05 - BAHIA

Relatório de Auditoria Parcial nº 05, foi encaminhado ao Superintendente Regional do INCRA no Estado da Bahia, para providências necessárias, as quais estão em diligência.

SR-01 - PARÁ

Relatório de Auditoria Especial nº 11 referente a denúncia relacionada a Administração da Unidade e Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas, foi encaminhado ao Chefe de Gabinete do INCRA, à Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento, à Diretoria de Gestão Administrativa e ao Superintendente Regional do INCRA no Estado do Pará, para providências necessárias, sendo que as recomendações apontados no relatório já foram atendidas pela Regional, estando em análise por técnicos da Auditoria.

SR - 24 - PIAUÍ

Relatório de Auditoria Parcial nº 07, foi encaminhado ao Superintendente Regional do INCRA no Estado do Piauí, para providências necessárias, as quais estão em diligência.

SR - 30 - SANTAREM / PARÁ

Relatório de Auditoria Parcial nº 10, foi encaminhado ao Superintendente



Regional do INCRA no Estado Do Piauí, para providências necessárias, as quais estão em diligência.

SR-30 – SANTAREM/ PARÁ

Relatório de Auditoria Especial nº 13, referente a supostas irregularidades relacionadas à aplicação de recursos do Crédito Instalação, à Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento, à Diretoria de Gestão Administrativa e ao Superintendente Regional do INCRA em Santarém, para providências necessárias, sendo que as recomendações apontados no relatório já foram atendidas pela Regional, analisadas por técnicos da Auditoria e encaminhado a Regional para conhecimento

SR-30 – SANTAREM/ PARÁ

Relatório de Inspeção Conjunta SAC/AUDIN nº 01/2006, referente as supostas irregularidades relacionadas à aplicação de recursos do Programa de Assentamento Sustentável para Trabalhadores Rurais, em respeito à solicitação contida no OFÍCIO Nº 15784/2006/DRDAG/DR/SFC/CGU/PR, encaminhado à Diretoria de Gestão Administrativa, para providências necessárias, as quais estão em diligência.

5. CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES EXARADAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO E PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

Por meio de acompanhamento e monitoramento desenvolvidos pela Auditoria realizados durante o exercício de 2006, verificamos que as recomendações expedidas pelos órgãos externos e internos para estas Regionais foram objeto de ações com vistas ao cumprimento das mesmas, especialmente no que se refere ao relatório CGU nº 175913, o qual foi respondido, em parte, estando no aguardo da análise das respostas pela SFC/CGU sobre o acatamento das mesmas. Estando pendente os itens 4.1.3.2 letra b (DA), 5.1.1.2 (SR-28), 5.2.1.2 (PF Altamira – SR-01) 7.3.2.2 letra b (DA), 8.3.3.9 (SR-24), 8.3.4.10 (DD), 9.1.2.12 e 9.1.2.14 (SR-01).

Brasília, 02 de abril de 2007.

EMILSON ROLOFF

Auditor Chefe

NARA FIGUEIREDO

Contadora

Senhora Diretora Substituta da Diretoria de Gestão Administrativa

Face ao exposto, sugerimos a aprovação da Prestação de Contas pelo Conselho Diretor da Autarquia, em cumprimento ao disposto no item IX, art. 11 do Regimento Interno do INCRA.

Brasília, 02 de abril de 2007.

EMILSON ROLOFF

Auditor Chefe

197

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
DIRETORIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - DA

INTERESSADO: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

ASSUNTO: Prestação de Contas Anual do INCRA - Exercício 2006

Relatório/INCRA/DA N° 02 /2007

Voto da DA N° CD /2007

Senhores Conselheiros,


A Diretoria de Gestão Administrativa - DA tem a satisfação de submeter a esse Egrégio Conselho, para apreciação, e dentro do prazo regulamentar, com base no Art. 3º, inciso VI, do Decreto 97.978, de 19/07/1989, o Processo de Prestação de Contas Anual do INCRA - Exercício 2006, protocolado sob o número 54000.000246/2007-95, composto das seguintes peças: Rol de Responsáveis, Relatório de Gestão, Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório Financeiro/Contábil elaborado pela Coordenação-Geral de Contabilidade/DAC, Declaração de Bens e Rendas e Relatório de Correição.

O processo de Prestação de Contas Anual desta Autarquia, referente ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2006, foi organizado pela Coordenação-Geral de Contabilidade - DAC de acordo com a Instrução Normativa/TCU/nº47, de 27/10/2004, Decisão Normativa/TCU/nº81, de 06/12/2006 e pela Norma de Execução/CGU/nº03, de 28/12/2006.

De acordo com o inciso VII do art. 57 do Regimento Interno as contas e o balanço foram submetidos à Auditoria Interna - AUDIN para análise, e, sua conclusão, foi pela sua aprovação.

O aludido processo está sendo submetido a esse Egrégio Conselho visando sua aprovação, a partir da formalização de ato probatório específico, cumpre ser remetido a Controladoria-Geral da União - CGU, com vistas ao exame e expedição de Certificado de Auditoria, e subsequente envio, através daquele órgão ao Egrégio Tribunal de Contas da União - TCU para o exercício do controle externo que lhe compete.

Brasília-DF, 23 de Abril de 2007.


EVA MARIA DE SOUZA SARDINHA
Diretora de Gestão Administrativa - Substituta

PUBLICAÇÕES	
D.O.	84 de 03/05/07
Seção	1 Pág. 63
B.S. Nº	19 de 07/05/07



RESOLUÇÃO/CD/Nº 06

DE 27 DE ABRIL DE 2007.

O CONSELHO DIRETOR DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, Autarquia Federal criada pelo Decreto-Lei nº 1.110, de 09 de julho de 1970, alterado pela Lei nº 7.231, de 23 de outubro de 1984, por seu Presidente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 8º, inciso IX, da Estrutura Regimental, aprovada pelo Decreto nº 5.735, de 27 de março de 2006, combinado com o inciso XI do art. 11, do Regimento Interno, aprovado pela Portaria/MDA/nº69, de 19 de outubro de 2006, e tendo em vista a decisão adotada em sua 581ª reunião, realizada em 27 de abril de 2007, resolve:

Art. 1º. Aprovar a Prestação de Contas Anual da Autarquia referente ao exercício de 2006, organizada conforme a Instrução Normativa/TCU/nº47, de 27/10/2004, Decisão Normativa/TCU/nº81, de 06/12/2006 e Norma de Execução/CGU/nº03, de 28/12/2006.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.


ROLF HACKBART